

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

ANDRÉ AUGUSTO PAVAN

**PRODUTORES FAMILIARES NA REGIÃO DO REI DO
GADO: CONTRAPONTO E PERSPECTIVAS DE
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ARARAQUARA – SP
2022**

ANDRÉ AUGUSTO PAVAN

**PRODUTORES FAMILIARES NA REGIÃO DO REI DO
GADO: CONTRAPONTO E PERSPECTIVAS DE
SEGURANÇA ALIMENTAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de concentração: desenvolvimento Territorial e Alternativas de sustentabilidade.

Orientando: André Augusto Pavan

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida.

ARARAQUARA - SP

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

P632p Pavan, André Augusto
Produtores familiares na região do rei do gado: contrapontos e perspectivas de segurança alimentar/André Augusto |Pavan. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2022.
152f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida

1. Avaliação de políticas públicas. 2. Segurança alimentar.
3. Feiras livres de Araçatuba. 4. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar- EBIA. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *André Augusto Pavan*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
UNIARA - Araraquara

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. Hercules Farnesi da Costa Cunha
UniSalesiano - Araçatuba

Araraquara – SP 30 de agosto de 2022.

“Se alguém me quer seguir, renuncie a si mesmo, tome sua cruz cada dia, e siga-me. Pois quem quiser salvar a sua vida, vai perdê-la; e quem perder a sua vida por causa de mim, esse a salvará”. (Jesus Cristo).

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Nossa Senhora Aparecida e a Santa Rita de Cássia por ter me dado forças diante de tantas dificuldades enfrentadas durante a realização desse trabalho.

À minha coorientadora Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta por ter me acolhido e acreditado em mim nos momentos mais difíceis da minha existência e por ter proporcionado uma bolsa permitindo a continuidade no projeto.

Aos que concederam entrevistas e me deram a oportunidade de conhecer histórias incríveis de pura conexão e modos de vida.

Gratidão aos produtores familiares das feiras municipais de Araçatuba que acreditaram na ideia e participaram da pesquisa com seu tempo e dedicação.

À minha namorada Thais Deolindo Martins Teixeira pelo apoio, paciência e por me ajudar a superar as noites mais doloridas e angustiantes.

Ao meu amigo Prof. Dr. Hercules Farnesi da Costa Cunha, pela amizade, companheirismo, incentivo e por aceitar ser minha banca.

Aos meus pais por terem sido minha inspiração e os agricultores familiares mais incríveis da minha vida.

E por fim, meu agradecimento especial é dedicado ao Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida. Um ser humano incrível que despertou em mim a vontade de fazer acontecer.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar, a partir das feiras livres o papel da agricultura familiar no abastecimento local e a garantia da segurança alimentar, no que se refere aos eixos de autenticidade e saúde no município de Araçatuba. Apresenta a caracterização da agricultura familiar no município de Araçatuba e seus desdobramentos no abastecimento local, caracterizando a agricultura no Brasil e seu desenvolvimento. O estudo foi realizado através da pesquisa quantitativa e qualitativa com dados coletados dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Os dados foram coletados, tabulados e tratados com base no método de Análise Exploratória de Dados (AED). O instrumento de pesquisa adotado foi um formulário semiestruturado composto por módulos incluindo as questões da metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Os dados foram analisados de forma quantitativa, sendo apresentados através de tabelas e gráficos e a análise qualitativa fundamentando nos registros dos diálogos com os produtores, e das entrevistas com consumidores e fiscal das feiras livres do município de Araçatuba. O levantamento de pesquisa foi o censo, técnica estatística que consiste em entrevistar todos os indivíduos de determinada população. Optou-se por este tipo de levantamento, tendo em vista o tamanho relativamente pequeno da população. Esse trabalho apresenta o desenvolvimento das feiras no município de Araçatuba que são compostas por agricultores familiares. Para a contextualização da agricultura familiar, analisou-se historicamente a forma de desenvolvimento no município de Araçatuba. Como resultados nota-se a significância da agricultura familiar na geração de empregos, produção de alimentos, renda e a contribuição no abastecimento local através de um dos canais de comercialização as feiras livres. Os agricultores familiares das feiras livres tiveram boa segurança alimentar, devido ao aumento de renda e aumento do canal de comercialização. A questão de pesquisa deste trabalho avalia a partir das feiras livres do papel que a agricultura familiar exerce para no abastecimento local do município de Araçatuba – SP, considerando os eixos de autenticidade (respeitando quem produz e a tradição local) e de saúde que leva em conta a composição nutricional dos alimentos, com recorte temático em segurança alimentar dos agricultores familiares das feiras livres e a promoção do desenvolvimento territorial.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Feiras; Segurança Alimentar; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.

ABSTRACT

This paper aims to evaluate, from the free markets, the role of family farming in local supply and ensuring food security, with regard to the axes of authenticity and health in the municipality of Araçatuba. It presents the characterization of family farming in the municipality of Araçatuba and its developments in local supply, characterizing agriculture in Brazil and its development. The study was conducted through quantitative and qualitative research with data collected from family farmers in the municipal fairs of Araçatuba and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) of 2017. The data were collected, tabulated and treated based on the Exploratory Data Analysis (EDA) method. The research instrument adopted was a semi-structured form composed of modules including the questions of the methodology of the Brazilian Scale of Food Insecurity - EBIA. The data were analyzed quantitatively, being presented through tables and graphs, and the qualitative analysis based on the records of dialogues with producers, and interviews with consumers and inspectors of the free markets in the city of Araçatuba. The survey was a census, a statistical technique that consists in interviewing all individuals in a given population. This type of survey was chosen in view of the relatively small size of the population. This work presents the development of the fairs in the municipality of Araçatuba that are composed of family farmers. For the contextualization of family farming, the form of development in the municipality of Araçatuba was analyzed historically. The results show the significance of family farming in the generation of jobs, food production, income and the contribution in local supply through one of the commercialization channels, the free markets. The family farmers at the open markets had good food security, due to the increase in income and the increase in the commercialization channel. The research question of this study evaluates the role that family farming plays in local supply in the municipality of Araçatuba - SP, considering the axes of authenticity (respecting who produces and local tradition) and health that takes into account the nutritional composition of food, with thematic focus on food security of family farmers of the free markets and the promotion of territorial development.

Keywords: Family Farming; Fairs; Food Security; Brazilian Food Insecurity Scale - EBIA.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantidade agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba.....	24
Tabela 02 – Participação de agricultores familiares por feiras.....	24
Tabela 03 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar-EBIA.....	25
Tabela 04 – Pontos de corte EBIA.....	27
Tabela 05 – Tabela 5 – Produção da horticultura da agricultura familiar e não familiar em Araçatuba no ano de 2017.....	42
Tabela 06 – Grupos de área no município de Araçatuba no ano de 2017.....	46
Tabela 07 – Cultivo no município de Araçatuba no ano de 2017.....	47
Tabela 08 – Estabelecimentos da agricultura e pecuária categorizados como agricultura familiar e não familiar.....	64
Tabela 09 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas da agricultura familiar e não familiar.....	65
Tabela 10 – Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividades econômicas - Agricultura familiar e não familiar.....	66
Tabela 11 – Percentual médio de estabelecimentos agropecuários com declaração de uso de irrigação - Agricultura familiar e não familiar.....	68
Tabela 12 – Percentual médio de estabelecimentos agropecuários com uso de adubação - Agricultura familiar e não familiar.....	70
Tabela 13 – Percentual médio de estabelecimentos agropecuários com uso de adubação - orgânica e química.....	71
Tabela 14 – Escolaridades dos produtores agropecuários por estabelecimentos- Agricultura familiar e não familiar.....	73
Tabela 15 – Pessoal ocupado - Agricultura familiar e não familiar.....	75
Tabela 16 – Origem da terra - agricultura familiar e não familiar.....	76
Tabela 17 – Destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade, em valores absolutos.....	86
Tabela 18 – Problemas crônicos de saúde que acometem os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba.....	86
Tabela 19 – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba, em percentual.....	89
Tabela 20 – Produtos comercializados pelos agricultores familiares das feiras livres de Araçatuba.....	102
Tabela 21 – Rendas auferidas dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba.....	104
Tabela 22 – Relação entre a renda agrícola média mensal e o nível de (in) segurança alimentar.....	114
Tabela 23 – Relação entre o gasto médio mensal com alimentação e o nível de (in) segurança alimentar.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Crescimento da população rural e urbana no município de Araçatuba-SP.....	37
Gráfico 02 – Condições legais dos produtores no município de Araçatuba em 2017.....	45
Gráfico 03 – Produtos agropecuários no município de Araçatuba – 2017.....	48
Gráfico 04 – Gráfico 04 – Produção da horticultura no município de Araçatuba em 2017.....	50
Gráfico 05 – Produção da pecuária no município de Araçatuba no ano de 2017.....	51
Gráfico 06 – Area média (ha) dos estabelecimentos agropecuários - Agricultura familiar e não familiar.....	67
Gráfico 07 – Origem da orientação técnica - Agricultura familiar e não familiar.....	69
Gráfico 08 – Tratores, implementos e máquinas utilizados nos estabelecimentos agropecuários.....	72
Gráfico 09 – Sexo dos entrevistados, em percentual.....	83
Gráfico 10 – Atividades desenvolvida antes da feira.....	83
Gráfico 11 – Entrevistados que já trabalharam fora do meio rural, em percentual.....	84
Gráfico 12 – Faixa etária dos agricultores familiares.....	84
Gráfico 13 – Escolaridade dos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba.....	85
Gráfico 14 – Quantidade de vezes ao ano que recebe visita de agente de saúde, em percentual.....	87
Gráfico 15 – Membros da família com deficiência física ou mental, em percentual.....	88
Gráfico 16 – Dificuldades na agricultura e/ou criação de animais, em percentual.....	90
Gráfico 17 – Melhoria do desempenho econômico após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.....	91
Gráfico 18 – Aumento da variedade da produção após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.....	92
Gráfico 19 – Quantidade de produtores participantes e não participantes de programas de compras governamentais, em percentual.....	93
Gráfico 20 – A participação no PAA ou PNAE melhorou a busca de novas tecnologias.....	94
Gráfico 21 – Agricultores familiares feirantes que contrataram financiamento.....	95
Gráfico 22 – Agricultores familiares feirantes que contrataram financiamento.....	96
Gráfico 23 – Oferecimento do recurso financeiro (financiamento).....	96
Gráfico 24 – Produtores que receberam assistência técnica no último ano.....	97
Gráfico 25 – Origem da orientação técnica, em percentual de agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba.....	98
Gráfico 26 – Percepção em percentual de agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba sobre assistência técnica.....	99
Gráfico 27 – Consumo dos alimentos pelos agricultores familiares.....	100
Gráfico 28 – Diversificação da produção, em percentual.....	103
Gráfico 29 – Porcentagem de estabelecimentos com membros da família na produção.....	105
Gráfico 30 – Origem da renda não agrícola, em percentual.....	106
Gráfico 31 – Renda familiar permite chegar até o final do mês em que condições, em percentual.....	107
Gráfico 32 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual – Entrevista 1.....	108
Gráfico 33 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual – Entrevista 2.....	108

Gráfico 34 – Relação entre a escolaridade dos chefes das famílias e o nível de (in) segurança alimentar.....	112
Gráfico 35 – Relação entre o acesso a financiamentos agrícolas e o nível de (in) segurança alimentar.....	113
Gráfico 36 – Relação entre a participação nos programas governamentais (in) segurança alimentar.....	114
Gráfico 37 – Relação entre participação em programa governamental na (in) segurança alimentar.....	115
Gráfico 38 – Quantidade de membros das famílias.....	116
Gráfico 39 – Relação entre o período de tempo que os chefes das famílias dedicam as práticas agrícolas.....	117
Gráfico 40 – Relação no consumo de alimentos da propriedade e a EBIA.....	118
Gráfico 41 – Relação entre a diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar.....	119
Gráfico 42 – Relação entre o nível de satisfação com a assistência técnica recebida e a EBIA.....	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Agricultores familiares expando seus produtos na feira Hugo Lippe Jr.....	79
Figura 02 – Agricultor familiar expando seus produtos na feira do produtor rural e produtos a disposição do consumidor.....	80
Figura 03 – Intermediário expando seus produtos na feira Avenida dos Estados, alimentícios e outros.....	80
Figura 04 – Agricultor familiar expando seus produtos feira do Cristo.....	81
Figura 05 – Marcondes Salgados no Bairro Santana.....	81
Figura 06 – Feira da Praça Igreja Paraíso.....	82

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
SMDA - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial
SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
SAN - Segurança Alimentar Nutricional
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
FAESP - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo
SIRAN - Sindicato Rural da Alta Noroeste
PMA - Prefeitura Municipal de Araçatuba
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
AED – Análise Exploratória de Dados
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ABQM - Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha
PP – Políticas Públicas
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
INAN - Instituto Nacional de Alimentos e Nutrição
PROAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
ONU - Organização das Nações Unidas
FAO - Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNADE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CCI – Centro de Convivência do Idoso
SECOI – Serviço de Convivência Infância Juvenil
MSMT – Missão Salesiana de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Apresentação do Tema e do Problema de Pesquisa	16
1.2 Objetivos	22
<i>1.2.1 Objetivo Geral</i>	<i>22</i>
<i>1.2.2 Objetivos Específicos</i>	<i>22</i>
2 METODOLOGIA	23
2.1 Definição da forma de coleta de dados	23
<i>2.1.1 Instrumentos de Pesquisa Quantitativa</i>	<i>25</i>
<i>2.1.2 Instrumentos de Pesquisa Qualitativa</i>	<i>27</i>
2.2 Universo Empírico	28
3 REFERENCIAL TEÓRICO	28
3.1 A agricultura familiar e o campesinato	28
3.2 As origens históricas da agricultura familiar no Brasil	30
3.3 Principais características da agricultura familiar	31
3.4 Categoria de agricultura familiar atribuída	35
3.5 Agricultura familiar no município de Araçatuba / SP	37
3.6 Segurança Alimentar	52
3.7 Canais de comercialização	59
<i>3.7.1 Feiras livres</i>	<i>61</i>
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUANTITATIVA	63
4.1 Os agricultores familiares do município de Araçatuba	63
<i>4.1.1 Estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar</i>	<i>63</i>
<i>4.1.2 Estrutura tecnológica dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar</i>	<i>68</i>
<i>4.1.3 Estrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar</i>	<i>71</i>
<i>4.1.4 Estrutura social dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar</i>	<i>73</i>
4.2 As feiras livres no município de Araçatuba	75
4.3 Características socioeconômicas dos agricultores familiares das feiras livres de Araçatuba	82
<i>4.3.1 Características Sociodemográficas</i>	<i>82</i>
<i>4.3.2 Informações gerais dos domicílios dos feirantes</i>	<i>85</i>
<i>4.3.3 Condições de Saúde</i>	<i>86</i>
<i>4.3.4 Canais de Comercialização e Dificuldades Relacionadas à Produção</i>	<i>88</i>
<i>4.3.5 Acesso a políticas públicas</i>	<i>90</i>

4.3.6 Acesso a financiamentos e Assistência Técnica	94
4.3.7 Autoconsumo e diversificação da produção	99
4.3.8 Rendas familiares	104
4.3.9 Caracterização da Segurança Alimentar/Fome	107
4.4 Condição de segurança alimentar conforme a EBIA	110
4.5 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA X Caracterização dos Produtores	111
4.5.1 Relação entre Escolaridade e EBIA	112
4.5.2 Relação entre Programas Governamentais para Agricultura Familiar, Financiamentos e EBIA	113
4.5.3 Renda Agrícola Média Mensal, Benefícios Sociais e EBIA	114
4.5.4 Quantidade de Membros das Famílias, Tempo Dedicado à Lavoura e a EBIA	116
4.5.5 Relação entre autoconsumo, diversificação da produção e EBIA	118
4.5.6 Relação entre o grau de satisfação com assistência técnica e a EBIA ..	120
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUALITATIVA.....	121
5.1 As feiras livres no município de Araçatuba	121
5.2 Papel das mulheres nas feiras municipais de Araçatuba	122
5.3 Percepção dos agricultores familiares sobre a vida no campo e a permanência dos jovens.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXO I – Formulário semiestruturado, agricultor familiar.....	140
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de campo (fase qualitativa)	150
APÊNDICE II – Roteiro de entrevista com o fiscal das feiras	151
APÊNDICE III – Roteiro de entrevista consumidor final.....	152

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Tema e do Problema de Pesquisa

A agricultura familiar brasileira responde pela produção da grande maioria dos alimentos de consumo que estão na dieta básica de todo brasileiro, compondo legumes, verduras, frutas, cereais e grãos, destacando-se na produção de raiz de mandioca, milho, pecuária de leite e corte, ovinos, olerícolas, feijão e arroz (DELGADO, 2001).

A autora Wanderley (2003) salienta que a agricultura familiar tem origens e laços no campesinato, resistindo as rupturas históricas e dando continuidade, por isso surgiu a necessidade de ser considerada um projeto de sociedade e não somente objeto de intervenção do estado sem história, mas caminhando junto com as transformações, e isso faz dos agricultores familiares únicos, não representando o modelo clássico de empresa capitalista e sim o modelo familiar.

Segundo Lamarche (1997) a agricultura familiar brasileira pode ter sido influenciada pelas origens coloniais da economia e da sociedade, sendo que suas três principais características são: grandes propriedades, escravatura e monocultura de exportação.

O autor Lamarche (1997) salienta que o campesinato brasileiro original é reflexo das principais particularidades dos processos sociais da agricultura brasileira colonial, que pôde se manter com a dominação econômica, social e política da grande propriedade e fronteiras de terras livres para posse.

A prática de novas unidades familiares, foi possível por meio da instituição do minorato, ou seja, passar a função de agricultor para os filhos mais velhos reproduzindo a figura do pai (família) com a valorização da atividade agrícola, mobilidade espacial e um mercado de terras dinâmico entre os agricultores familiares, segundo Abramovay *et al.* (1998).

Segundo Lamarche (1997) apesar da exploração familiar ter passado por transformações, as mesmas foram afetadas pelo caráter conservador impulsionado pela modernização agrícola, que é discriminatória e parcial, onde uma parcela importante da pequena produção é excluída, mantendo a dependência em relação a grande propriedade, com precariedade ao acesso dos meios de trabalho que colabora principalmente para a pobreza dos agricultores.

Em 1950 iniciam-se as mudanças tecnológicas na área rural brasileira, com o começo das importações que possibilitaram avançar os meios de produção. Com isso em 1960 a produção de equipamentos agrícolas, juntamente com insumos aumentaram de proporção, fato que correu devido a implementação da industrialização no Brasil (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2014).

Até meados do século XX, a agricultura considerada tradicional, sofreu modificações com o desenvolvimento após o ano de 1960, a agricultura mecanizada, passou a se enquadrar na regra do jogo do setor industrial com foco na exportação.

O “novo rural” e sua objetividade não levou em consideração os agricultores da agricultura familiar, mas a dinâmica do perfil agroexportador caracterizado por grandes produtores industrializados, que se aproveitarão da mão de obra barata para aumentar a lucratividade, pois as novas atividades requeriam grandes investimentos, como no caso de atividades de lazer no campo (RUIS, 2021).

Mesmo diante dessas transformações ou imposições da sociedade moderna, os agricultores familiares conseguiram resistir conforme salientado pela autora Wanderley (2003):

[...] a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2003, p. 58).

O conceito de agricultura familiar é muito amplo, pois ele ocupa diversas categorias e especificidades, segundo o autor Lemarche (1997) não é possível ter um conceito, mas algumas delimitações.

De maneira geral, a agricultura familiar é formada por uma dinâmica específica e carrega características próprias. A gestão da propriedade é compartilhada entre os membros da família e a atividade produtiva do estabelecimento agropecuário é a fonte geradora de renda, levando em consideração que o agricultor familiar tem uma relação própria com a terra, onde o local de trabalho é a moradia. Uma grande característica da agricultura familiar é a diversidade produtiva (LEMARCHE, 1997).

A agricultura familiar pode ocupar um papel fundamental no abastecimento local do município Araçatuba – SP, onde parte da população vive no meio rural, desenvolvem

atividades agropecuárias em busca de meio de vida, segurança alimentar e atividades comerciais.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), existem em Araçatuba 1020 estabelecimentos agropecuários, sendo que mais da metade, 76,08% são provenientes da chamada agricultura familiar, cuja renda da unidade produtiva é predominantemente oriunda da atividade agropecuária.

O município de Araçatuba passou por transformações econômicas, influenciadas pela produção da pecuária e agricultura com a cultura do café, bovinos e cana de açúcar, definindo o modelo econômico futuro.

A partir do ano de 2000, houve maior incentivo para a agricultura familiar, e desenvolvimento territorial propiciando avanços no campo. O incentivo partiu da criação de políticas públicas por parte do governo Lula e isso floresceu no município de Araçatuba permitindo novas possibilidades de produção (RUIS, 2021).

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) faz parte de uma dessas políticas públicas que foram criadas na época, e teve apoio da prefeitura municipal, permitindo a compra de produtos dos agricultores familiares como frutas, verduras, legumes e cereais dos produzidos localmente e sendo entregues para entidades sociais, empresas locais e estabelecimentos públicos. A gestão do programa é feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial (SMDA), em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) (RUIS, 2021).

Em 2016, a prefeitura aderiu ao programa (CDAF) Compra Direta da Agricultura Familiar, dando apoio ao PAA, incentivando os mercados locais a comprarem produtos de produtores locais, fortalecendo conseqüentemente a agricultura familiar.

Mas além da produção para o abastecimento da população, os agricultores familiares são responsáveis por uma dinâmica muito maior que é conhecida como Segurança Alimentar Nutricional (SAN) definida pela lei orgânica nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 no artigo 3º como:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, p. 1)

A lei mostra que todos tem o direito ao acesso regular (regularmente) e permanente (não somente por um período, mas de forma contínua), à alimentos de qualidade e quantidades suficientes sem comprometer o acesso as necessidades essenciais, tendo como base praticas alimentares promotoras de saúde, ou seja, de alimentos saudáveis e que respeitem a diversidade local, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Atender as necessidades do conceito de SAN, com o modelo de comercialização de alimentos baseado na agroindústria, especializada no mercado internacional na modalidade de exportação, que tem como meio de comercialização as chamadas “cadeias longas” ou “circuitos longos”, passando por várias etapas da cadeia produtiva, até chegar ao consumidor final, esse modelo não consegue atender os eixos principais tais como: saúde, meio ambiente, agroecologia, autenticidade e solidariedade (ALMEIDA *et al.*, 2008).

Uma das soluções para os consumidores e os produtores na comercialização de alimentos oriundos dos agricultores familiares e a garantia da SAN são as feiras livres. As feiras livres é um tipo de canal de comercialização relevante baseada nas “cadeias curtas”, “circuitos curtos” ou “redes curtas” em que o processo de comercialização é “encurtado” de forma direta entre produtor e comprador (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Desse modo, as feiras destacam-se como importante canal de comercialização para as práticas de cultivo orgânico e para a agricultura familiar, a partir da organização, identidade política pertencentes e a eliminação dos intermediários, o que pode possibilitar a aproximação de produtor e consumidor. As feiras livres possuem um papel fundamental para as unidades de produção familiar conforme salientado pelos autores Godoy e Anjos (2007):

[...] as feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor. (GODOY e ANJOS. 2007, p. 364).

O município de Araçatuba possui 6 feiras livres sendo, domingo (Praça Hugo Lippe Jr. – Avenida da Saudade), terça-feira (Feira do produtor rural - Praça Getúlio Vargas), quarta-feira (Avenida dos Estados), quinta-feira (Rua Aguapeí – Feira do Cristo), sexta-feira (Rua Marcondes Salgado - bairro Santana), sábado (Rua Saldanha

Marinho - Praça da Igreja do Paraíso), com a presença de agricultores familiares em 4 feiras sendo elas: Praça Hugo Lippe Jr; Feira do produtor rural; Feira do Cristo e Praça da Igreja do Paraíso.

A feira na Praça Getúlio Vargas iniciou as atividades no ano de 2017, considerada uma referência no município por fazer parte do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/SP no Programa Feira do Produtor Rural, que tem como objetivo preparar o agricultor familiar para a comercialização de produtos direcionados ao consumidor final, o que pode contribuir com agregação de valor ao produto.

No município de Araçatuba o projeto foi desenvolvido entre a parceria do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), FAESP (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo), SIRAN (Sindicato Rural da Alta Noroeste) e PMA (Prefeitura Municipal de Araçatuba).

A feira do produtor rural foi inaugurada em 07 de novembro de 2017 às 17h. No início contou com 22 participantes, todos pertencentes a classe de pequenos produtores rurais da agricultura familiar, que comercializavam em 17 estandes da feira. A feira não comporta a venda de produtos processados ou transformados, mas os produzidos naturalmente nas propriedades rurais, os chamados produtos orgânicos, segundo o site da Prefeitura Municipal de Araçatuba.

Os alimentos orgânicos são considerados aqueles que utilizam em todo processo produtivo, técnicas que respeitam o meio ambiente e estão sempre em busca da qualidade do alimento, sem o uso de agrotóxico ou de qualquer produto que venha prejudicar a saúde humana (MUÑOZ, 2016).

Estudar a agricultura familiar na região do rei do gado que foi contextualizada com o agronegócio, abre oportunidades para entender os contrapontos e perspectivas de segurança alimentar minimizados com a história através da vida dos pequenos agricultores que resistiram, lutaram com as rupturas históricas e deram continuidade para a manutenção de suas famílias.

Apesar da existência dos sistemas agroindustriais tradicionais consolidados, a expressividade da agricultura familiar se faz relevante dentro de diversos indicadores, geração de emprego, renda, alimentação e fornecimento no abastecimento local, principalmente pela vida dos agricultores familiares, através das feiras livres como canal de comercialização no município de Araçatuba.

A questão de pesquisa deste trabalho é a avaliação a partir das feiras livres, do papel que a agricultura familiar exerce no abastecimento local do município de Araçatuba

– SP, considerando os eixos de autenticidade (respeitando quem produz e a tradição local) e de saúde que leva em conta a composição nutricional dos alimentos, com recorte temático em segurança alimentar dos agricultores familiares e consumidores e a promoção do desenvolvimento territorial.

Além da questão principal, surgem questões específicas que norteará o desenvolvimento da pesquisa:

- Qual é a relevância e o papel da agricultura familiar no município de Araçatuba?
- As feiras livres são canais de comercialização que incluem a agricultura familiar?

Nesse contexto, a pesquisa avalia, a partir das feiras livres o papel da agricultura familiar no abastecimento local e a garantia de segurança alimentar, no que se refere aos eixos de autenticidade e de saúde no município de Araçatuba – SP. Além da proposta central, o estudo caracteriza a agricultura familiar no Brasil e em Araçatuba e como se desenvolveu com o passar dos anos; discorre qualitativamente sobre o modo de vida, segurança alimentar, reprodução social e econômica dos agricultores familiares no município de Araçatuba – SP, no que tange a elementos de segurança alimentar; descreve a efetividade das feiras livres e sua importância para a reprodução econômica e da segurança alimentar dos agricultores familiares das feiras livres do município.

Como metodologia para o incremento da pesquisa, são discutidas as mudanças ocorridas, em um contexto histórico levando em conta a agricultura familiar com laços no campesinato, por meio da análise de dados obtidos e lapidados dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contextualizando as décadas com a situação da produção agropecuária no Brasil, resgate histórico da agricultura familiar no Brasil e no município de Araçatuba/SP, segurança alimentar e seus eixos, os canais de comercialização, as feiras, aplicabilidade da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos através de entrevistas nas feiras livres da agricultura familiar no município de Araçatuba.

Em relação à coleta dos dados, o tipo de levantamento é o censo, técnica estatística que consiste em entrevistar todos os indivíduos de determinada população. Optou-se por este tipo de levantamento, tendo em vista o tamanho relativamente pequeno da população.

O recorte territorial deste estudo corresponde aos agricultores familiares das seis feiras livres do município de Araçatuba – SP, que foram selecionadas em virtude de possuírem características distintas em relação a quantidade de famílias produtoras, forma

de comercialização e consumo, sendo que somente em quatro feiras possuem a presença de agricultores familiares conforme já abordado anteriormente.

O trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico sobre a agricultura familiar e suas especificidades; considera as origens históricas com raízes no campesinato, juntamente com as transformações produtivas por décadas e o impacto causado no abastecimento local do Brasil; discute a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e sua relevância na promoção da vida de forma ampliada, comparando os canais de comercialização com ênfase nas cadeias curtas que são potencializadas através das feiras livres, levando em conta a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, metodologia adotada para mensurar o nível de segurança alimentar das famílias. O método de mensuração da situação alimentar domiciliar a partir da percepção das famílias, sobre as dificuldades de acesso familiar aos alimentos e também outras dimensões da insegurança alimentar, como medo de faltar alimentos no futuro, comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

O segundo capítulo aborda através da análise quantitativa a comparação dos estabelecimentos da agricultura familiar e patronal de acordo com as estruturas fundiárias, tecnológicas, produtivas e sociais; caracteriza os agricultores familiares e as feiras livres e no município de Araçatuba; discute os resultados obtidos com a aplicabilidade do questionário EBIA.

E por fim, o terceiro capítulo apresenta a análise qualitativa levando em conta as feiras livres no município de Araçatuba, o papel das mulheres nessas feiras, e a percepção dos agricultores familiares sobre a vida no campo e a permanência dos jovens e a percepção dos consumidores das feiras livres do município de Araçatuba.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é avaliar, a partir das feiras livres o papel da agricultura familiar no abastecimento local e a garantia de segurança alimentar, no que se refere aos eixos de autenticidade e de saúde no município de Araçatuba – SP

1.2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, buscou-se alcançar os seguintes objetivos:

Caracterizar a agricultura familiar no Brasil e em Araçatuba - SP e como se desenvolveu com o passar dos anos;

Discorrer qualitativamente sobre o modo de vida, segurança alimentar, reprodução social e econômica dos agricultores familiares no município de Araçatuba/SP no que tange a elementos de segurança alimentar;

Descrever a efetividade das feiras livres e sua importância para reprodução econômica e da segurança alimentar dos agricultores familiares e consumidores das feiras livres do município de Araçatuba.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através da pesquisa quantitativa e qualitativa com dados coletados dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2017.

Os dados foram coletados, tabulados e tratados com base no método de Análise Exploratória de Dados (AED). De acordo com Triola (2008) e Field (2009), essa análise consiste no processo metodológico do uso de instrumentos estatísticos, assim como tabelas, gráficos e medidas de centro como por exemplo a média, para análise e descrição de um determinado universo de dados disponíveis.

Para a descrever os dados buscou-se amparo no confronto dos mesmos através de indícios e evidências das informações presentes e coletadas, interpretando o conhecimento teórico, com aplicação da investigação qualitativa e quantitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Para Silva (1998) a pesquisa quantitativa e a qualitativa se complementa, isto é, o quantitativo apoia as ordens numéricas, de grandezas e suas sublimidades e o qualitativo fórmula as interpretações o que não é possível quantificar.

2.1 Definição da forma de coleta de dados

Em relação à coleta dos dados, o tipo de levantamento proposto foi o censo, técnica estatística que consiste em entrevistar todos os indivíduos de determinada população. Optou-se por este tipo de levantamento, levando em consideração o tamanho relativamente pequeno da população, 15 famílias feirantes de agricultores familiares, divididas da seguinte forma: 5 famílias feirantes da Feira Hugo Lippe Jr.; 7 famílias

feirantes da Feira do produtor; 3 famílias feirantes da Feira do Cristo e 3 famílias feirantes da Feira do Paraíso sendo que um dos agricultores familiares está presente em todas as feiras.

A Tabela 01, a seguir, apresenta a distribuição da quantidade de agricultores familiares presentes nas feiras livres do município de Araçatuba entrevistadas por feira.

Tabela 01 – Quantidade agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba

FEIRA	QUANTIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES POR FEIRA
Praça Hugo Lippe Jr.	5
Feira do produtor	7
Feira do Cristo	3
Praça Igreja Paraíso	3
Total	18

Fonte: Elaborado pelo autor.

A quantidade total de agricultores familiares presentes em cada feira quando somados corresponde a 18 agricultores familiares.

No entanto esse número não corresponde a quantidade de entrevistados, sendo que um agricultor familiar participa de todas as feiras conforme a Tabela 2.

Tabela 02 – Participação de agricultores familiares por feiras

Agricultor familiar feirante	Praça Hugo Lippe Jr.	Feira do produtor	Feira do Cristo	Praça Igreja Paraíso
Feirante 1	x	x	x	x
Feirante 2	x			
Feirante 3	x			
Feirante 4	x			
Feirante 5	x			
Feirante 6		x		
Feirante 7		x		
Feirante 8		x		
Feirante 9		x		
Feirante 10		x		
Feirante 11		x		
Feirante 12			x	
Feirante 13			x	
Feirante 14				x
Feirante 15				x

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o quadro acima a quantidade de agricultores familiares das feiras é dezoito, porém um único produtor participa de todas as feiras e com isso o número real perfaz quinze entrevistas.

A pesquisa de campo foi realizada no período de janeiro, fevereiro, maio e junho de 2022, totalizando quinze entrevistados. O formulário foi lido para cada entrevistado com os aspectos que seriam abordados pela entrevista.

2.1.1 Instrumento de pesquisa quantitativa

A pesquisa quantitativa foi aplicada através do formulário que está anexado no trabalho. Os dados foram tratados e organizados em gráficos e tabelas. Foi usado o formulário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), como forma de avaliar a segurança alimentar dos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba de forma ampliada.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é composta por 14 questões fechadas, sobre a percepção dos agricultores familiares sobre a situação alimentar vivida pela família nos últimos 90 dias anteriores. As respostas apresentadas são: sim ou não, se a resposta é positiva é questionado a frequência da ocorrência sabendo se ocorre todos os dias, se é alguns dias, dois dias ou apenas um dia (PEREIRA,2014).

Tabela 03 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar-EBIA

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os questionários devem ser respondidos por apenas um membro do grupo familiar, nesse caso foi selecionado o chefe (a) da família podendo ser membros diferentes na segunda aplicação, que ocorre 30 dias depois da primeira aplicação. Nesta pesquisa a primeira aplicação ocorreu janeiro de 2022 e a segunda, em fevereiro de 2022.

A análise do questionário ocorreu a partir da própria tabela de avaliação EBIA, que atribui pontuação com a frequência das respostas positivas atribuindo o valor 1, e respostas negativas 0, com isso é obtida a pontuação de 0 a 14 pontos. A soma da pontuação resulta na classificação em quatro níveis de acordo com a presença ou não de indivíduos menores de 18 anos, sendo que os domicílios que tiverem pelo menos um

morador com menos de 18 anos de idade a pontuação é maior que os valores dos domicílios com indivíduos maiores de 18 anos, indo de acordo com a quantidade de questões aplicadas na entrevista (Tabela 04).

Tabela 04 – Pontos de corte EBIA

Classificação	Pontuação domicílios com pelo menos um morador com menos de 18 anos de idade.	Pontuação domicílios com moradores de 18 ou cima de 18 anos de idade
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1-5	1-3
Insegurança alimentar moderada	6-9	4-5
Insegurança alimentar grave	10-14	6-8

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a tabulação dos dados e identificação dos níveis, os valores foram transformados em representações percentuais através da porcentagem simples.

2.1.2 Instrumentos de pesquisa qualitativa

Na fase qualitativa da pesquisa, foram realizadas entrevistas através de questionários semiestruturados com o fiscal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial do município de Araçatuba, agricultores familiares feirantes e consumidores das feiras livres do município de Araçatuba.

A escolha do fiscal para a entrevista foi baseada no critério de estar diretamente ligado as feiras livres do município, estar presente no dia a dia dos feirantes, e por indicação dos próprios feirantes como pessoa íntegra da área que poderia representa-los.

A análise qualitativa foi organizada nos seguintes tópicos: as feiras no município, condições atuais das feiras, algumas ações da prefeitura e do governo estadual, formas de cultivo e comercialização, papel das mulheres na alimentação, produção e família, percepção dos agricultores familiares sobre continuidade da feira e permanência dos jovens.

2.2 Universo Empírico

O objeto de pesquisa deste estudo são as feiras livres do município de Araçatuba, administrado pela Prefeitura Municipal de Araçatuba (PMA). O município possui 6 feiras livres, sendo que 4 possuem a presença de agricultores familiares.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Agricultura familiar e o campesinato

Responsável pela maioria dos alimentos que os brasileiros consomem em sua dieta diária, a agricultura familiar, de acordo com Delgado (2001) se destaca com a produção de laticínios, gado de corte, ovinos, suínos, legumes, verduras, vegetais e cereais.

A agricultura familiar dos dias atuais possui origens históricas no campesinato que devem ser preservadas para compressão de sua lógica de existência até aos dias atuais.

Diante da discussão no campo agrícola dos avanços tecnológicos nos anos 70, com a intenção de construir uma estrutura empresarial unificada o campesinato estaria excluído e sem lugar nesse futuro.

A intenção da implantação da modernização da agricultura de forma unificada para a produção, baseada no modelo empresarial e industrial, não foi suficiente para unificar e homogeneizar a forma social de produção onde o campesinato estaria subordinado somente as relações de capital e trabalho.

Na academia existem dificuldades para se estabelecer uma definição de agricultura familiar, alguns autores baseiam-se nos conceitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (Pronaf) que propõe uma tipologia de adequação, para outros são agricultores que se adaptam as demandas mercadológicas de forma rápida com a dependência de políticas públicas para se constituir.

A autora Wanderley (2003) salienta que o campesinato não pode ser compreendido pelo isolamento social e de exclusão mercadológica para a integração econômica e social, ou seja, a sociedade camponesa conseguiu se manter existente mesmo diante de todos avanços e a globalização se integra ao mercado ao mesmo tempo que as transformações aconteciam, constituindo-se como civilização ou cultura.

O campesinato pode ser entendido como uma forma social específica de produção onde a família é responsável pela gestão da unidade associando patrimônio, trabalho e consumo, sendo que a produção não é vista estritamente como forma de obtenção de

recursos visando apenas o consumo, mas para reprodução da família através da colaboração de todos os membros, dentro e fora da unidade, encaminhamento profissional dos filhos, regras matrimoniais, sucessões, saberes tradicionais entre outros (WANDERLEY, 2003).

O saber tradicional camponês passado de geração em geração não é suficiente para atender as demandas de mercados. As atividades agrícolas exigem cada vez mais tecnologia e conhecimentos técnicos para saber o manejo de plantas, máquinas e animais.

A autora Wanderley (2003) afirma que:

Gostaria de defender uma hipótese – que não é nova nem é minha – que pode ser formulada da seguinte forma: mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais. (WANDERLEY, 2003, p.47).

Para a autora em todo agricultor familiar tem um camponês adormecido, por isso surgiu a necessidade de ser considerada um projeto de sociedade e não somente objeto de intervenção do estado sem história, mas caminhando junto com as mudanças, gerando rupturas em determinadas épocas históricas e continuidade, portanto, os agricultores familiares não representam o modelo clássico de empresa capitalista e sim o modelo familiar.

A contextualização da agricultura familiar possibilita o entendimento do papel e o lugar que é ocupado na sociedade. Segundo Lamarche (1997), não é possível descrever especificamente e definir teoricamente o que é a agricultura familiar, pois não se conhece o suficiente e principalmente no Brasil, em que a agricultura familiar é diferenciada em cada região, tanto da forma de produção e dos produtos.

As características que permeiam os estabelecimentos da agricultura familiar estão atreladas ao campesinato que possui uma dinâmica específica e características próprias.

As funções nos estabelecimentos são compartilhadas pela família e tudo o que é produzido no estabelecimento é fonte de renda e também fonte de sobrevivência, ou seja, o local de trabalho do agricultor familiar é a própria casa.

Apesar da força dos agricultores familiares em superar as rupturas e dar continuidade, para que a agricultura familiar continuasse existindo até os dias atuais, lutas foram travadas, leis precisaram ser criadas, secretarias precisaram ser inauguradas, pois a agricultura familiar foi minimizada com o passar dos anos e sua importância não tem

sido levada em consideração até os dias atuais, quando comparado com os investimentos destinados ao agronegócio e para a agricultura patronal (GUANZIROLLI, 2015).

3.2 As origens históricas da agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar no Brasil não surgiu de repente tampouco foi trazida de outros países, de acordo com o autor Ribeiro (2006), na perspectiva da evolução cultural, a função da agricultura familiar já era desenvolvida pelos tupis, que segundo Guimarães (1977), nessa época os índios praticavam uma agricultura rudimentar para produzirem o alimento no período de sedentariedade que era intercalado com o período de nomadismo.

Segundo Altafin (2007), foram os indígenas que forneciam alimentos para os colonizadores que chegaram no Brasil, no início de sua colonização. Depois disso, passou-se a utilizar a mão de obra indígena não-escrava, que era usada nas feitorias, segundo Guimarães (1977), fato que ocorreu assim que os colonizadores chegaram no Brasil e reconheceram a mão de obra de fácil acesso.

As três principais características que marcam as origens coloniais presentes na agricultura familiar estão relacionadas a grande propriedade, a monocultura de exportação e a escravatura. Deve-se ressaltar, segundo Lamarche (1997), que o campesinato brasileiro foi influenciado pelas dinâmicas sociais da agricultura colonial brasileira.

O autor Oliveira (2001), diz que o camponês aprendeu a criar uma resistência à expropriação, em detrimento do modo capitalista de produção, que é excludente desde que as exportações começaram e passou-se a utilizar a terra de forma capitalista e não para exercer o seu papel fundamental.

Com a utilização da terra a favor do modelo capitalista, novas relações de trabalho foram sendo construídas no campo brasileiro, e com isso a escravidão passou a ser uma forma de mão-de-obra barata e de fácil acesso. Com a origem do trabalho escravo, segundo Oliveira (2001) se originou o trabalho camponês, pois houve a produção de alguns gêneros alimentícios cultivados por escravos para a subsistência e comercialização.

Alguns autores divergem da concepção de que o trabalho camponês se originou do trabalho escravo, para Lamarche (1997), o camponês se desenvolve principalmente em razão da economia precária do controle da produção e do trabalho, mas principalmente das técnicas de produzir e poder aquisitivo das pessoas que cultivavam produtos.

Dessa precariedade é desenvolvida a classe camponesa, que segundo Wanderley (1999) não consegue desenvolver todo o potencial do sistema produtivo vigente e da vida social, pré-estabelecidos na época.

A estrutura fundiária do Brasil, historicamente segundo Oliveira (2001), teve uma forma de distribuição e acesso à terra bastante desigual e que muito pouco foi alterada nos últimos séculos, ao contrário disso houve a concentração de muitas terras em mãos de poucos proprietários, sendo assim existem poucos com muita terra e muitos com pouca terra. O Brasil tem um aumento constante de latifundiários capitalistas e unidades camponesas de produção.

A grande propriedade juntamente com a agricultura patronal, recebeu estímulos e garantias dos governantes, na contramão de formas camponesas de produção ligadas a cultivos que foram colocadas à margem das políticas do Estado (RUIS, 2021).

O desenvolvimento da história dos camponeses é marcado por mudanças, rupturas e continuidades influenciados pelo avanço do capital na terra. Segundo Martins (1981) a dimensão mais importante para a caracterização da agricultura familiar é o território familiar e a sua plantação para subsistência.

3.3 Principais características da agricultura familiar

Uma das principais características que permeiam a agricultura familiar é o território voltado para a subsistência, o trabalho que é passado de pai para filho e a produção voltada ao autoconsumo e o excedente vendido para mercados locais.

Outro aspecto é a produção da agricultura familiar. Segundo Oliveira (2001) a produção camponesa é caracterizada principalmente pela forma particular de produzir e pelo trabalho que é realizado no próprio estabelecimento, produzindo para subsistência da família e para o abastecimento localmente.

O processo de avanço do uso do capital da terra, obrigou e expulsou os agricultores familiares de seus estabelecimentos, isso acontece pela falta de incentivos do governo e até mesmo pelo crescimento do cultivo de certos alimentos em específico. Muitos camponeses nesse avanço do capitalismo precisaram se adequar ao novo rural e procurar fontes de lucro para sustentarem as famílias, trabalhando nas propriedades de grande porte ou prestando serviço para as mesmas, mudando-se para áreas distantes por causa da ocupação das indústrias, entre outros trabalhos acessórios (WANDERLEY, 1999).

Segundo Graziano da Silva (1998) esses mesmos camponeses que precisavam procurar trabalhos acessórios para complementar as rendas, eram mal remunerados, e

quase chegavam a se igualar com o trabalho escravo, sendo que as vezes ganhavam apenas a comida do dia. Assim permaneceu até a desestruturação da economia pelo estado e pelos latifundiários, onde a agricultura familiar precisou procurar novos espaços para se alocar fomentando a descampezinação.

Com as mudanças que ocorreram no complexo rural na década de 1850, impulsionadas pela lei de terras e da proibição do tráfico negreiro surge o colonato. O colonato baseava-se no trabalho do colono caracterizado como um trabalhador assalariado temporário (trabalhava apenas na época da colheita, não como essencial, mas apenas como ajudante), porém também produzia alimentos que eram comercializados na região onde vivia, principalmente no complexo cafeeiro paulista (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A agricultura familiar possui diversas especificidades, pois a mesma está ligada ao campesinato e se enquadra em diferentes situações que influenciam substancialmente em detrimento do avanço do uso capital da terra, pois a agricultura familiar, passa a se adequar à situação ocorrente em determinado tempo da história, o que é chamada pela autora Wanderley (2003) de rupturas e continuidades.

Segundo Abramovay *et al.* (1998) essas transformações eram encontradas no Sul, por exemplo, onde a agricultura familiar estava determinada pela classificação do trabalhador e pela forma de produção.

O desenvolvimento da agricultura familiar ganhou espaço pois, a “profissão” e o cultivo eram passados de pai para filho, nomeado de minorato, que segundo Abramovay *et al.* (1998) tal prática valorizava a atividade agrícola e tornava o mercado de terras dinâmico para os pequenos agricultores. Tal propagação é modificada quando os filhos optam por profissões diferentes ou optam por não serem mais agricultores familiares, que ocorreu na década de 70.

Diante dessas transformações, a agricultura familiar passa a se ajustar aos padrões de produção, porém, os modos familiares são preservados, pois além do mercado começar a ser nivelado, com o benefício de produtos em específico, aumenta a procura de terras para arrendamento e compra, com isso surge uma reconfiguração do espaço rural para a agricultura familiar e também para a agricultura patronal (RUIS, 2021).

A autora Ruis (2021), salienta que a modernização da agricultura ocorrida na década de 1950, com foco no aumento da capacidade produtiva fomentada pelo incremento em pesquisas sobre sementes, manejo de máquinas no campo com o intuito

de aumentar a velocidade de produção, fertilidade de solo, influenciaram em um novo desenho do meio rural.

Essas dinâmicas enquadram-se na “Revolução Verde” que teve o seu início na década de 1960, visando exterminar a fome no planeta pelo aumento da produção de alimento. A revolução verde teve patrocínio do grupo Rockefeller, e com as vendas de insumos agrícolas, conseguiu expandir o mercado consumidor (RUIS, 2021).

A modernização da agricultura segundo Ruis (2021) inicia-se com a revolução verde, propondo o aumento da capacidade produtiva e com isso utilizou-se insumos e maquinários, que era chamado de “pacote tecnológico”, que também trouxe novas técnicas produtivas no meio rural, que segundo Martine (1991) foi apenas uma forma de monopolizar a agricultura pelos grandes produtores e ao mesmo tempo excludente para os pequenos produtores e fomentando o aumento da agricultura patronal.

O autor Balsan (2006) salienta que as tecnologias apresentadas é o ponto chave que concretiza o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente de mudança na maneira de produzir, abandonando a forma rudimentar e optando pelos maquinários, adubos, fertilizantes e agrotóxicos.

Essa dinâmica fez com que os agricultores familiares produzirem para o abastecimento local e para sua subsistência, porém pode ter contribuído para o êxodo rural (RUIS,2021).

Já na década de 60 com a produção de alimentos internamente, as importações caíram, e foi criado o complexo agroindustrial. Com isso surgiu o problema com a questão fundiária, onde muita terra fica com a minoria e pouca terra fica sob os cuidados de uma maioria, gerando desigualdade e excluindo os produtores de pequeno porte desse processo de avanços no país (RUIS,2021).

Até antes dos incrementos apresentados, a agricultura familiar era caracterizada pela agricultura rudimentar, diversificação de culturas, cultivos voltados para a subsistência da família, características que se alteraram segundo Balsan (2006) com o advento da modernização.

Como o desenvolvimento era contextualizado sob o aumento da capacidade produtiva, o pacote beneficiou alguns produtos, que faziam parte do interesse da indústria tais como: cana-de-açúcar, sorgo, milho entre outros ficando conhecidas como produtos de exportação.

Isso contribuiu para que os pequenos produtores perdessem espaço para o grande¹ produtor, fazendo com tivessem que vender as terras para as indústrias ou arrendassem para outros com maior capacidade produtiva.

Segundo Oliveira (2001) em uma visão mais economicista, alguns autores tratam da expropriação em que os agricultores familiares não conseguem vender os produtos no preço lucrativo, conseqüentemente não pagam as dívidas e são obrigados a vender as terras para honrar com os compromissos financeiros.

O autor Graziano da Silva (1998) salienta que:

Em linhas gerais, a dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior. Mas a produção agrícola para exportação ocupava apenas parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão-de-obra escrava e bens de capital) sendo outra parte destinada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção. No interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para a exportação, mas também manufaturas, equipamentos simples para a produção, transportes e habitação. Em outros termos, a divisão social do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se ligadas, grande parte dos bens produzidos só tinha valor de uso, não se destinando ao mercado. O mercado interno praticamente não existia (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.05).

Dessa forma o agricultor familiar ficou sem opções e foi obrigado a outros meios de sustento para a sua família, tais como empregos em indústrias, arrendamento das terras, busca de oportunidades na cidade o que pode ter contribuído para a favelização, inchaço urbano e êxodo rural.

O termo “Êxodo rural” seria melhor utilizado quando os agricultores familiares estivessem saindo do campo de livre e espontânea vontade, pois esse processo de desenvolvimento do uso capital da terra expulsa esses pequenos produtores do campo e o obriga a procurar novas oportunidades e trabalhos acessórios para manter a sua família (RUIS, 2021).

Para Wanderley (2003):

O processo de modernização se acompanhou, freqüentemente, de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola. Assim, a subordinação referida se traduz no nível político-ideológico pela legitimação da “empresa rural” – mesmo que mal definida – como a única forma de produção capaz de superar seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira. (WANDERLEY, 2003, p.57).

¹ O grande produtor aqui abordado é caracterizado pela capacidade produtiva, produz grandes quantidades, assim como o pequeno produtor, produz em pequenas quantidades, ou seja, levado em conta a produção e não o tamanho do estabelecimento.

Mesmo diante de todo processo de mudanças ocorridas no meio rural os agricultores familiares conseguiram resistir, construíram a própria história diante de diversas imposições inseridas na sociedade moderna.

3.4 Categoria de agricultura familiar atribuída

Para Lamarche (1997) o estabelecimento da agricultura familiar é o lugar de exploração da família, sendo o trabalho e a propriedade ligados estritamente a família, ou seja, o cultivo da agricultura familiar, consiste em um grupo social de familiares que conseguem se adaptar facilmente a mudanças.

O autor Buainain *et al.* (2003), os mesmos dizem que a agricultura familiar não é homogênea em aspectos econômicos, social e cultural, portanto, não formam uma categoria isolada ou com características específicas que as diferenciam muito das outras classes.

Carneiro (1998) diz que a agricultura familiar se descreve em três palavras: trabalho, terra e família. O mesmo diz que a família que é a cultivadora de alimentos, é a proprietária dos meios de produção com mão-de-obra própria, com forma independente de condição social e econômica.

Para Abramovay *et al.* (1998) a agricultura familiar tem o trabalho que é feito por mão-de-obra familiar no mesmo ambiente na qual a família é constituída, ou seja, não há a separação do ambiente de trabalho e do ambiente familiar, os dois se complementam.

Para Marx (1984) o pequeno produtor produz uma parte para seu consumo próprio, a outra parte que é o excedente é para comercialização por meio de mercadoria.

A definição de propriedade familiar consta na Lei 4.504/1964 (BRASIL, 1964), em cujo artigo 4, inciso II, tem-se:

“Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a definição de Agricultura familiar está contida em três características: a organização do estabelecimento de produção e o investimento no mesmo é feito por familiares; o trabalho realizado no estabelecimento, em sua maior parte, é feito pelos membros da família; o estabelecimento é de pertencimento da família.

Para estabelecer unidade produtiva (estabelecimento) considera-se a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), em seu artigo 3:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Como os agricultores familiares são pessoas que também produzem para autoconsumo, historicamente passaram a ser tratados como “produtores de subsistência”, fato que é mudado pelo PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que em 1995 fortalece a agricultura familiar pela criação da Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

Apenas uma pequena parcela de agricultores familiares poderia conseguir aderir aos benefícios do PRONAF, pois as condições abordadas para ganhar os benefícios fugiam da realidade em que eles se enquadravam, pois, por causa do êxodo rural se localizavam distantes dos distritos, os valores que cada estabelecimento tinha que receber no mínimo, não condiziam com os valores reais de produção, ou seja, um programa que ajuda teoricamente muitos agricultores, mas na prática exclui uma grande parcela (RUIS, 2021).

Grisa e Schneider (2014) dizem que os estabelecimentos de agricultura familiar são predominantes no Brasil, pois correspondem a maioria dos estabelecimentos rurais do país, e o maior número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura.

A categoria de agricultura familiar atribuída é intrínseca a cada região que a mesma se instala e depende das condições sociais desenvolvidas no âmbito rural e urbano, no estabelecimento a mão-de-obra predominante é familiar, com produção para sua subsistência e venda do excedente, utilizando do estabelecimento de pertencimento para a plantação e própria moradia.

A agricultura familiar no Brasil tem um lugar de suma relevância, principalmente na área ambiental, social e econômica. A agricultura familiar produz

grande parte dos produtos consumidos diariamente pelos brasileiros, produzem alimentos saudáveis e nutritivos como verduras, legumes, cereais, oleaginosas, entre outros; garantem a segurança alimentar oferecendo diversidade na produção; preservam o meio ambiente e a biodiversidade, por exercerem práticas que não esgotam o solo, dependem exclusivamente de recursos naturais para irrigação do solo e não provocam o desmatamento; geram emprego para a família que prioriza a mão-de-obra humana presentes na própria família.

Por isso, considera-se necessário o estudo teórico da mesma e além disso o incentivo em sua prática, pois é uma atividade essencial para o funcionamento do Brasil e de todos os municípios dos quais são abastecidos pela produção da agricultura familiar.

3.5 A agricultura familiar no município de Araçatuba/SP

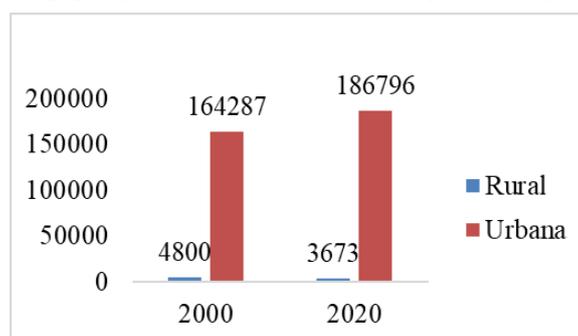
Para caracterizar a agricultura familiar no município de Araçatuba/SP, alguns aspectos do município são importantes, quanto ao número de habitantes e seu resgate histórico, principalmente na atuação da agricultura familiar, que tampouco foi reconhecida e contextualizada pelos livros de história do município em prol do fortalecimento das vidas dos pequenos produtores.

Sobre os dados coletados nessa pesquisa, ressalta-se que o censo agropecuário do ano de 2021 encontra-se apenas com dados preliminares, em razão do período de pandemia ocorrido. Dessa forma, optou-se por utilizar o censo agropecuário e a base de dados referente ao município e sua produção extraídos do censo agropecuário de 2017.

O município de Araçatuba localizado no interior do Estado de São Paulo, possui 199.210 habitantes (IBGE, 2021).

O gráfico 1 demonstra o crescimento da população no município de Araçatuba/SP, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2020).

Gráfico 01 – Crescimento da população rural e urbana no município de Araçatuba-SP



Fonte: Seade (População urbana e rural, 2000 e 2020).

Segundo a Missão Salesiana de Mato Grosso (MSMT) - (2010) a história de Araçatuba está ligada a construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB):

Esta estrada, que no início do século fez parte de uma política que visava a interiorização do país e sua ligação com outros países da América do Sul, teve seus trabalhos iniciados no dia 15 de novembro de 1904, com a construção de trecho que ligava Bauru à cidade de Itapura, localizada nas barrancas do rio Paraná. (MSMT, 2010, p.14).

No dia 02 de dezembro de 1908 o território de Araçatuba foi habitado em forma de acampamento dentro de um vagão, já no dia 08 de dezembro de 1921 foi estabelecida a lei 1812 que deu autonomia para ser município e em 1922 às 20 horas esse sonho se tornou realidade (MSMT, 2010).

O município passou por vários ciclos econômicos, primeiro o café, a seguir o algodão, pecuária e atualmente a cana de açúcar (MSMT, 2010).

Segundo a Missão Salesiana de Mato grosso a cidade é reconhecida como a capital do boi gordo indo de encontro ao título que foi batizado como rei do gado:

Sua economia é historicamente ligada a pecuária, sendo reconhecida como a “cidade do boi gordo”, e posteriormente, “cidade do asfalto”. Porém, atualmente o setor predominante é o sucroalcooleiro, que se encontra em crescimento acelerado e precisa de novas áreas para expandir (MSMT, 2010, p.14).

A economia de Araçatuba em diversos livros de história está contextualizada na produção agropecuária, com foco na pecuária de corte, principalmente pelas técnicas que eram utilizadas para na produção.

A criação de gado no município era predominante da agricultura patronal, que utiliza as terras para produzir dentro do modelo capitalista, ou seja, os produtos cultivados nesses estabelecimentos não sustentavam uma família, mas eram cultivados com o intuito de comercialização (RUIS, 2021).

A década de 2000 trouxe grandes avanços principalmente para as indústrias e o agronegócio, marcados pelo processamento de leite, produção de máquinas de lavar roupas, extratos de tomate e conservas, móveis planejados, criação e abates de aves, medicamentos fitoterápicos, equipamentos hospitalares, fios cirúrgicos, produtos químicos entre outros (MSMT, 2010).

O censo agropecuário de 2006 apresenta menor número de bovinos e aumento de lavouras temporárias, comparado com o censo de 2017.

Dados do IBGE (2017) demonstram que os estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba em sua maioria são de proprietários com média de 72 hectares

por estabelecimento, porém, quando comparado a agricultura familiar e não familiar os dados são preocupantes, sendo área média dos estabelecimentos da agricultura familiar 18 hectares e agricultura patronal 246 hectares, esses dados indicam uma desigualdade quanto a quantidade de hectares dispensados para os agricultores familiares e não familiares.

Os dados do Censo Agropecuário (2017) demonstra que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba em suas áreas (hectares) estão na condição de produtor proprietário, perfazendo 52%, sendo que na modalidade de arrendatário a porcentagem é de 30%.

A autora Ruis (2021) faz uma comparação desse percentual do ano de 1996 em relação a 2006:

A utilização de terras, com a mudança dos parâmetros e padrões da década de 1990, que elevou o cultivo das lavouras temporárias, se expandiu para a década seguinte. Em razão disso, o ano de 2006 também traz a característica da maior existência e aumento do cultivo de lavouras temporárias. Algumas áreas ocupadas anteriormente pela pecuária bovina passaram a serem utilizadas para lavouras temporárias (RUIS, 2021, p.246).

Isso pode acontecer devido a agricultura patronal ter tomado força, e com os incentivos dos novos programas do governo que foram implementados, cresceu a posse de terras e a produção.

Incentivos foram criados por parte de políticas nacionais para o aumento do plantio de cana-de-açúcar, milho, e soja, fomentadas pelo Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), que Teixeira e Hespanhol (2014) dizem que é um programa nacional para substituir carros que necessitam de petróleo por carros a álcool.

A MSMT (2010) salienta que:

Pecuaristas da região de Araçatuba aceitaram o desafio do governo e passaram a produzir álcool. Era a tentativa do país de deixar a dependência do petróleo que vinha do exterior. Especificamente em Araçatuba, destaca-se o trabalho do comendador Elísio Gomes de Carvalho, grande incentivador da implantação de destilarias na região, que via o álcool “o combustível do futuro que ia tirar o país da crise. (MSMT, 2010, p. 21).

Em 1979 com o incentivo do PROALCOOL e a expansão do produto na região, a Usina Univalem instalou uma estação experimental de cana de açúcar na cidade de Valparaíso – SP, ao lado de Araçatuba e incentivou a industrialização do setor (MSMT, 2010).

Mesmo diante dessas transformações, percebe-se que os avanços da agricultura familiar no município de Araçatuba foram pequenos, sendo que as lavouras temporárias ocuparam mais espaço em relação a áreas e contribuíram para a concentração de terras nas mãos de poucos estabelecimentos.

Como a principal característica da agricultura patronal está na utilização capitalista do solo, com os programas implementados pelo governo, a agricultura patronal se fortaleceu e cresceu territorialmente, com maior capacidade de investimento, melhor estrutura para produção e mercado para venda dos seus produtos.

Assim, nota-se que no município de Araçatuba a agricultura patronal é mais consolidada e mais bem amparada pelas políticas públicas em relação a agricultura familiar, ou seja, indicador de desigualdade.

Segundo o autor Bini (2015) os ciclos econômicos do município de Araçatuba na produção de café, algodão, pecuária bovina e lavoura canavieira, foram fundamentais na contribuição do abastecimento interno local, regional e nacional.

Os agricultores familiares do município de Araçatuba contribuem para o abastecimento dos mercados locais e dos municípios vizinho, principalmente de produtos como verduras, legumes e frutas nos mercados locais, muitas vezes comercializados nas feiras livres do município.

O IBGE (2017) no censo agropecuário, classifica a condição legal do produtor em relação as terras nas seguintes condições: produtor individual; condomínio, consórcio ou união de pessoas (inclusive casal, quando os dois forem responsáveis pela direção); cooperativa; sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada; instituição de utilidade pública; governo (federal, estadual ou municipal); e outra condição.

A condição legal do produtor categorizado como agricultor familiar caracterizado como produtor individual ocupa a posse de 9.129 hectares, já na condição de condomínio, consórcio ou união de pessoas 4992 hectares. Em relação ao produtor na condição de agricultor não familiar caracterizado como produtor individual ocupa a posse de 26.241 hectares, já na condição de condomínio, consórcio ou união de pessoas 6692 hectares. (IBGE,2017).

Levando em conta a condição legal do produtor categorizado como agricultor familiar e não familiar, caracterizado como produtor individual ocupa a posse de 35.369 hectares, já na condição de condomínio, consórcio ou união de pessoas 11.684 hectares no município de Araçatuba (IBGE,2017).

Nota-se que o produtor individual está em sua maioria inserido na agricultura patronal, respondendo por 35% da ocupação da área total sendo que o agricultor familiar individual representa 19%, isso demonstra o acúmulo de terras pelos agricultores não familiares.

Relacionando a condição do produtor às terras, segundo os dados do censo agropecuário de 2017, há uma concentração de terras com os proprietários (inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente) com 38.465 hectares utilizados e 453 estabelecimentos adeptos; a segunda maior posse de terras está nas mãos dos arrendatários com 22.610 hectares e 107 estabelecimentos adeptos, em seguida os assentados definitivos com 3.948 hectares e 318 estabelecimentos adeptos; ocupante (a justo título) com 983 hectares e 86 estabelecimentos adeptos e por último comodatário com 456 hectares com 35 estabelecimentos adeptos (IBGE,2017).

Percebe-se que os proprietários e arrendatários possuem as maiores quantidades de hectares divididos entre si. Tais classes são formadas pela agricultura patronal, que tem por objetivo a utilização capital da terra. Esse fato é comprovado com a utilização de terras que, no município de Araçatuba 40.766 hectares estavam sendo destinados para as lavouras temporárias e apenas 2.163 hectares para as lavouras permanentes.

No município de Araçatuba 534 estabelecimentos utilizaram adubação, delas 308 estabelecimentos usaram de adubação química, 75 estabelecimentos orgânica e 151 utilizaram da adubação química e orgânica. Ou seja, 534 estabelecimentos tiveram condições financeiras para investir na adubação do terreno, a maioria utilizou de adubação química, que por sinal requer um custo elevado de investimento, mas apresenta resultados satisfatórios em curto espaço de tempo (IBGE,2017).

Para a utilização de agrotóxicos, o quadro se repete, pois apenas 320 estabelecimentos utilizaram de agrotóxicos em sua produção, 700 estabelecimentos não fizeram a utilização. Levando em consideração o número de estabelecimentos que utilizaram adubação química, comparado com os estabelecimentos que utilizaram de agrotóxicos, os números quase se igualam, assim conclui-se que os mesmos estabelecimentos que utilizaram de adubação química também investiram em agrotóxicos.

Como já discutido sobre os avanços da agricultura no Brasil, sob a ótica da modernização, onde poucos estabelecimentos agropecuários, produtores e produtos foram contemplados e beneficiados, pois o acesso a novas formas de produção era escasso em razão das condições financeiras dos agricultores potencializando assim o acúmulo de

terras, sendo que o município de Araçatuba segue a mesma dinâmica de acordo com os dados do IBGE (2017), apresentando que a agricultura patronal é dominante.

Referente aos financiamentos e empréstimos, no município de Araçatuba, 241 estabelecimentos obtiveram financiamentos ou empréstimos, porém 779 estabelecimentos não obtiveram. Número que é muito parecido aos estabelecimentos que utilizaram de adubo químico e agrotóxico, ou seja, os produtores que eram donos de terra ou que possuíam bens para dar de garantia ao banco, conseguiram investir em suas criações e cultivos no ano de 2017, já os agricultores que não possuíam bens de garantia, não conseguiram ter sucesso em empréstimos ou financiamentos, que servem inclusive para a compra de maquinários, uma das razões do fato de que na agricultura familiar a mão-de-obra predominante é humana.

Em 2017, 314 estabelecimentos optaram pelo cultivo convencional do solo; 133 estabelecimentos optaram pelo cultivo mínimo e 72 pelo plantio direto. O cultivo convencional faz utilização de práticas tradicionais, ou seja, toda a vegetação é removida, utiliza-se de maquinários para a aração e gradagem do solo, que facilitam no crescimento das plantas. O cultivo mínimo utiliza de poucas máquinas no solo, faz a sulcação para um novo plantio, nas mesmas linhas da safra antiga. O plantio direto ou convencional é a prática de deixar os restos das plantas no solo e preparar o solo novamente para a semente que será depositada na mesma linha de semeadura da safra passada.

Considerando os 1020 estabelecimentos agropecuários, a utilização de maquinário também apresenta concentração para poucos, em relação aos tratores apenas 414 estabelecimentos possuem, sendo que normalmente tratores são utilizados para atividades agrícolas de grande carga, semeadeiras/plantadeiras 160 estabelecimentos; colheitadeiras 47 estabelecimentos e adubadoras e/ou distribuidoras de calcário 159 estabelecimentos.

A tabela 5, a seguir, apresenta os produtos da horticultura produzidos pela agricultura familiar e não familiar no município de Araçatuba no ano de 2017.

Tabela 05- Produção da horticultura da agricultura familiar e não familiar em Araçatuba no ano de 2017.

Produção	Agricultura não familiar		Agricultura Familiar	
	Estabelecimentos (QTD)	Toneladas	Estabelecimentos (QTD)	Toneladas
Abobrinha	X	X	28	58
Agrião	2	X	3	X
Alface	18	221	62	389
Almeirão	10	24	40	36
Batata-doce	X	X	1	X
Berinjela	1	X	21	X

Beterraba	X	X	1	X
Brócolis	2	X	8	X
Cebolinha	13	26	45	35
Cenoura	X	X	5	3
Chicória	2	X	3	X
Chuchu	X	X	1	X
Coentro	6	10	12	2
Couve	11	31	41	48
Couve-flor	3	X	4	X
Espinafre	X	X	1	X
Gengibre	X	X	1	X
Hortelã	3	4	3	1
Jiló	2	X	10	X
Manjeriço	1	X	1	X
Maxixe	1	X	22	X
Milho verde (espiga)	1	X	4	X
Morango	X	X	1	X
Nabo	X	X	1	X
Pepino	X	X	4	20
Pimenta	3	0	13	2
Pimentão	X	X	1	X
Quiabo	2	X	30	X
Rabanete	2	X	2	X
Repolho	1	X	7	X
Rúcula	5	64	33	36
Salsa	8	9	27	9
Tomate (estaqueado)	1	X	3	X
Vagem (feijão vagem)	X	X	4	3
Mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio)	X	X	2	X
Total	98	389	445	642

Fonte: IBGE Censo agropecuário do ano de 2017.

Na tabela 5, percebe-se que a produção de hortaliças da agricultura familiar é superior a agricultura não familiar em quase o dobro considerando as toneladas, a maioria dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (57%) produzem alimentos da horticultura, comparados entre si, já dos estabelecimentos da agricultura não familiar 40% produzem alimentos da horticultura. A letra X apontada na tabela 5 são dados indisponíveis no censo agropecuário 2017.

O Programa de Aquisição de Alimentos –PAA, foi estabelecido pelo artigo 19 da Lei no10.696, em 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto no7.775, de 4 de julho de 2012, integrando o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de promover o acesso a alimentação com o incentivo da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos iniciou no município de Araçatuba a partir de 2006, com o objetivo de distribuir frutas, legumes, cereais e hortaliças para as creches, no mercadão da cidade, nos mercados que em parceria com a prefeitura aceitaram receber as mercadorias da agricultura familiar, entre outros (RUIS, 2021).

Atualmente o programa esta ativo no município e a primeira entrega de alimentos, segundo o site da Prefeitura Municipal de Araçatuba em 2022, distribuiu mais de 18 toneladas de alimentos através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Casas Abrigo Masculina e Feminina, Centro Pop, CCI – Centro de Convivência do Idoso, SECOI – Serviço de Convivência Infante Juvenil, e mais de 20 entidades socioassistenciais do município.

Tais ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Araçatuba, contribuem para a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) atendendo as demandas de saúde publica que preconizam a qualidade de vida e erradicação da fome.

O autor Almeida (2015) salienta que:

Considerando que cada tipo de ator demanda um programa de segurança alimentar específico, quando o foco do programa de política pública centrar-se realmente no ator, cada eixo clamará por definições quanto às suas especificidades econômicas, sociais e culturais, por exemplo, encontrando importante exemplo nas figuras do agricultor familiar e do trabalhador rural. Para estas, os eixos autenticidade e solidariedade revelaram que a segurança alimentar não pode ser alcançada a contento por meio de programas generalizados. (ALMEIDA, 2015, p. 83).

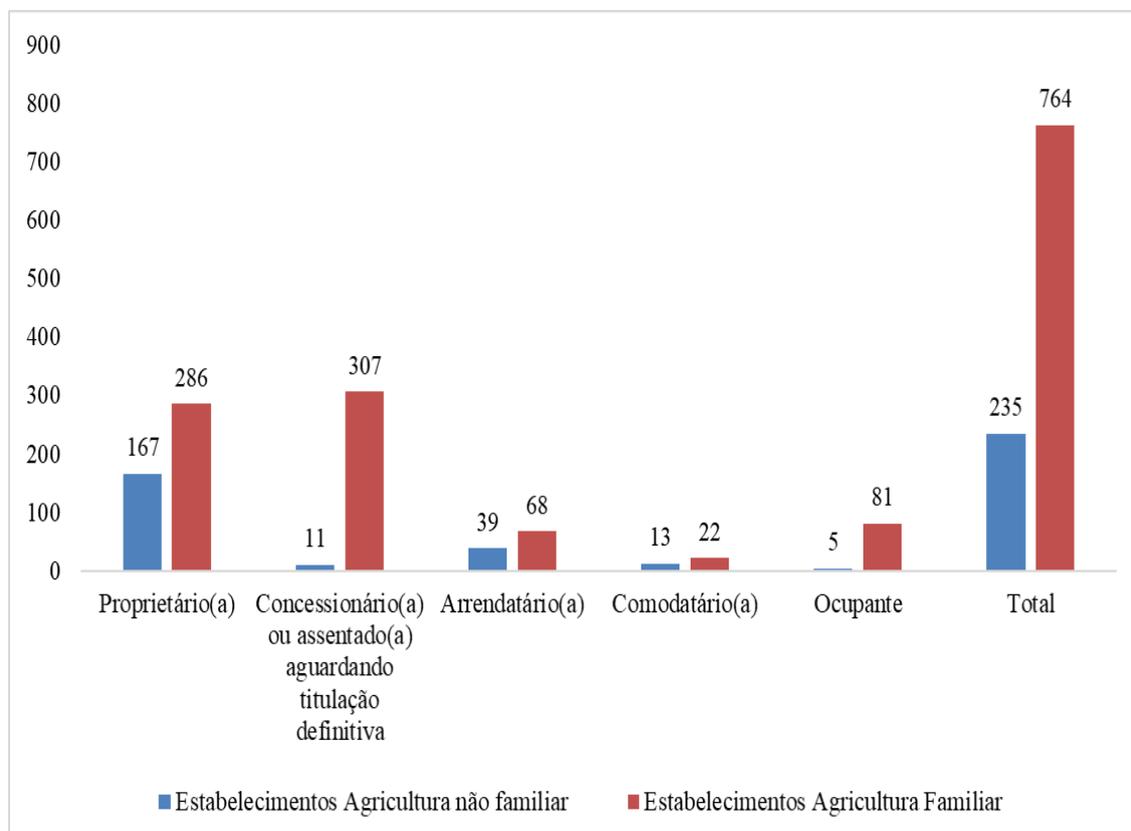
A elaboração de índices que avaliam a Insegurança Alimentar Nutricional de um determinado espaço e grupo de pessoas, permitem a análise das políticas públicas e suas efetividades na garantia da Segurança Alimentar Nutricional.

O gráfico 2 retrata as condições legais dos agricultores no município de Araçatuba de acordo com os dados do IBGE (2017), categorizado nas condições de: proprietário(a); concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva; arrendatário(a); parceiro(a); comodatário(a); ocupante; produtor sem área.

O produtor sem área tanto caracterizado como agricultor familiar e não familiar o valor é zero. Para parceiro o valor no campo de agricultores familiares foi apontado com

a letra X, sendo que o valor total apresentado esta discrepante para essa categoria, portando foi desconsiderado dos dados visto que não é possível afirmar o valor exato.

Gráfico 02 – Condições legais dos produtores no município de Araçatuba em 2017



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

O gráfico 2 apresenta que na totalidade dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba, existe a predominância de terras próprias.

De acordo com o gráfico 2, do total de estabelecimentos agropecuários em que o produtor é considerado proprietário 167 são agricultores não familiares e 286 familiares; os estabelecimentos agropecuários em que o produtor é considerado concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva 11 são agricultores não familiares e 307 familiares, ou seja, predominante no município os estabelecimentos dessa categoria para agricultura familiar; estabelecimentos agropecuários em que o produtor é considerado arrendatário 39 são agricultores não familiares e 68 agricultores familiares; os estabelecimentos agropecuários em que o produtor é considerado comodatário 13 são agricultores não familiares e 22 familiares; os estabelecimentos agropecuários em que o produtor é ocupante 05 são agricultores não familiares e 81 agricultores familiares.

Nos próximos capítulos serão abordados de forma separada as comparações dos estabelecimentos de agricultura e pecuária da agricultura familiar e agricultura não familiar nas modalidades fundiária, produtiva, tecnológica e social.

Oliveira (2001) diz que o aumento de terras arrendadas teve aumento no município devido ao interesse por culturas de exportação comparando o aumento do ano de 2006 para 2017.

Para melhor entender a logística dos estabelecimentos agropecuários, a tabela 6, a seguir, a quantidade de estabelecimentos e porcentagem por grupo de área que cada estabelecimento se enquadra.

Tabela 06 – Grupos de área no município de Araçatuba/SP ano de 2017.

Grupos de area	Quantidade de estabelecimentos	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	12	1,18%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	7	0,69%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	0,39%
De 0,5 a menos de 1 ha	18	1,76%
De 1 a menos de 2 ha	22	2,16%
De 2 a menos de 3 ha	38	3,73%
De 3 a menos de 4 ha	25	2,45%
De 4 a menos de 5 ha	20	1,96%
De 5 a menos de 10 ha	83	8,14%
De 10 a menos de 20 ha	471	46,18%
De 20 a menos de 50 ha	149	14,61%
De 50 a menos de 100 ha	72	7,06%
De 100 a menos de 200 ha	39	3,82%
De 200 a menos de 500 ha	34	3,33%
De 500 a menos de 1.000 ha	14	1,37%
De 1.000 a menos de 2.500 ha	4	0,39%
De 2.500 a menos de 10.000 ha	3	0,29%
De 10.000 ha e mais	1	0,10%
Produtor sem área	4	0,39%
Total	1020	100,00%

Fonte: IBGE censo agropecuário do ano de 2017.

A tabela 6 demonstra que os estabelecimentos da agricultura e pecuária do município de Araçatuba, predominantemente são pequenos, de média de 10 a menos de 20 hectares.

O IBGE (2017) no censo agropecuário classifica a utilização das áreas nas seguintes formas:

1. Lavouras - permanentes
2. Lavouras – temporárias;
3. Lavouras - área para cultivo de flores;
4. Pastagens – naturais;
5. Pastagens - plantadas em boas condições;
6. Pastagens - pastagens plantadas em más condições;
7. Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal;
8. Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais;
9. Matas ou florestas - florestas plantadas;
10. Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais;
11. Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis.

A tabela 7, a seguir apresenta os tipos de cultivos que são praticados nas áreas dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba de acordo com a classificação do IBGE.

Tabela 07 – Cultivo no município de Araçatuba no ano de 2017.

Cultivo	Estabelecimento (QTD)	Área (ha)
Lavouras - temporárias	417	40766
Pastagens - plantadas em boas condições	813	23253
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	264	4602
Lavouras - permanentes	91	2163
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	702	1882
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	68	911
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	14	441
Matas ou florestas - florestas plantadas	12	113

Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	11	67
Lavouras - área para cultivo de flores	25	57

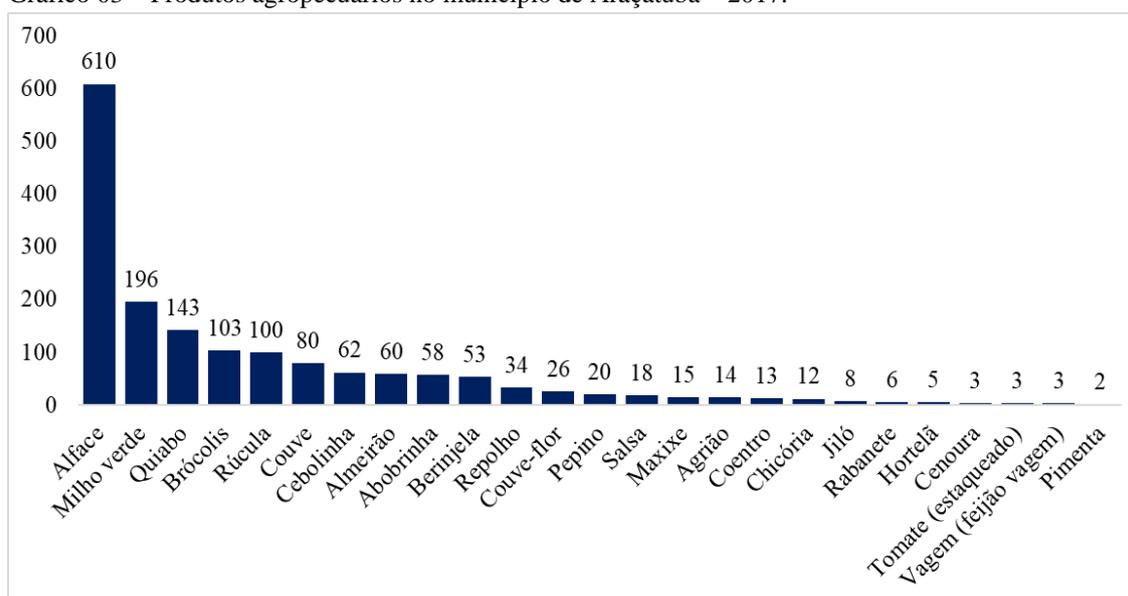
Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A tabela 7 demonstra que a área do município de Araçatuba é predominantemente ocupada por lavouras temporárias, representando 40.766 hectares; pastagens plantadas em boas condições com 23.253 hectares; matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal com 4.602 hectares; lavouras permanentes com 2.163 hectares; lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis representando 1.882 hectares; pastagens plantadas em más condições com 911 hectares; matas e/ou florestas naturais um total de 441 hectares; matas ou florestas plantadas com 113 hectares; área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais com 67 hectares; e área para cultivo de flores com 57 hectares;

Comparando o censo agropecuário do ano de 2006 com o de 2017, percebe-se que as áreas de pastagens tiveram queda. O ano de 2006 tinha 53.357 hectares para pastagem e em 2017 com 23.253 hectares usados.

O gráfico 3, a seguir, demonstra os produtos dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba em toneladas.

Gráfico 03 – Produtos agropecuários no município de Araçatuba – 2017.



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A hortaliça com a maior produção é a alface, com 610 toneladas produzidas nos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba, sendo que os agricultores familiares produzem 64% da produção dessa hortaliça.

As demais seguem: milho verde (196 toneladas); quiabo (143 toneladas); brócolis (103 toneladas); rúcula (100 toneladas); couve (80 toneladas); cebolinha (62 toneladas); almeirão (60 toneladas); abobrinha (58 toneladas); berinjela (53 toneladas); repolho (34 toneladas); couve-flor (26 toneladas); pepino (20 toneladas); salsa (18 toneladas); maxixe (15 toneladas); agrião (14 toneladas); coentro (13 toneladas); chicória (12 toneladas); jiló (8 toneladas); rabanete (6 toneladas); hortelã (5 toneladas); cenoura (3 toneladas); tomate (estaqueado) – (3 toneladas); vagem (feijão vagem) – (3 toneladas); pimenta (2 toneladas).

A autora Clemente (2015) salienta que:

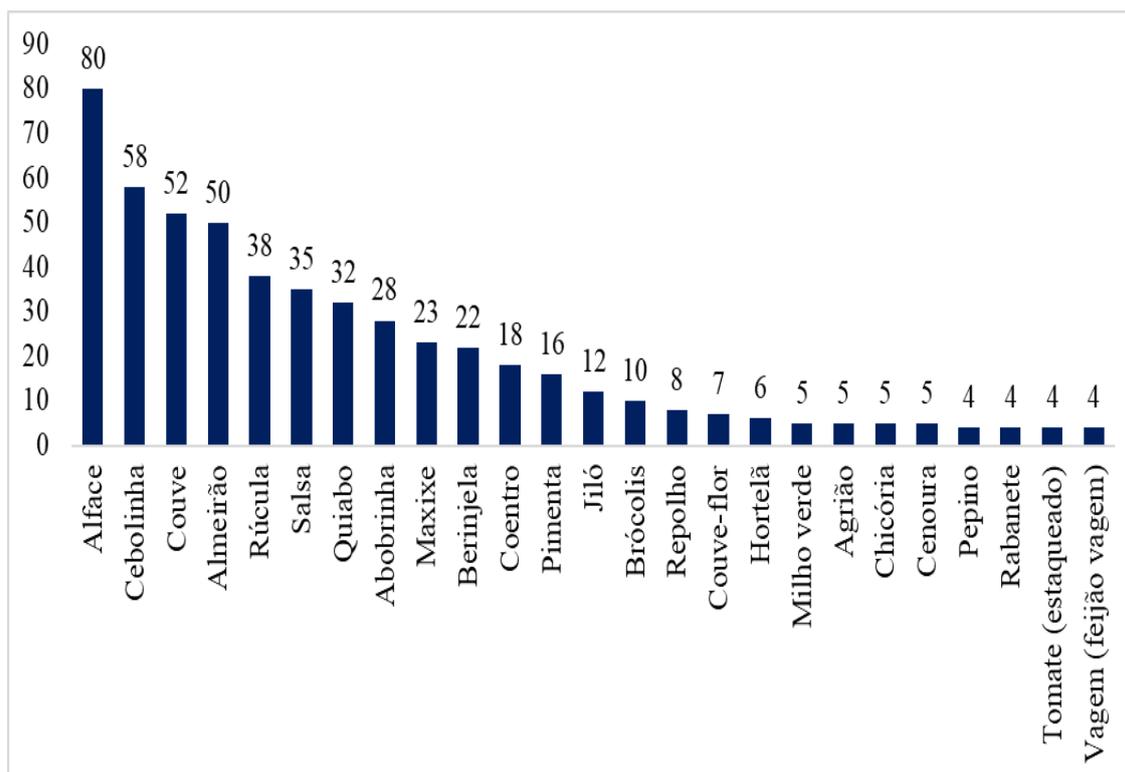
O cultivo de hortaliças no Brasil ocupa importante destaque no cenário do agronegócio e a grande maioria das propriedades são consideradas de base familiar. Este segmento está presente em todas as regiões, especialmente na Sul e no Sudeste do país, gerando emprego e renda aos agricultores. Estimativas recentes mostram que a safra brasileira de hortaliças supera 19 milhões de toneladas, considerando-se 32 espécies cultivadas, e movimenta mais de 24 milhões de reais. As culturas responsáveis pelo maior volume de produção são o tomate, a batata, a cebola, a cenoura, a batata-doce e o alho. O setor está se profissionalizando e, nas últimas três décadas a produção e a produtividade praticamente dobraram sem que houvesse relativo aumento de área que, recentemente, aproxima-se de 800 mil hectares. (CLEMENTE, 2015, p. 13).

Isso demonstra a importância da agricultura familiar no abastecimento local de alimentos, nesse caso hortaliças, que desempenham sua relevância na garantia de segurança alimentar nutricional.

Percebe-se que no município de Araçatuba, embora exista diversificação das atividades econômicas, a lavoura temporária é a mais praticada, pois recebe maiores investimentos, a área produtiva é maior que a área produtiva da agricultura familiar, mas a agricultura familiar existe em seus detalhes e a prática do cultivo de hortaliças necessita de pequenas áreas para conseguir consolidar as atividades.

O gráfico 4, a seguir, apresenta a quantidade de estabelecimentos da agricultura e pecuária do município de Araçatuba, que produzem hortaliças

Gráfico 04 – Produção da horticultura no município de Araçatuba em 2017.



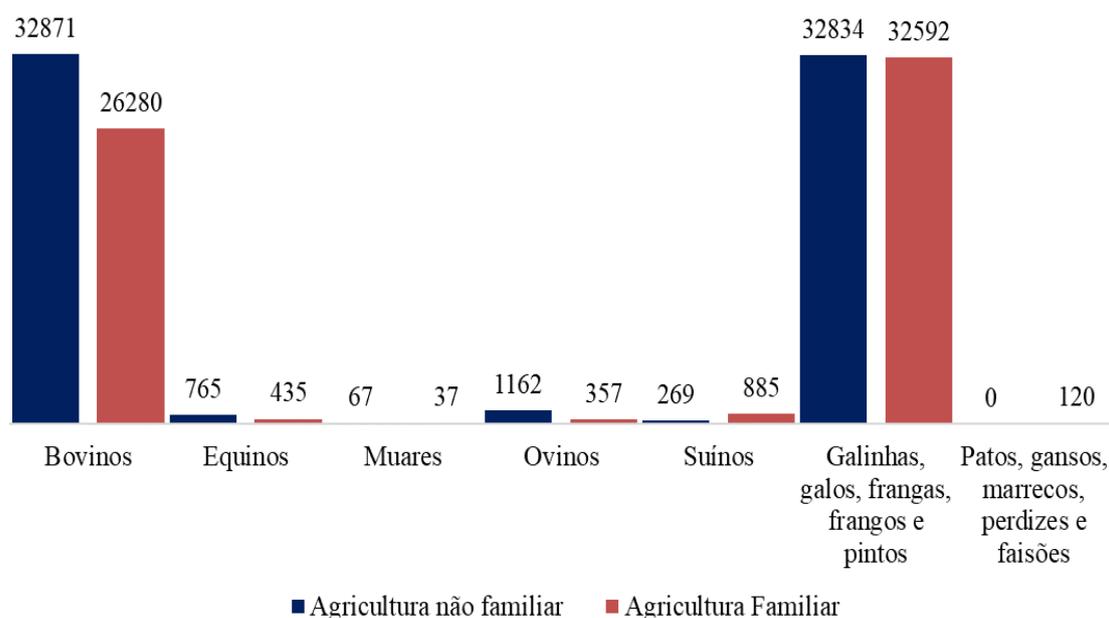
Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A produção de alface ocupa a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba que produzem hortaliças conforme demonstrado no gráfico 4.

De acordo com o gráfico os estabelecimentos estão distribuídos de ordem decrescente: alface (80 estabelecimentos); cebolinha (58 estabelecimentos); couve (52 estabelecimentos); almeirão (50 estabelecimentos); rúcula (38 estabelecimentos); salsa (35 estabelecimentos); quiabo (32 estabelecimentos); abobrinha (28 estabelecimentos); maxixe (23 estabelecimentos); berinjela (22 estabelecimentos); coentro (18 estabelecimentos); pimenta (16 estabelecimentos); jiló (12 estabelecimentos); brócolis (10 estabelecimentos); repolho (8 estabelecimentos); couve-flor (7 estabelecimentos); hortelã (6 estabelecimentos); milho verde (5 estabelecimentos); agrião (5 estabelecimentos); chicória (5 estabelecimentos); cenoura (5 estabelecimentos); pepino (4 estabelecimentos); rabanete (4 estabelecimentos); tomate (estaqueado) (4 estabelecimentos); vagem (feijão vagem) (4 estabelecimentos);

O gráfico 5, a seguir, demonstra a quantidade de animais (cabeças) no município de Araçatuba, de acordo com a produção de bovinos, equinos, muares, ovinos, suínos, galinhas, galos, frangos, frangas e pintos, patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões.

Gráfico 05 – Produção da pecuária no município de Araçatuba no ano de 2017.



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

De acordo com o gráfico 5, a produção predominante é de bovinos, características da maioria dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba.

O gráfico 5 demonstra que o número de cabeças de bovinos da agricultura não familiar é de 32.871 cabeças e 26.280 estão nos estabelecimentos da agricultura familiar; equinos 765 cabeças da agricultura não familiar e 435 da agricultura familiar; muare 67 da agricultura não familiar e 37 da agricultura familiar; ovinos 1162 da agricultura familiar e 357 da agricultura não familiar; a maioria dos suínos estão nos estabelecimento de agricultura familiar com 885 cabeças e agricultura não familiar 269 cabeças; a quantidade de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos é de 32.834 cabeças nos estabelecimentos de agricultura não familiar e 32.592 de agricultores familiares e por fim a produção de patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões esta presente apenas na agricultura familiar com 120 cabeças.

A criação de gado foi reduzida no município de Araçatuba comparando o censo 2006 com 2017, porém não reduziu ao ponto de deixar de ser uma atividade econômica inexistente no município.

A agricultura familiar permanece enquadrada nos programas de incentivo, porém continua sem receber incentivos do governo e verbas que a auxiliem a ter uma estrutura produtiva diferenciada e com melhor qualidade.

A agricultura familiar recebe poucos incentivos do município, ressalta-se mesmo que a agricultura patronal não recebesse tantos incentivos do município, a mesma ainda seria a maior, pois visa fornecer insumos para as indústrias, ou seja, é baseada na lei mercadológica capitalista.

3.6 Segurança Alimentar

A lei orgânica nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 no artigo 3º define a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) como:

Art. 3 A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Todos têm direito ao acesso regular (regularmente) e permanente (não somente por um período, mas de forma contínua), à alimentos de qualidade e quantidade suficiente sem comprometer o acesso as necessidades essenciais, tendo como base praticas alimentares promotoras de saúde, ou seja, de alimentos saudáveis e que respeitem a diversidade local, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Segunda as autoras Rigon e Bógus (2015), a segurança alimentar Nutricional (SAN) ocupa um papel fundamental para erradicação da fome, desde o período colonial percebe-se a carência de alimentos, decorrente do latifúndio agroexportador, à pobreza e a falta de Políticas Públicas (PP) comprometidas com a SAN da população.

Em 1930 sob influência do movimento de medicina social, um grupo de médicos abriram a discussão sobre o problema da fome e suas consequências para a saúde da população. A partir dos anos 40, 50 e 60 essa temática apareceu sobre a ótica das Políticas Públicas (PP) brasileiras com a realização de programas e ações de caráter assistencial em diferentes áreas como alimentação do trabalhador, nutrição materno-infantil e alimentação escolar (RIGON; BÓGUS, 2015).

Embora essas ações tenham importância relevante, elas foram incipientes por não combater as causas dos graves problemas sociais que determinavam a privação da população ao acesso ao alimento (RIGON; BÓGUS, 2015).

A partir de década de setenta, vários órgãos de assessoramento do governo foram institucionalizados, e em 1972 houve a criação do Instituto Nacional de Alimentos e Nutrição (INAN), responsável em apoiar o governo na formulação da política nacional

de alimentação e nutrição, coordenando e fornecendo apoio de combate à fome (RIGON; BÓGUS, 2015).

Quatro anos mais tarde (1976) ocorreu a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PROAN), conceituado em uma visão estritamente biomédica do problema nutricional, por resultados restritos a priorização do desenvolvimento econômico em relação ao social (RIGON; BÓGUS, 2015).

A década de 1980 foi tímida com os avanços, manteve-se o perfil de práticas de suplementação alimentar de grupos vulneráveis sendo marcado pelo clientelismo e assistencialismo, entretanto garantiu a abertura democrática com a promulgação da Constituição Federal (RIGON; BÓGUS, 2015).

O ano de 1990 foi marcado pelos programas de ajuste estruturais preconizados por organismos internacionais (FAO/ONU) e a incorporação dos princípios neoliberais nas estatais. Observou-se que a publicação com o Mapa da Fome responsável em apontar a vulnerabilidade de 32 milhões de brasileiros em situação de indigência, sendo o grande marco para a mobilização nacional sobre a questão da fome, houve a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que possibilitou a participação da sociedade civil para a articulação (RIGON; BÓGUS, 2015).

O CONSEA contribuiu para a descentralização da alimentação escolar, na ampliação da distribuição emergencial de alimentos no Semiárido e no desenvolvimento de processos de geração de emprego e renda, principalmente para famílias que estavam em situação de insegurança alimentar (RIGON; BÓGUS, 2015).

Nos anos 2000, com uma nova constituição, o CONSEA promoveu estudos e encaminhamento da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (2006), criou-se o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (2004) e implementou-se uma Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – PNSAN (2007), constando o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar como princípios fundamentais para a efetivação da SAN (RIGON; BÓGUS, 2015).

De acordo com os critérios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), os domicílios são avaliados em condições: com segurança alimentar aqueles onde os moradores tem acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequados e não sentem ameaça de sofrer restrições de alimentos no futuro próximo; insegurança alimentar leve os indivíduos apresenta algumas preocupações com a qualidade e quantidade dos alimentos disponíveis; insegurança alimentar moderada em que os moradores convivem com a restrição quantitativa de alimentos, ou seja, uma quantidade limitada; insegurança

alimentar grave além dos membros adultos as crianças também passam pela privação de alimentos podendo chegar na fome.

Segundo Rodrigues (2009) a alimentação é contextualizada um ato voluntário em que o indivíduo faz a escolha de forma consciente da vontade de se alimentar. A escolha é processo de decisão individual que o homem faz de acordo com sua vontade e está diretamente relacionada com o tipo de alimento, quantidade, qualidade que é considerada de acordo com o costume de consumo, muito além dos nutrientes, respeitando valores culturais, familiares e sociais.

Para autora Maniglia (2009) alimentar-se é um ato que depende de condições financeiras do indivíduo, o alimento é um produto como qualquer outro dentro do sistema capitalista, portanto, para adquirir é preciso de dinheiro, isso faz com que a pobreza seja o principal motivo de fome no mundo. A existência do ser pessoa é possível quanto se tem o direito de exercer a cidadania, sendo factível quando as condições humanas são contempladas. Desta forma a autora salienta que:

No mundo, são muitos os que não podem ser pessoa, são milhares os que não têm o que comer, que são desnutridos, que vivem à margem social. São párias na escala social, que terão seus descendentes também como párias (MANIGLIA, 2009, p. 123).

O autor Almeida (2009) apud Almeida, Almeida e Ferrante (2015), diz que a fome apresenta fatores distintos sendo singular a cada território. Países asiáticos e africanos apresentam a fome como parte do desabastecimento, ou seja, falta de alimentos. Em outros países a fome é resultado da desigualdade social envolvendo problemas na educação, falta de emprego para uma parcela vulnerável da população. A renda mínima defendida pelos governantes pode atenuar a insegurança alimentar por um determinado período (curto prazo), possibilitando a aquisição de alimentos pelos pobres, mas a longo prazo acaba sendo uma medida de assistencialismo, favorecendo o sistema de acúmulo que por si só promove a desigualdade, exclui, reduz empregos, gerando mais precariedade na saúde e educação.

A preocupação com a fome, como flagelo mundial a ser enfrentado de maneira conjunta por todas as nações, passou a ter maior destaque no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, principalmente no contexto europeu, em que diversos países tiveram suas economias profundamente afetadas pelos combates. Alguns anos mais tarde, a situação de tragédia iria se agravar ainda mais, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, com poder de destruição bem maior e com a expansão dos conflitos para além das fronteiras europeias, com impactos (diretos e indiretos) desastrosos em todo o sistema econômico mundial. Soma-se a esse cenário um ambiente de bipolarização na

disputa pela hegemonia política e econômica no período pós-Guerra, que ficou conhecida como Guerra Fria. (SILVA, 2014, p. 8)

A Primeira Grande Guerra mediante a possibilidade de escassez de alimentos, lançou o debate para o enfrentamento da fome. Devido a devastação que a guerra causou em toda Europa, houve a necessidade de criar maneiras para combater a fome. Com o a Segunda Guerra Mundial a situação se agrava para outros países e essa discussão passa a ser mundial e de forma coletiva, possibilitando mais tarde a criação organismos mundiais para solucionar esse problema.

Em 1996 na Conferência Mundial de Alimentação, foi confeccionado um documento chamado Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, onde Chefes de Estado e de Governo de diversos países, reunidos se comprometeram em criar mecanismos para reduzir, pela metade, a população em condições de fome até o ano de 2015. Esse documento expressamente tange a necessidade da discussão e implementação de ações para erradicar a fome de maneira global, dependendo de implementação de redes de comercialização internacional mais justas e equilibradas, através de políticas e programas que proporcionem o acesso de alimentos produzidos (FAO, 1996).

O documento define segurança alimentar:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã. (FAO, 1996, s. p.)

Segundo Conti (2009) essa temática começou a ganhar força e ação a partir de 1970 quando a FAO realizou a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, fomentando a necessidade de aumentar a produção agrícola para conseguir estoques que estimulasse a disponibilidade de alimentos, frente período pós-guerra passando pela crise mundial de alimentos e ao mesmo tempo o crescimento da população. A conferência *“diminuiu a ênfase no Direito Humano à Alimentação associado à Segurança Alimentar e acentuou-se o estímulo ao que se convencionou chamar de “Revolução Verde”* (CONTI, 2009, p.18).

O autor Scolari (2006), salienta que a produção mundial de cereais aumentou significativamente entre o período de 1965 a 2005. Com o aumento da produção estimulada pela revolução verde (uso de fertilizantes, irrigação, sementes melhoradas e produtos fitossanitários), as taxas de ocupação de áreas para a produção per capita em

hectares, diminuíram, comparando os períodos: 1965/1990 o crescimento foi de 81% e 1990/2005 apenas de 20%.

Com a Revolução Verde, a produção de alimentos aumentou em quatro vezes, enquanto a população mundial apenas dobrou, ou seja, aumento a produtividade (CONTI, 2009).

Para Buainain, Garcia e Vieira (2016), apesar da Revolução Verde ter trazido avanços sobre o tema, também trouxe problemas sociais, ambientais, como a evasão demográfica rural. Esse progresso foi obtido em detrimento do sacrifício de recursos naturais, gerando consequências ambientais negativas afetando toda sociedade, que acabaram ficando as margens, sob o pensamento da impossibilidade de aumentar a produção sem causar prejuízos ambientais.

Isso mostra que existem grandes desafios para o mundo em garantir o abastecimento de alimentos a população e que seja disponível de acordo com o crescimento populacional, e quando incluído o conceito de Segurança Alimentar Nutricional (SAN), o desafio aumenta de forma exponencial, trazendo a tona questões que estão além do acesso e da disponibilidade dos alimentos, mas aos valores inerentes a vida e a saúde humana, que com apoio da sociedade e da ciência, inseriu e tornou a alimentação assunto de debates dos direitos humanos.

Em 2002, o Relator Especial da ONU (Organização das Nações Unidas) apud. Burity *et al.* (2010) considera o direito à alimentação um dos mais importantes para o mundo e usou a seguinte definição:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ONU, 2002, apud BURITY *et al.* (2010) p. 15)

Todo ser humano tem o direito a se alimentar com alimentos saudáveis e com qualidade, de forma constante, permanente e sem restrições, respeitando a cultura local com liberdade de decisão. A fome não pode ser resolvida de forma isolada, é preciso considerar a insegurança alimentar, que por longo período não foi priorizada pelos governantes atuando de em um processo de invisibilidade.

O direito humano à alimentação vem intensificando e se espalhando pelo mundo, sendo defendido como um problema social a ser resolvido. Nesse sentido surge um novo conceito conhecido como soberania alimentar que é definido:

Daí se evoluiu para o conceito de que soberania alimentar significa que cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Por mais dificuldades naturais que houver, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente. Já existe conhecimento científico acumulado, para enfrentar as dificuldades naturais e garantir a produção de bens suficientes para sua reprodução (STEDILE; CARVAHO, 2010, p. 151)

Cada país tem o direito de produzir o próprio alimento com seus próprios métodos de produção, preferencialmente de forma sustentável e ecológica dando oportunidade para aos produtores, distribuírem e consumirem alimentos além das exigências de mercados.

Diante das leituras, observa-se que o conceito de produção de alimentos foi ganhando destaque e avançando com a preponderância através da aplicabilidade de técnicas de produção que foram incorporadas com a Revolução Verde, completamente antagônicas ao conceito de Soberania Alimentar.

Os conceitos e padrões sobre a segurança alimentar estão acompanhados da subjetividade da visão do tema.

O autor Almeida *et al.* (2008), defende que o sucesso para um programa de segurança alimentar, está absolutamente no desenvolvimento de políticas públicas locais e regionais, criando condições sociais e econômicas (locais) atraindo redes de cooperação com padrões e alternativas para o desenvolvimento, respeitando os fatores: capital social, humano, conhecimento, pesquisa, informação e as organizações.

Os padrões, valores e normas locais institucionais, desde que não tenham uma visão somente econômica, mas que envolvam decisões políticas e o desenvolvimento do capital social regional, promove o desenvolvimento social de forma sistêmica, e a própria rede passa a agir como um agente de transformação (Almeida *et al.* 2008).

A formação de uma rede de segurança alimentar, considerada de maneira sistêmica, considerando além da saúde das pessoas, higiene dos alimentos e autenticidade da produção, mas também condições de renda e de emprego de agricultores familiares e trabalhadores rurais que fazem parte da produção de alimentos (ALMEIDA; PAULILLO; FERRANTE, 2006).

As redes que promovem a inclusão social e dependem de recursos financeiros, tecnológicos, políticos, e jurídicos, fomentam e contribuem de forma orgânica em municípios e regiões, mas é preciso ter apoio e boa vontade de todos envolvidos, para alcançar a segurança alimentar (Almeida *et al.* 2008).

Um estudo realizado por Rover (2011), analisou o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, mostrou que as experiências locais e regionais da rede, criaram um circuito próprio de comercialização com resultados comerciais promissores, contribuindo para a troca de produtos entre núcleos regionais, além de criar espaços alternativos de mercado e organização social.

O estudo mostra que a rede ganhou autonomia com autodeterminação dos agricultores familiares, organizações e movimentos. O estudo corrobora com a visão de Held (1987), referenciando a história da democracia, portanto, a autonomia representa a relação entre indivíduos e organização com liberdade para inovar e reinventar.

Almeida et al (2008) afirmam que:

Uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação e temáticas de intervenções: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. Os eixos das políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos e devem estar ligadas a valores fundamentais da população: 1) saúde, 2) higiene, 3) meio ambiente, 4) autenticidade e 5) solidariedade. Todos esses valores são socialmente construídos em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população malnutrida. (ALMEIDA et al. 2008, p. 4)

Os eixos respeitam os valores fundamentais da população local, sendo esses os princípios que norteiam a segurança alimentar de forma ampliada, é um recurso fundamental para a inclusão social.

O autor Almeida *et al.* (2015) argumenta que para se ter descobertas específicas de uma determinada região é preciso a elaboração de índices que respeitem as especificidades locais.

Segundo Almeida *et al.* (2015). As políticas públicas devem ser criadas respeitando os cinco principais eixos discutidos na Conferência de Roma para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), sendo saúde valorizando a composição nutricional dos alimentos, higiene em que os alimentos estão livres de tóxicos ou nocivos, ecológico respeitando o meio ambiente, autenticidade respeito a quem sabe fazer e tradição local e regional, e solidariedade incluindo os valores morais e ideológicos com a participação da população no processo

de consumo, na busca por alimentos livres de mão de obra escrava, trabalho infantil entre outros fatores, e com isso o produto é valorizado podendo ser vendido com um preço maior em respeito a esses valores.

Nesse sentido surge a importância da construção de índice de segurança alimentar para a agricultura familiar que considere o sujeito de acordo com seu território, isso facilita na criação de programas específicos que considere cada grupo revelando especificidades da vida econômica e social do agricultor (ALMEIDA, 2015).

3.7 Canais de comercialização

O agronegócio baseado na agroindústria especializada no mercado internacional na modalidade de exportação, tem como meio de comercialização as chamadas “cadeias longas” ou “circuitos longos”, em que são várias as etapas da cadeia produtiva, passando pelo produtor até chegar ao consumidor final, dessa forma, uma pequena parte do valor gerado no processo fica para o produtor, ou seja, com os agricultores (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Em contrapartida, as feiras baseiam a comercialização em “cadeias curtas”, “circuitos curtos” ou “redes curtas” em que o processo de comercialização é “encurtado” de forma direta entre produtor e comprador (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Os circuitos agroalimentares curtos oferecem novas possibilidades aos agricultores familiares através de inovações sociais, contribuem para o desenvolvimento local, os mesmos promovem a interação da agricultura familiar com a dinâmica local e ganha relevância no contexto da globalização (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

Os autores Saquet e Meira (2017), explicam que os circuitos curtos ocorrem por meio de territorialidades entre o rural e o urbano, através do elo de confiança gerado entre produtor e consumidor, sendo um elemento fundamental ao desenvolvimento local.

As relações geradas entre agricultor e consumidor através dos circuitos curtos de comercialização se fundamentam em valores e significados, como a confiança, proximidade e mudança de mentalidade quanto a perspectiva de qualidade.

A comercialização através do circuito curto tem capacidade de “ressocializar” e “reespacializar” os alimentos na medida em que são comercializados, respeitando os valores locais, tipo de produção, como a venda de orgânicos ou produtos artesanais (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Grisa *et al.* (2010) defende que a qualidade, o enraizamento, e a realocação são características fundamentais que diferem as cadeias curtas de comercialização dos

circuitos longos, corroborando com os estudos dos autores Marsden, Banks e Bristow (2000) que salienta sobre os valores fundamentais dessa cadeia sendo baseados na confiança, reciprocidade e o interconhecimento.

Na cadeia de circuito curto existem três tipos nessa modalidade de comercialização, a face a face, em que o produto é adquirido diretamente do produtor; a de proximidade espacial considerando a produção dentro de uma determinada localidade; espacialmente estendida, em que o produto é comercializado fora da localidade, mas tem no rótulo a marca da localidade, permitindo que o comprador se conecte ao produtor através desse rótulo, sabendo onde foi produzido (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Para se criar um mercado local ambientalmente correto e orgânico é preciso aproximar produtores e consumidores, e isso gera um desafio para o modelo agroalimentar atual.

A produção orgânica é vista como uma solução para essa integração, considerando a influência na ação que abrange todo sistema agroalimentar, com destaque aos mercados locais e a comercialização através dos circuitos curtos impulsionando o desenvolvimento local.

Para que isso seja colocado em prática é preciso considerar circuitos curtos distintamente entre venda direta e indireta.

A venda direta é dividida em: venda dentro da propriedade, como a colheita pelos consumidores, retirada de cestas e vendas no estabelecimento da propriedade; venda direta fora da propriedade, tais como as feiras, entrega de cestas em domicílio, as lojas de associações de produtores, venda para consumidores selecionados, mercados institucionais, feiras agropecuárias e eventos; serviços na propriedade, sendo as iniciativas de agro turismo, pousada e eventos de esporte (DAROLT, 2013).

A venda indireta existe a intervenção de um único intermediário entre o produtor e cliente, como lojas especializadas, mercados de produtos ecológicos e as lojas virtuais (DAROLT, 2013).

O autor Ferrari (2011) defende que os circuitos curtos é uma estratégia cujo objetivo é aumentar a autonomia dos produtores em detrimento ao sistema agroalimentar tradicional, pois promove maior ganho nos produtos através de melhor comunicação com o consumidor sobre o processo de qualidade, agregando na cadeia.

A autora Sen (2018) define desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, portanto, a liberdade promove o desenvolvimento e também é o meio pelo qual se dissemina.

Nesse sentido consideramos que a comercialização através dos circuitos curtos é uma estratégia poderosa para os agricultores familiares locais ampliarem suas necessidades reais, dando mais autonomia financeira, garantia de segurança alimentar, escolha na maneira de viverem suas vidas, possibilidade de aumentar a lucratividade de seus produtos potencializando a qualidade e agregando maior valor, reprodução, modos de vida, valorização da cultura e dos saberes regionais.

Do ponto de vista de expressividade no território político do município, a feira é irrisória, principalmente quando pautada no modelo agroalimentar tradicional que valoriza a produção em larga escala, atingimento da população de maneira global, porém do ponto de vista social, ambiental, ecológico, de desenvolvimento pautado na liberdade, de um modelo resistente, considerando a segurança alimentar e seus principais eixos, se faz relevante na promoção da vida onde acontecem as relações comportamentais, atrelados na solidariedade, respeito ao meio ambiente, valorização dos agricultores familiares, na autonomia e liberdade de todos os agentes locais envolvidos.

3.7.1 Feiras livres

Considerando o circuito curto na categoria de Darold (2013) (venda direta fora da propriedade) e Marsden, Banks e Bristow (2000) (venda face a face), as feiras são uma das mais expressivas modalidades do chamado circuito e alternativas de canal de comercialização de alimentos para os agricultores familiares na garantia de abastecimento e segurança alimentar nutricional.

Junqueira e Peetz (2015), em seu trabalho salienta que as feiras possuem raízes medievais e se intensificaram com os burgos (núcleos populacionais que surgiram nas cercanias dos castelos).

Esse processo promoveu mudanças na organização dos circuitos de abastecimento de alimentos, na criação de novas paisagens e profissões relacionadas a alimentação, promovendo a transição da economia típica de subsistência para uma economia de mercado. Essa mudança não ocorreu de forma imediata e nem integralmente (JUNQUEIRA; PEETZ, 2015).

As origens das feiras no Brasil estão ligadas ao período colonial, na perspectiva do abastecimento dos primeiros povos, e por isso é considerado um elemento fundamental da estrutura da organização social e econômica dos povos (JUNQUEIRA; PEETZ, 2015).

[...] as feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor. (GODOY e ANJOS. 2007, p. 364).

Desse modo, as feiras destacam-se como importante atividade para as práticas orgânicas e para a agricultura familiar, a partir da organização e identidade política pertencentes e a eliminação dos intermediários aproximando produtor e consumidor. As feiras livres possuem um papel fundamental para as unidades de produção familiar conforme salientado pelos autores Godoy e Anjos (2007).

Os agricultores familiares possuem saberes essenciais na produção de alimentos e na preservação ambiental de acordo com Vanderley (2003):

O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza [...]. (WANDERLEY. 2003. P.54).

As feiras não possuem origem recente, elas são parte do processo de existência de pequenas cidades em todo Brasil. Nas feiras existem diversas atividades e valores, movimento de trocas não somente financeira mais subjetivas entre produtores e consumidores (SANTOS *et al.*, 2014).

A feira segundo Santos *et al.* (2014, p.64) possuem diversas características:

Um lugar colorido, movimentado e cheio de sons, na primeira vez que nos deparamos com esses espaços já que sua forma esconde uma estrutura diversa e singular, cujos processos e funções se materializam numa paisagem complexa. É singular o visual das feiras, aquele visual colorido de frutas, legumes, roupas etc., iluminados pela luz solar que se infiltra através da cobertura das lonas, frestas ou espaços entre os amontoados de barracas.

No espaço da feira surgem diversas relações, econômicas, comerciais, solidárias, bate-papo, lanche, diversões, histórias e até disputas. Entende-se como um espaço de comércio, diálogo, trocas, resistência e parceria, principalmente por parte dos agricultores familiares organizados, que lutam pela sobrevivência.

As feiras-livres possibilitam para a agricultura familiar um importante canal de comercialização, de relevância inegável, em que se mostram como um sistema integrado

de relações sociais de trocas não apenas na lógica de mercado, mas cultural, social e histórica, interagindo com diversas racionalidades para além da econômica, mas comunitária, religiosa, familiar e societária possibilitando a reprodução social e a vida.

A relevância vai de encontro com o estudo de Almeida (2008) em estudar a segurança alimentar de forma ampliada trabalhada no capítulo anterior, considerando os eixos da saúde, solidariedade, meio ambiente, autenticidade e ecológico.

A comercialização de hortifrúti (horticultura associada à fruticultura) pelos agricultores familiares é extremamente relevante. Isso acontece devido a modificação de hábitos alimentares que buscam por alimentos saudáveis e equilibrados, ou seja, consumidores mais exigentes para alimentos frescos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Os agricultores familiares do município de Araçatuba

Os estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar, devem conter até 4 módulos fiscais, sendo que cada município tem estipulado a quantidade de hectares por módulo; ter metade da força de trabalho familiar; a atividade agrícola no estabelecimento deve ter no mínimo metade de renda familiar vinda do estabelecimento; e a gestão deve ser feita pela família.

O agricultor familiar possui forte relação com a terra, sendo local de trabalho e moradia sob influência econômica, social e cultural (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

A agricultura patronal inclui empreendimentos agropecuários de grande porte para a produção e exportação em larga escala, atendendo a demanda do mercado agroexportador.

4.1.1 Estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar

Para Santos *et al.* (2014), o estudo da composição fundiária de uma determinada região, justifica-se devido à relevância da distribuição fundiária no funcionamento do sistema econômico, pois regiões com alta concentração podem influenciar negativamente no desenvolvimento.

Portanto, grandes extensões de terras podem significar abrir mão dos produtos, e o agravamento desse problema ocorre em grandes proporções, embora estejam

relacionados a interesses puramente especulativos de proprietários de terras aptas à produção agrícola, mas que, ao contrário do cultivo, preferem apenas a valorização comercial das terras

Com relação a quantidade de estabelecimentos agropecuários e área, a tabela 8, a seguir, apresenta a agricultura familiar e não familiar dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba.

Tabela 8: Estabelecimentos da agricultura e pecuária categorizados como agricultura familiar e não familiar.

	Estabelecimentos	%	Area	%
Agricultura não familiar	244	23,9%	60.133	81,0%
Agricultor Familiar	776	76,1%	14.121	19,0%
Total	1.020	100,0%	74.254	100,0%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Na categoria área dos estabelecimentos agropecuários e número dos estabelecimentos, encontra-se informações sobre a quantidade de estabelecimentos divididos em agricultura familiar e não familiar no município de Araçatuba.

Na tabela 8 nota-se que o número de estabelecimento agropecuários da agricultura familiar representa 76,1% no município de Araçatuba, enquanto a agricultura patronal representa 23,9%.

Em relação a área dos estabelecimentos, o município segue a tendencia nacional da agricultura familiar que ocupa o menor espaço, com 19% de área, enquanto a patronal ocupa 81% da área, dando continuidade no processo de concentração e centralização de capitais na agricultura.

Os dados demonstram a desigualdade de terras para a produção da agricultura familiar que é a maioria na quantidade de estabelecimentos agropecuários e quantidade de pessoas residentes, mas com a menor ocupação de área.

Tabela 09: Estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas da agricultura familiar e não familiar.

	Total	Agricultura não familiar	%	Agricultor Familiar	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	12	6	2,46%	6	0,8%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	7	5	2,05%	2	0,3%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	-	-	4	0,5%
De 0,5 a menos de 1 ha	18	8	3,28%	10	1,3%
De 1 a menos de 2 ha	22	4	1,64%	18	2,3%
De 2 a menos de 3 ha	38	13	5,33%	25	3,2%
De 3 a menos de 4 ha	25	5	2,05%	20	2,6%
De 4 a menos de 5 ha	20	5	2,05%	15	1,9%
De 5 a menos de 10 ha	83	16	6,56%	67	8,6%
De 10 a menos de 20 ha	471	33	13,52%	438	56,4%
De 20 a menos de 50 ha	149	37	15,16%	112	14,4%
De 50 a menos de 100 ha	72	24	9,84%	48	6,2%
De 100 a menos de 200 ha	39	32	13,11%	7	0,9%
De 200 a menos de 500 ha	34	34	13,93%	-	-
De 500 a menos de 1.000 ha	14	14	5,74%	-	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	4	4	1,64%	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	3	3	1,23%	-	-
De 10.000 ha e mais	1	1	0,41%	-	-
Produtor sem área	4	-	-	4	0,5%
Total	1.020	244	100%	776	100%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Na categoria estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, encontra-se informações sobre a quantidade de estabelecimentos divididos em agricultura familiar e não familiar no município de Araçatuba, categorizados em: mais de 0 a menos de 0,1 hectares; de 0,1 a menos de 0,2 hectares; de 0,2 a menos de 0,5 hectares; de 0,5 a menos de 1 hectares; de 1 a menos de 2 hectares; de 2 a menos de 3 hectares; de 3 a menos de 4 hectares; de 4 a menos de 5 hectares; de 5 a menos de 10 hectares; de 10 a menos de 20 hectares; de 20 a menos de 50 hectares; de 50 a menos de 100 hectares; de 100 a menos de 200 hectares; de 200 a menos de 500 hectares; de 500 a menos de 1.000 hectares; de 1.000 a menos de 2.500 hectares; de 2.500 a menos de 10.000 hectares; de 10.000 hectares e mais; e produtor sem área.

A tabela 9 destaca a distribuição no âmbito dos estabelecimentos familiares e não familiares por grupos de área, com os números absolutos e proporções sobre número e área total desse âmbito. Observa-se mais da metade dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (56,4%) estão categorizados de 10 a 20 hectares, e quando somado

com os de 10 a 50 hectares, representam mais de 70% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

A agricultura patronal, os estabelecimentos estão divididos em: 15,16% são estabelecimentos de 20 a 50 hectares; 13,93% de 200 a 500 hectares; e 13,11% de 100 a 200 hectares. Essa concentração pode contribuir como fator indicativo da dificuldade de produção em detrimento dos agricultores familiares, que podem sofrer com a viabilidade de produção devido ao aumento da escala mínima para produção agropecuária.

Com relação a área dos estabelecimentos agropecuários a tabela 10, a seguir, apresenta as informações sobre por grupos de atividades econômicas, do município de Araçatuba.

Tabela 10: Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividades econômicas - Agricultura familiar e não familiar.

Agricultura não familiar	Hectares	%	Agricultura familiar	Hectares	%
Produção de lavouras temporárias	43479	72,3%	Produção de lavouras temporárias	2026	14,3%
Horticultura e floricultura	173	0,3%	Horticultura e floricultura	523	3,7%
Produção de lavouras permanentes	-	-	Produção de lavouras permanentes	-	-
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-	Produção de sementes e mudas certificadas	-	-
Pecuária e criação de outros animais	14713	24,5%	Pecuária e criação de outros animais	11173	79,1%
Produção florestal - florestas plantadas	-	-	Produção florestal - florestas plantadas	-	-
Produção florestal - florestas nativas	-	-	Produção florestal - florestas nativas	-	-
Pesca	-	-	Pesca	-	-
Aquicultura	-	-	Aquicultura	-	-
Total	60.133		Total	14.121	

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Na categoria área dos estabelecimentos por grupos de atividades econômicas, encontra-se informações sobre as formas de produção praticadas nos estabelecimentos agropecuários, no que se refere ao tipo de produção sendo: produção de lavouras temporária; horticultura e floricultura; produção de lavouras permanentes; produção de sementes e mudas certificadas; pecuária e criação de outros animais; produção florestal - florestas plantadas; produção florestal - florestas nativas; pesca e aquicultura. A metodologia de cálculo do Censo Agropecuário 2017 informa que o percentual total pode sofrer variação de até 5%.

Percebe-se na tabela 10 que os estabelecimentos de agricultura não familiar em produção de lavouras temporárias são predominantes com 43479 hectares ocupando 72,3% da área, seguido da pecuária e criação de outros animais com 14713 hectares

ocupando 24,5% da área e horticultura e floricultura com 173 hectares e representatividade de 0,3% da área ocupada.

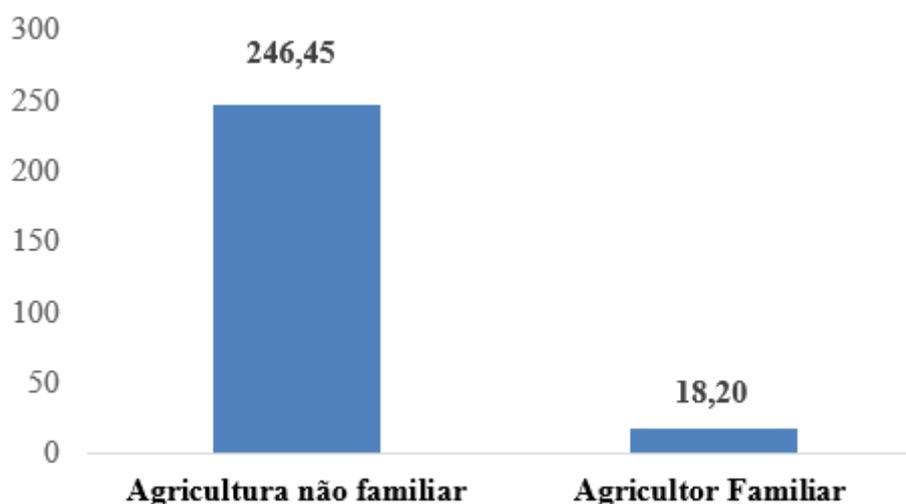
A agricultura familiar é notadamente predominante na pecuária e criação de outros animais, representando 79,1% da área e 11 173 hectares, seguido da produção de lavouras temporárias com 14,3% de área e 2026 hectares e por fim a horticultura e floricultura com 3,7% da área e 523 hectares.

Os dados da tabela colaboram com o cenário do Brasil que ocupa lugar de destaque na produção de hortaliças no agronegócio e a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar (CLEMENTE, 2015).

Esses números indicam a relevância da atividade agropecuária, em especial, da agricultura familiar, para o desenvolvimento local, levando em conta que a produção de hortaliças faz parte das cadeias curtas de produção, o que potencializa o papel do agricultor familiar no abastecimento local sustentável.

O gráfico 6, a seguir, apresenta as informações de área média da agricultura familiar e não familiar por estabelecimento agropecuário do município de Araçatuba.

Gráfico 6: Área média (ha) dos estabelecimentos agropecuários - Agricultura familiar e não familiar.



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Na categoria de área média, os estabelecimentos agropecuários foram classificados os da agricultura familiar e não familiar. Isso permite apresentar a diferença na capacidade produtiva entre os estabelecimentos de acordo com o tamanho médio.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a área média dos estabelecimentos agropecuários enquadrados na agricultura familiar é 18,20 hectares, enquanto nos

estabelecimentos da agricultura não familiar a área é 246,45 hectares perfazendo uma disparidade de 1354%, isso implica diretamente na produção e emplaca a alta concentração de terras pela agricultura patronal, podendo dificultar a produção dos agricultores familiares.

4.1.2 Estrutura tecnológica dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar

A análise tecnológica permite expor articulações entre os processos econômicos e sociais da agricultura e da indústria no Brasil, incluindo as relações de trabalho no campo e a agricultura familiar (MOREIRA, 1999).

Em relação uso de irrigação a tabela 11, a seguir, apresenta a porcentagem de estabelecimentos agropecuários que utilizam irrigação, do município de Araçatuba.

Tabela 11: Percentual médio de estabelecimentos agropecuários com declaração de uso de irrigação - Agricultura familiar e não familiar.

	Total de estabelecimentos do município	Estabelecimentos com irrigação	%	Total de área (ha) do município	Área (ha) com irrigação	%
Agricultura familiar	776	126	16,2%	14121	276	2,0%
Agricultura não familiar	244	33	13,5%	60133	256	0,4%
Total	1.020	159	15,6%	74254	532	0,7%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Na Tabela 11, verifica-se a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que utilizam sistema de irrigação, a agricultura familiar se destaca com o maior número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, 126 estabelecimentos, em seguida da agricultura patronal com 33 estabelecimentos. A agricultura patronal representa a maior área em hectares que utilizam sistema de irrigação 276 hectares, em seguida a agricultura familiar com 256 hectares. Vale lembrar que apesar da agricultura familiar se destacar a mesma ocupa menos de 20% do território do município de Araçatuba.

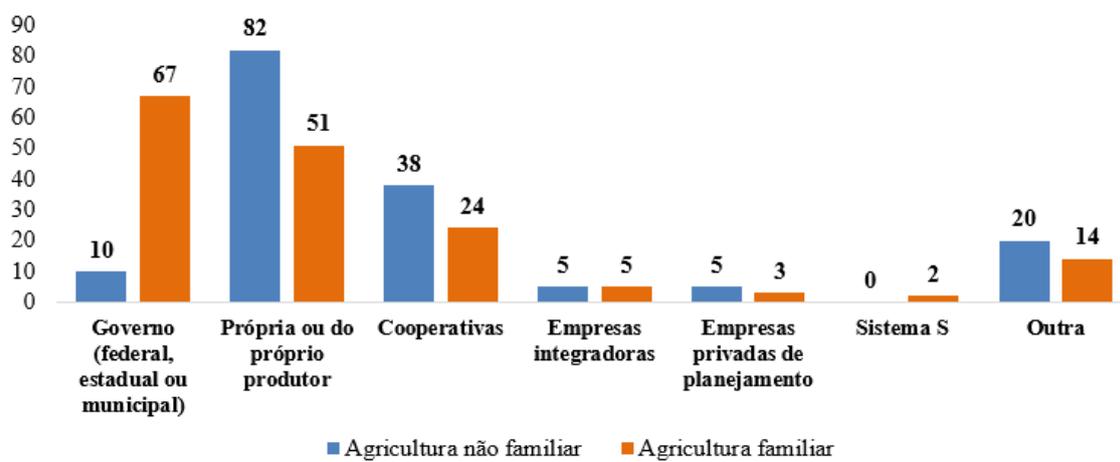
Os estabelecimentos agropecuários podem ou não receber assistência técnica, no município de Araçatuba 131 estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar recebem assistência técnica, representando 53,69 % dos estabelecimentos dessa categoria e 12,84% do total geral dos estabelecimentos, incluindo os estabelecimentos da agricultura familiar.

Os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, apenas 150 recebem assistência técnica, representando 19,3% dos estabelecimentos dessa categoria, número

muito baixo quando levamos em conta que a maioria dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar possuem menores áreas em hectares conforme já apresentado em comparações anteriores, ou seja, estabelecimentos necessitam de mais assistência técnica para melhor produtividade.

O gráfico 07, a seguir, mostra a origem da assistência técnica recebida no município de Araçatuba pelos estabelecimentos agropecuários.

Gráfico 7: Origem da orientação técnica - Agricultura familiar e não familiar.



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A origem da assistência técnica está dividida de acordo com a quantidade de estabelecimentos está dividida em: governo (federal, estadual ou municipal); própria ou do próprio produtor; cooperativas; empresas integradoras; empresas privadas de planejamento; Sistema S e Outra.

De acordo com o gráfico 7, os estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar, recebem assistência técnica do governo (federal, estadual ou municipal), 82 própria, 38 por cooperativas, 5 empresas integradoras, 5 empresas de privadas de planejamento e 20 por outra.

A assistência técnica própria ou contratada pelo produtor, é predominante na agricultura não familiar, o que pode ser um de maior renda e área.

Esse tipo de assistência é quando a orientação e a assistência técnica são prestadas por técnico contratado pelo produtor ou quando a pessoa que administra o estabelecimento (produtor ou administrador) possuir a habilitação técnica ou formação

profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento (IBGE, 2017).

O gráfico 7 mostra que 67 estabelecimentos da agricultura familiar recebem assistência técnica oriunda do governo (federal, estadual ou municipal), destacando a necessidade de manutenção das políticas públicas para assistência técnica, 51 usam assistência própria, 24 através de cooperativas, 5 empresas integradoras, 3 empresas privadas de planejamento, 2 do sistema S e 14 de outras origens.

A tabela 12, a seguir, apresenta informações dos estabelecimentos agropecuários que utilizam adubação.

Tabela 12: Percentual médio de estabelecimentos agropecuários com uso de adubação - Agricultura familiar e não familiar.

	Total de estabelecimentos do município	Não fez adubação	%	Fez adubação	%
Agricultura familiar	776	394	50,8%	382	49,2%
Agricultura não familiar	244	92	37,7%	152	62,3%
Total	1.020	486	47,6%	534	52,4%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A tabela 12 apresenta a quantidade total de estabelecimentos agropecuários do município nas categorias de agricultura familiar e não familiar, divididos em: não fez e fez o uso de adubação e os respectivos percentuais em relação ao total.

A agricultura familiar possui 776 estabelecimentos agropecuários no município de Araçatuba, 394 não fizeram o uso de adubação, ou seja, mais da metade dos estabelecimentos (50,8%) não utilizaram essa técnica. 382 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (49,2%) fizeram o uso de adubação.

Para a agricultura não familiar 152 estabelecimentos agropecuários fizeram o uso de adubação, totalizando 62,3%, sendo que 37,7% não utilizaram.

Levando em conta todos os estabelecimentos agropecuários nas categorias de agricultura familiar e não familiar, pode-se afirmar que mais da metade dos estabelecimentos agropecuários fizeram adubação (52,4%), e nota-se que 47,6% não utilizaram.

O Censo Agropecuário divide em categorias o tipo de adubação de acordo com a tabela 13, a seguir, com as informações dessas categorias.

Tabela 13: Araçatuba – Percentual médio de estabelecimentos agropecuários com uso de adubação – orgânica e química.

	Total de estabelecimentos do município	Fez adubação - química	%	Fez adubação - orgânica	%	Fez adubação - química e orgânica	%
Agricultura familiar	776	213	27,4%	60	7,7%	109	14,0%
Agricultura não familiar	244	95	38,9%	15	6,1%	42	17,2%
Total	1.020	308	30,2%	75	7,4%	151	14,8%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A tabela 13 apresenta a quantidade total de estabelecimentos agropecuários do município nas categorias de agricultura familiar e não familiar, divididos em uso de adubação química, orgânica e os dois concomitantemente, com os respectivos percentuais em relação ao total.

A agricultura familiar com 776 estabelecimentos agropecuários no município de Araçatuba, 213 fizeram o uso de adubação química, ou seja, 27,4%; 60 estabelecimentos fizeram adubação orgânica representando 7,7% e 109 utilizarão adubação orgânica e química (14%).

Para a agricultura não familiar com 244 estabelecimentos agropecuários no município de Araçatuba, 95 fizeram o uso de adubação química, ou seja, 38,9%; 15 estabelecimentos fizeram adubação orgânica representando 6,1%; 42 utilizarão adubação orgânica e química (17,2%).

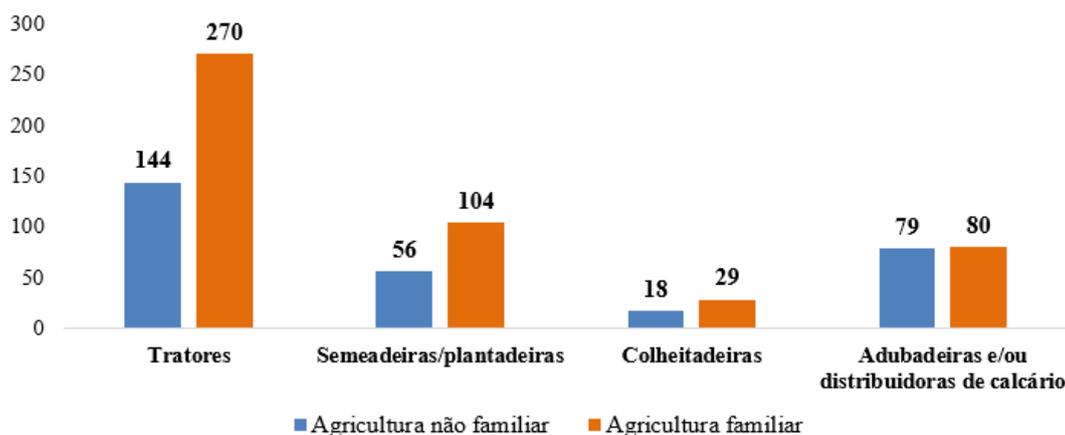
De acordo com os dados totais dos estabelecimentos agropecuários nas categorias de agricultura familiar e não familiar, 308 fez o uso de adubação química (30,2%); 75 fez adubação orgânica (7,4%); 151 fez química e orgânica (14,8%).

4.1.3 Estrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar

A atividade produtiva familiar contribui na geração de renda e emprego na economia, e também na disponibilidade de produtos no mercado interno, pois contribui nacionalmente (ARAÚJO; VIERA FILHO, 2018).

No quesito tratores, é importante que esse aspecto seja evidenciado, o mesmo pode incrementar mudança nos manejos dos solos, seja com a disponibilização pelo estado através de associações, parcerias, entre outros fatores condicionantes, o Gráfico 08 a seguir apresenta as características dos estabelecimentos da agricultura e pecuária do município de Araçatuba.

Gráfico 08: Tratores, implementos e máquinas utilizados nos estabelecimentos agropecuários.



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A utilização de tratores, implementos e máquinas está crescendo nesse setor na agropecuária, e os produtores estão cada vez mais utilizando esse tipo de ferramenta para fazer melhorias e aumentar a produção nos estabelecimentos agropecuários. A definição da utilização desse tipo de equipamento foi realizada considerando-se as seguintes categorias: utilização de tratores; semeadeiras/plantadeiras; colheitadeiras; adubadoras e/ou distribuidoras de calcário.

Os estabelecimentos da agricultura não familiar 144 possuem tratores, 56 semeadeiras/plantadeiras, 18 colheitadeiras e 79 adubadoras e/ou distribuidoras de calcário. Para a agricultura familiar 270 tratores, 104 plantadeiras, 29 colheitadeiras e 80 adubadoras e/ou distribuidoras de calcário.

Apesar da agricultura familiar se destacar na quantidade de estabelecimentos que utilizam os equipamentos, percebe-se que a porcentagem dos estabelecimentos dessa categoria tem uma lacuna e não consegue competir de forma igualitária com a agricultura não familiar.

Os estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar, 59% utilizam tratores, 23% semeadeiras/plantadeiras, 7,4% colheitadeiras e 32,4% adubadoras e/ou

distribuidoras de calcário. Considerando os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, 34,8% utilizam tratores, 13,4% semeadeiras/plantadeiras, 3,7% colheitadeiras e 10,3% adubadoras e/ou distribuidoras de calcário.

4.1.4 Estrutura social dos estabelecimentos agropecuários em Araçatuba da agricultura familiar e não familiar

A dimensão social resume os resultados de preocupações sobre as consequências sociais, ambientais e econômicas, supondo que todos os cidadãos tenham o mínimo para uma vida digna, sem pobreza e com desigualdade aceitável (BINI, 2018).

Em relação ao nível de instrução, a tabela 14, a tabela a seguir apresenta conforme o nível de escolaridade dos produtores por estabelecimentos agropecuários, classificados em agricultura familiar e não familiar.

Tabela 14: Escolaridades dos produtores agropecuários por estabelecimentos - Agricultura familiar e não familiar.

	Estabelecimento	Agricultura não familiar	%	Agricultura familiar	%
Nunca frequentou escola	20	1	0,4%	19	2,4%
Classe de Alfabetização - CA	5	-	-	5	0,6%
Alfabetização de Jovens e Adultos - AJA	1	-	-	1	0,1%
Antigo Primário (Elementar)	256	28	11,5%	228	29,4%
Antigo Ginásial (Médio 1º ciclo)	125	19	7,8%	106	13,7%
Regular do Ensino Fundamental ou 1º grau	86	16	6,6%	70	9,0%
EJA - Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	1	1	0,4%	-	-
Antigo Científico, Clássico, Etc. (Médio 2º ciclo)	5	2	0,8%	3	0,4%
Regular de Ensino Médio ou 2º Grau	245	50	20,5%	195	25,1%
Técnico de Ensino Médio ou do 2º Grau	49	13	5,3%	36	4,6%
EJA - Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino Médio ou do 2º Grau	2	-	-	2	0,3%
Superior - Graduação	205	97	39,8%	108	13,9%
Mestrado ou Doutorado	12	9	3,7%	3	0,4%
Não se aplica	8	8	3,3%	-	-
Total	1020	244	100%	776	100%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Segundo o Censo Agropecuário 2017, em cerca de 0,4% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar de Araçatuba o produtor nunca frequentou a escola, enquanto os estabelecimentos da agricultura familiar o número é muito maior sendo de 2,4%.

Para a Alfabetização de Jovens e Adultos – AJA, e classe de alfabetização - CA o percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultores não familiares foi zero, já os estabelecimentos de agricultores familiares 0,6 e 0,1 respectivamente frequentaram. Assim, observa-se que, apesar do percentual de analfabetismo ser baixo, o número de produtores que frequentou uma sala de aula voltada para a alfabetização de jovens e adultos foi muito baixo.

Para o Antigo Primário (Elementar) os estabelecimentos de agricultura não familiar esse percentual foi de 11,5% e agricultura familiar 29,4%; para o antigo Ginásial (Médio 1º ciclo) foi de 7,8% para agricultura não familiar e 13,7% para agricultura familiar. Já em 6,6 % dos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar os produtores cursaram até o ensino fundamental ou 1º grau e agricultura familiar 9%, enquanto 0,4% dos agricultores não familiares participaram da EJA - Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino, sendo que os agricultores dos estabelecimentos da agricultura familiar não frequentaram.

0,8% dos estabelecimentos da agricultura não familiares frequentaram o fundamental ou do 1º grau, Antigo Científico, Clássico etc. (Médio 2º ciclo) seguido de 0,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar; 20,5% dos estabelecimentos da agricultura não familiar frequentaram o Regular de Ensino Médio ou 2º Grau e 25,1% agricultura familiar, 5,3% dos estabelecimentos da agricultura não familiar frequentaram o Técnico de Ensino Médio ou do 2º Grau e 4,6 da agricultura familiar; 0,3% a EJA - Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino Médio ou do 2º Grau somente nos estabelecimentos da agricultura familiar.

Para o ensino Superior – Graduação, o percentual de estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar cujos produtores concluíram esse nível de ensino foi de 39,8 % enquanto o percentual para os estabelecimentos da agricultura familiar foi 13,9 %. Os estabelecimentos da agricultura não familiar e familiar que declararam cursar uma pós-graduação, Mestrado ou Doutorado, foi 3,7 e apenas de 1,2% respectivamente. Dessa forma, no panorama geral, grande parte dos produtores agropecuários de Araçatuba que desenvolvem atividades como meios de subsistência, comercialização ou ambos, é composta por indivíduos alfabetizados, que aprenderam a

ler e escrever. O percentual de produtores que não frequentaram a escola nos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar é baixo, assim como o percentual dos que desistiram nas séries iniciais, enquanto nos estabelecimentos da agricultura familiar esse número é muito maior.

O trabalho agrícola tem sido muitas vezes transmitido de pais para filhos. As crianças podem seguir o exemplo de seus pais por desejo de sobrevivência ou de continuar a linha familiar por desejo de sobrevivência ou de continuar a linha familiar. O trabalho e os estudos também podem estar associados, resultando a não continuidade, já que os alunos frequentemente abandonam a escola para continuar trabalhando.

Em relação ao pessoal ocupado, a tabela 15, a seguir, mostra a quantidade de pessoas ocupadas na agricultura não familiar e agricultura familiar no município de Araçatuba.

Tabela 15: Pessoal ocupado - Agricultura familiar e não familiar.

	Pessoal ocupado	%
Agricultura não familiar	1448	45,3%
Agricultura familiar	1745	54,7%
Total	3193	100,0%

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A força de trabalho pode ser a principal mercadoria que os agricultores, principalmente na categoria familiar, possuem para dar ao mercado em troca de alguma remuneração e assim possibilitar a renda.

Em relação ao município de Araçatuba, 1745 pessoas estão ocupadas nos 776 estabelecimentos de agricultura familiar: o que representa 54,7% do total da força de trabalho ocupada na agricultura do município. Os estabelecimentos dessa categoria, 100% estão ocupados em atividades agropecuárias. E nos 244 estabelecimentos de agricultura não familiar estão ocupadas 1448 pessoas com 45,3% da força de trabalho ocupada na agricultura. Os estabelecimentos dessa categoria, 98,4% estão ocupados em atividades agropecuárias.

4.2 As feiras livres no município de Araçatuba

Aqui apresenta-se as feiras livres do município de Araçatuba, composta por 6 feiras gerais sendo que 4 possuem a presença de agricultores familiares.

As feiras municipais possuem 15 famílias de agricultores familiares, sendo que uma das famílias participam de todas as feiras, ou seja, se repete em todas as feiras.

Os agricultores familiares entrevistados possuem raízes históricas de geração em geração de acordo com a tabela 16.

Tabela 16: Origem da terra - Agricultura familiar e não familiar.

Agricultor familiar feirante	Herdeiro	Assentado	Outras atividades
Feirante 1		x	
Feirante 2	x		
Feirante 3	x		
Feirante 4	x		
Feirante 5	x		
Feirante 6	x		
Feirante 7	x		
Feirante 8			x
Feirante 9			x
Feirante 10	x		
Feirante 11	x		
Feirante 12	x		
Feirante 13	x		
Feirante 14	x		
Feirante 15	x		
Total	12	1	2

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

A grande maioria dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba são herdeiros, ou seja, possuem contato com as origens familiares de produção, isso pode fortalecer a família na produção e manutenção do estabelecimento agropecuário.

Percentualmente, 80% estão caracterizados como herdeiros; 6,7% agricultor familiar assentado; e 13,3% possuem raízes históricas de outras atividades.

As feiras livres do município de Araçatuba possuem vasta variedade de gênero alimentício e produtos básicos que possibilitam a comercialização e interação entre produtor e consumidor.

As feiras podem ser divididas em duas categorias abaixo:

1. Feiras tradicionais: são as mais antigas da cidade e mais conhecidas e que perfazem a maioria das feiras, com maior variedade de produto e número de barraca.
2. Feira organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): ocorrem em parceria com a prefeitura, SIRAN e o SENAR e tem como característica a produção orgânica sendo que todos os feirantes passam por treinamento de capacitação para precificação, embalagem, confecção de barracas e atendimento ao consumidor.

Apesar das feiras estarem presentes no município de Araçatuba e serem praticadas antes da fundação oficial quando havia a comercialização de mercadorias ao redor da linha férrea, a mesma foi oficialmente regulamentada no ano de 2019 com a Lei Nº 8.219.

Lei Nº 8.219, de 19 de agosto de 2019.

Regulamenta a realização de feiras itinerantes ou eventos similares, com fins lucrativos, no município de Araçatuba, dispondo sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos interessados e dá outras providências. (Araçatuba (SP), 2019).

A regulamentação aconteceu não exatamente pelo incentivo as feiras, mas pela necessidade de organização dos espaços públicos que foi motivada pela investigação do Ministério Público sobre os espaços ocupados por trailers.

A investigação iniciou no ano de 2014 e tinha como objetivo verificar se os espaços públicos estavam sendo utilizados por comerciantes de forma correta. Com a pressão da investigação a Câmara Municipal de Araçatuba em 2015 aprovou um projeto de lei para regularizar os trailers em praças públicas, porém o projeto não foi acatado pela prefeitura.

Em 2017 foi constatada irregularidades e o Ministério Público solicitou a prefeitura a retirada imediata dos estabelecimentos irregulares isso aconteceu de forma parcial e afetou diversos comerciantes.

Devida a pressão pública por parte de diversos comerciantes a Prefeitura Municipal de Araçatuba resolveu regulamentar os espaços públicos de forma geral criando uma nova lei (citada anteriormente) que inclui as feiras municipais.

A Lei Nº 8.219, de 19 de agosto de 2019 regulamenta de acordo com o artigo primeiro.

Fica autorizada a realização de atividades comerciais provisórias ou esporádicas, tais como feiras itinerantes, temporárias, bazares ou eventos similares, de atuação direta no âmbito do comércio varejista e prestação direta de serviços ao usuário final do local do evento, com

fins lucrativos, a serem denominadas para fins desta lei como Feiras Itinerantes.

Parágrafo único. Não serão consideradas Feiras Itinerantes nem serão sujeitas à observância desta lei a realização de:

I - Feiras municipais promovidas pelo Poder Público Municipal;

II - Feiras e eventos culturais;

III - Feiras de agronegócios;

IV - Feiras de entidades educacionais de ensino regular;

V - Festas de entidades religiosas cuja realização objetiva fins beneficentes e/ou obras assistenciais da entidade religiosa organizadora, desde que não organizadas e administradas por terceiros, e se houver parte da renda utilizada para pagamento de terceiros;

VI - Feiras de associações de classe e representativas do comércio e da indústria de Araçatuba, com o objetivo de estimular o desenvolvimento local com a venda de produtos e serviços;

VII - Feiras realizadas com frequência e habitualidade, semanalmente, sempre no mesmo local, ao ar livre, ainda que apenas um dia da semana, considerado Feiras Livres;

VIII - bazares sem fins lucrativos, cujas rendas sejam revertidas para entidades beneficentes;

IX - Feiras de negócios tecno científicos. (Araçatuba (SP), 2019).

As feiras municipais da agricultura e pecuária do município de Araçatuba enquadram-se no inciso VII, possibilitando que o produtor exponha seus produtos uma única vez caso necessário garantindo a vaga do agricultor familiar.

A lei não menciona o agricultor familiar em si e conforme entrevista com o fiscal das feiras livres, pode ser colocado em pauta no futuro.

Hoje enfrentamos dificuldades na manutenção dos feirantes presentes, é claro que se tiver um agricultor familiar interessado em expor o produto vamos analisar com muito critério, até porque a procura é praticamente inexistente, cara a lei não tinha foco somente nas feiras, mas a inclusão pode ser pauta do no futuro, mas isso não quer dizer que não é praticado a inclusão dos agricultores seja em qualquer esfera. Entrevista de campo, 02/03/2022).

Segundo o fiscal a estrutura das feiras segue o modelo cultural de Araçatuba, onde o predomínio está na produção da pecuária, portando a necessidade de intermediários para ajudar na comercialização de produtos e o apoio da prefeitura garante a manutenção das feiras municipais.

As feiras estão presentes em vários espaços do município e possuem características próprias conforme relatado a seguir.

Figura 01 – Agricultores familiares expõem seus produtos na feira Hugo Lippe Jr.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A feira Hugo Lippe Jr. é a maior em termos de quantidade de feirantes, ao todo são vinte e nove feirantes, onze barracas com a venda de hortaliças, frutas e verduras, cinco dessas barracas os produtores são agricultores familiares que produz, vende e consome na própria unidade familiar; quatro alimentos e bebidas e quatorze de artigos em geral.

Figura 2 – Agricultor familiar expõe seus produtos na feira do produtor rural e produtos a disposição do consumidor



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A feira do produtor rural é a que possui maior representatividade da agricultura familiar e segurança alimentar, com a produção de grande parte dos alimentos produzidos de forma orgânica, são sete barracas e todas com agricultor familiar, sem a presença de intermediários ou vendas de outros produtos.

Figura 3 – Intermediário expõe seus produtos na feira Avenida dos Estados, alimentícios e outros



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A feira Avenida dos Estados possui oito barracas, não tem a presença de agricultor familiar, e duas barracas vendem produtos de horticultura através da compra de intermediários.

Figura 4 – Agricultor familiar expondo seus produtos feira do Cristo



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A feira é composta por 16 barracas, sendo três agricultores familiares, dois intermediários e onze barracas entre alimentos e bebidas e outros produtos.

Figura 5 – Marcondes Salgados no Bairro Santana



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A feira do santana não conta com expositores da agricultura familiar, segundo os feirantes a baixa procura acaba inviabilizando a presença. Ao todo são duas barracas de alimentos e bebidas.

Figura 6 – Feira da Praça Igreja Paraíso



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

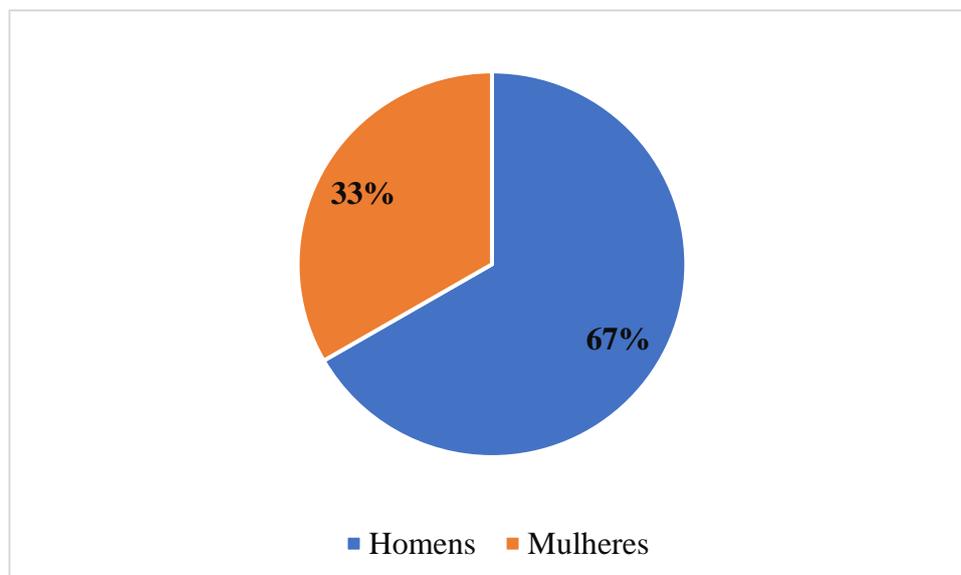
A feira possui seis expositores sendo um com a venda de hortaliças na qualidade de intermediário, três agricultores familiares e dois com produtos comercialização de alimentos processados, como pastéis.

4.3 Características socioeconômicas dos agricultores familiares das feiras livres de Araçatuba

4.3.1 Características sociodemográficas

Esta seção apresenta os resultados obtidos após pesquisa de campo nas feiras municipais de Araçatuba. Abordagem das características socioeconômicas e de segurança alimentar dos agricultores familiares. Estas variáveis podem interferir no desempenho econômico da propriedade ou no nível de bem-estar dos produtores. O sexo dos entrevistados é a característica demográfica apresentada no Gráfico 9.

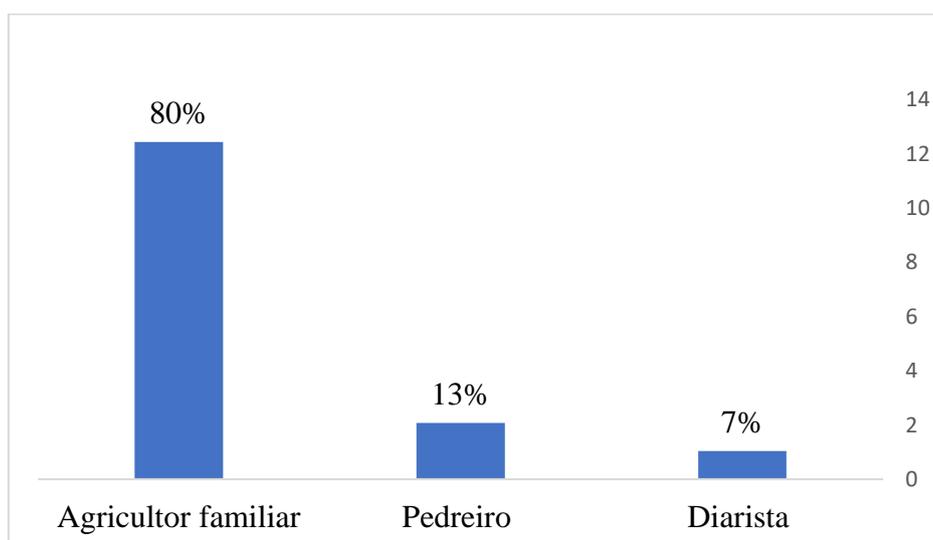
Gráfico 9 – Sexo dos entrevistados, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Percebe-se que a quantidade de homens entrevistados é relativamente maior que a de mulheres. Todos se apresentaram como responsáveis pelo estabelecimento na feira e chefe de família. Parte dos produtores responderam à pesquisa no próprio estabelecimento da feira e outros devido não ter ajudante preferiram presencialmente no estabelecimento agropecuário.

Gráfico 10 – Atividades desenvolvida antes da feira.



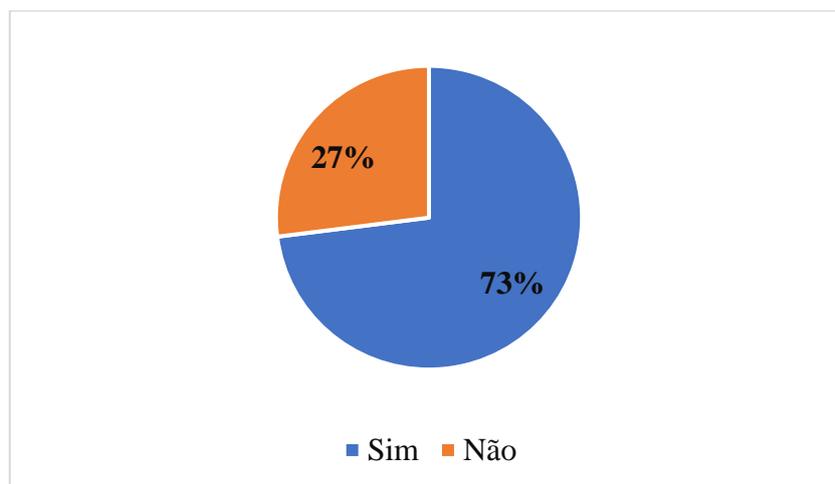
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A maioria dos entrevistados já trabalharam no meio rural antes de assumir definitivamente a feira. A agricultura familiar aqui destacada contempla os que

trabalhavam nas propriedades de seus pais e também os que tinham a posse da terra. A atividade de pedreiro é a segunda maior, um dos entrevistados atualmente está caracterizado como agricultor familiar assentado.

E por fim a 7% dos entrevistados trabalharam como diarista em outras propriedades rurais e até mesmo em casas na cidade com serviços de doméstica. O gráfico 11 apresenta respostas sobre o trabalho fora do meio rural.

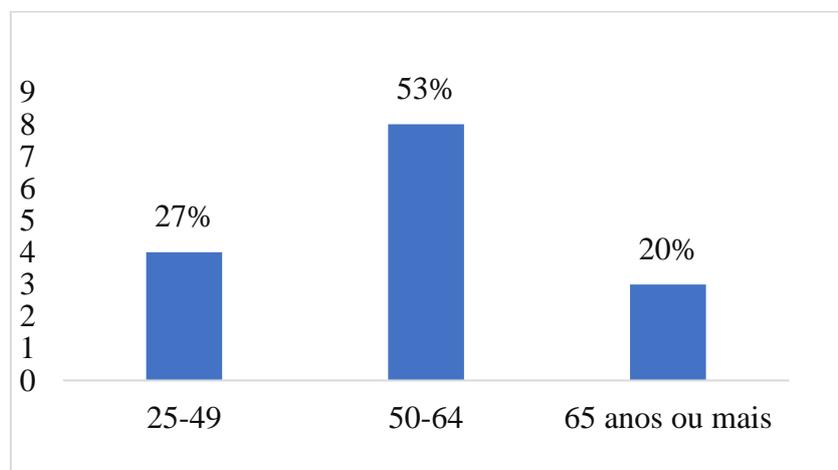
Gráfico 11 – Entrevistados que já trabalharam fora do meio rural, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Percebe-se que a grande maioria dos produtores já trabalharam fora do meio rural, acima dos que nunca trabalharam em atividades rurais, os trabalhos de diarista foram os com maiores frequência. O gráfico 12 apresenta a faixa dos feirantes.

Gráfico 12 – Faixa etária dos agricultores familiares

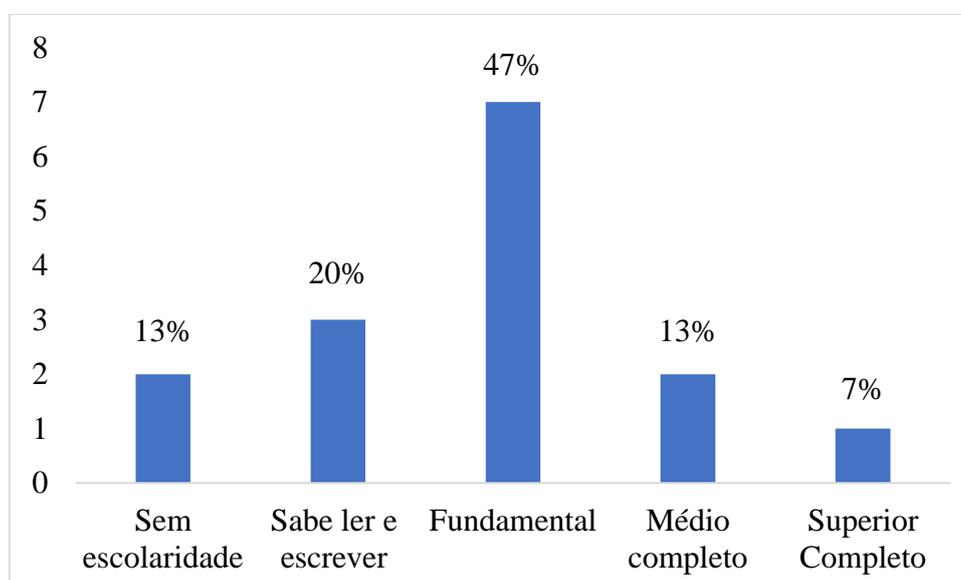


Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

É possível notar que os agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba em sua maioria possuem entre 50 a 64 anos de idade representando 53%, seguido de 25 a 49 anos (27%) e 20% com 65 anos ou mais.

A idade dos agricultores familiares feirantes é preocupante, pois nenhum dos entrevistados disseram ter sucessores visto que os filhos estão em outras atividades e sem interesse em dar continuidade. As pessoas com idade avançada podem apresentar problemas de produtividade do fator trabalho. Alguns agricultores relataram que não possuem boas condições físicas para o trabalho na roça.

Gráfico 13 – Escolaridade dos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Observa-se, de acordo com os dados do gráfico 13, que os agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba possuem baixo nível de escolaridade, muitos tiveram dificuldades com os estudos devido a necessidade de ajudar os pais nas atividades rurais impossibilitando de frequentar a escola.

4.3.2 Informações gerais dos domicílios dos feirantes

As condições de habitação estão diretamente ligadas na qualidade de vida. Em entrevista com os agricultores familiares feirantes e questionados sobre a origem da água utilizada no domicílio, 100% dos produtores responderam que utilizam poço. 1 entrevistado da Feira do Produtor informou que também compram água mineral para beber.

Sobre o destino do esgoto sanitário, em 20% dos domicílios existe fossa séptica, 80% utilizam fossa rudimentar portanto, todos possuem algum tipo de rede coletora de esgoto.

Para verificar as condições dos imóveis, o formulário aplicado apresentou uma pergunta sobre o material predominante nas paredes externas das casas sendo de alvenaria ou madeira, e os estabelecimentos informaram 100% de alvenaria, levando em conta que o tipo de material interfere diretamente na durabilidade do imóvel, qualidade e conforto, aumentando a vida útil do mesmo.

Tabela 17 – Destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade, em valores absolutos.

Feira	Coletado pela prefeitura	Queimado e/ou enterrado	Jogado em terreno baldio	Jogado correço, rio, lago ou mar
Praça Hugo Lippe Jr.	3	2	0	0
Feira do produtor	5	2	0	0
Feira do Cristo	3	0	0	0
Praça Igreja Paraíso	2	1	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A Prefeitura Municipal de Araçatuba oferece o serviço gratuito de coleta de lixo para algumas áreas rurais do município, e segundo os entrevistados a prefeitura faz a coleta quando o lixo é deixado na frente da propriedade.

4.3.3 Condições de Saúde

A produtividade do trabalhador sofre influência da condição de saúde, podendo ser reduzida. A seguir as doenças relatadas produtores entrevistados.

Tabela 18 – Problemas crônicos de saúde que acometem os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba.

Doença	Frequência
Diabetes	8
Hipertensão	9
Asma	1
Artrite	1
Cardiopatia	4

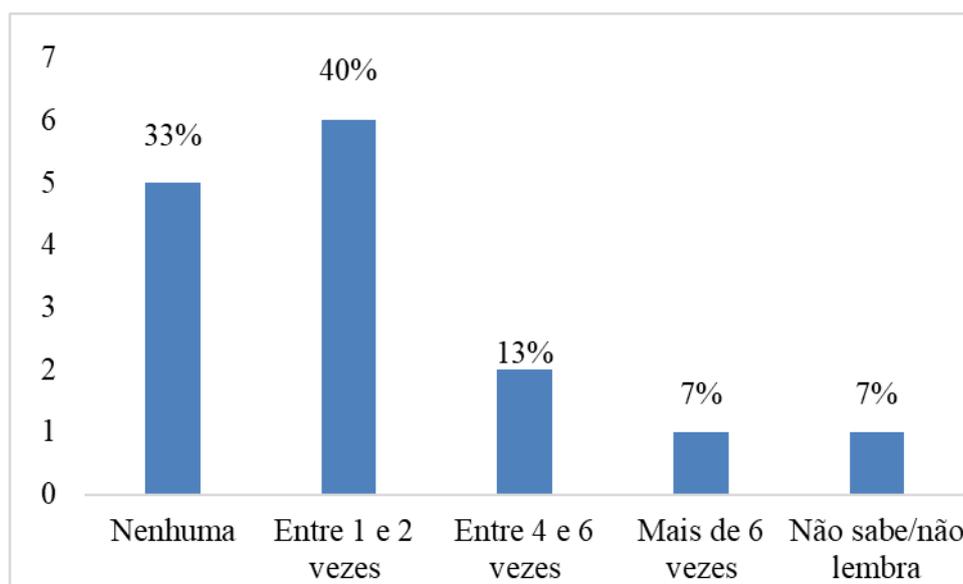
Reumatismo	0
Reinite Alérgica	3
Osteoporose	4
Fibromealgia	2
Coluna	4

Fonte: Pesquisa de campo 2022.

Uma dieta pobre causa tanto hipertensão quanto diabetes, embora outras doenças apareçam com mais frequência. Artrite, osteoporose e reumatismo (uma doença das articulações) são algumas das doenças que podem afetar as atividades agrícolas. Os casos de coluna vertebral também são uma preocupação, pois para o tamanho da população, os casos representam quase 27%.

O Gráfico 14 apresenta a quantidade de visita que os agricultores familiares recebem visita de agente de saúde.

Gráfico 14 – Quantidade de vezes ao ano que recebe visita de agente de saúde, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Os entrevistados informaram que os bairros rurais possuem Unidade Básica de Saúde (UBS) com proximidade. 33% dos entrevistados declaram não receber visitas, 44% entre 1 e 2 vezes, 13% entre 4 e 6 vezes, 7% mais de 6 vezes e 7% não sabem ou não lembram.

Outra variável que pode influenciar na mão de obra é a presença de membros da família com algum tipo de deficiência física ou mental. Os dados da pesquisa mostram que o percentual dos feirantes da agricultura familiar nesta condição é bastante baixo.

Gráfico 15 – Membros da família com deficiência física ou mental, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A maioria dos entrevistados informaram não ter nenhum tipo de despesa com saúde mental. O agricultor familiar com esse tipo de despesa declarou um gasto de R\$ 350,00 mensais com medicação que não está disponível na rede pública de saúde.

4.3.4 Canais de Comercialização e Dificuldades Relacionadas à Produção

Os agricultores familiares não pertencem a muitas organizações sociais. O questionário apresentando constava dezoito tipos de organizações sociais e foram apontadas apenas duas: associações e igrejas. Apesar da participação, foi possível notar que não existe efetividade. Para participar de compras institucionais o agricultor familiar necessário ser membro desse tipo de organização, o que pode contribuir para os números na participação e também na baixa efetividade. Sobre a participação em organizações religiosas, os membros das igrejas católicas apresentam um número ligeiramente superior em comparação as evangélicas.

Por fim a prática do cooperativismo é inexistente para os agricultores familiares feirantes, sendo que as cooperativas são fundamentais para o funcionamento das grandes organizações agroindustriais, desempenhando um papel fundamental para estratégias de financiamento, produção e comercialização. A ampliação dessas atividades quando trabalhada coletivamente une as pessoas e promove efetivamente uma alternativa econômica próspera (MORAES; SCHWAB, 2019).

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, pode-se afirmar que os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba utilizam diversos canais de comercialização para levar seus produtos ao mercado consumidor, conforme demonstrado na tabela 19 a seguir.

Tabela 19 – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba, em percentual.

Canais de comercialização	Produtores (%)
Programas governamentais	47%
Venda direta ao consumidor	67%
Vendas para o comércio local e centrais urbanas de abastecimento (feiras)	100%
Venda para atravessador	7%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Para essa pergunta os produtores poderiam indicar mais de uma resposta, indicando todos os canais que utilizam para comercializar produtos. Os atravessadores ficam com grande parte dos lucros através dos negócios, reduzindo a lucratividade dos agricultores familiares, porém apenas 7% utilizam esse canal.

Os programas governamentais, a venda direta para o consumidor representa a grande parte dos canais utilizados pelos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba.

Alguns produtores apontaram que apesar da feira ser um excelente canal de comercialização, o custo envolvido no transporte até o local pode influenciar nos preços para dos canais.

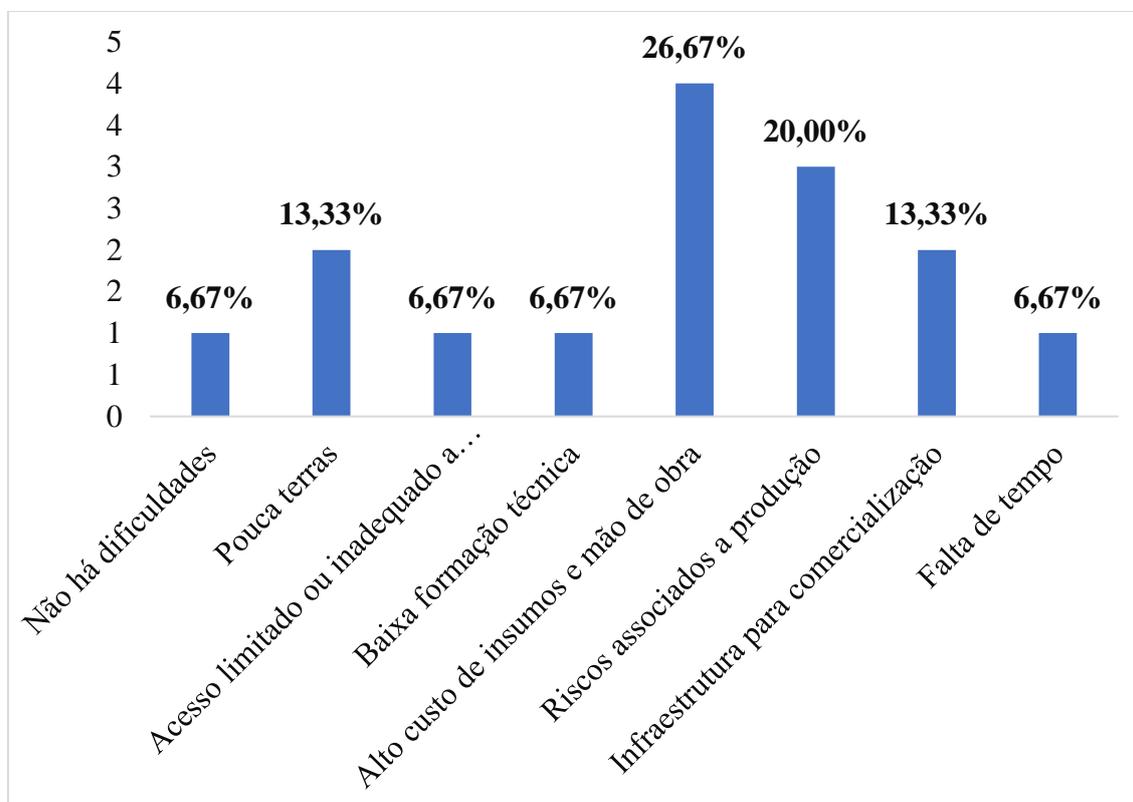
A prefeitura não disponibiliza transporte dos produtos até a venda independente do canal, todos produtores possuem veículo e realizam o transporte dos produtos por conta própria

A maioria dos entrevistados disseram ter mais de um canal para comercialização dos produtos, porém, alguns usam exclusivamente as feiras, um dos fatores principais são os melhores preços que podem ser praticados.

A agricultura familiar precisa de superar obstáculos para o seu desenvolvimento. A atividade agrícola pode ser a causa de alguns desses problemas, mas outras podem ser superadas através da política governamental.

O gráfico 16, ilustra as principais dificuldades dos assentados relacionados ao trabalho na lavoura e da criação de animais.

Gráfico 16 – Dificuldades na agricultura e/ou criação de animais, em percentual.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A maior parte dos produtores indicaram que os riscos inerentes à produção e alto custo de insumos e mão de obra são as principais dificuldades para a agricultura e criação de animais. Os riscos estão ligados as questões climáticas e naturais, como as secas e inundações, bem como os ataques de pragas nas lavouras. 13,33% apontam a pouca quantidade de terra como dificuldade, esse problema pode ser agravado diante da futura divisão de terras entre os filhos. As outras dificuldades podem ser amenizadas com mais possibilidades de acesso a programas governamentais como qualificação técnica para melhor produção.

4.3.5 Acesso a políticas públicas

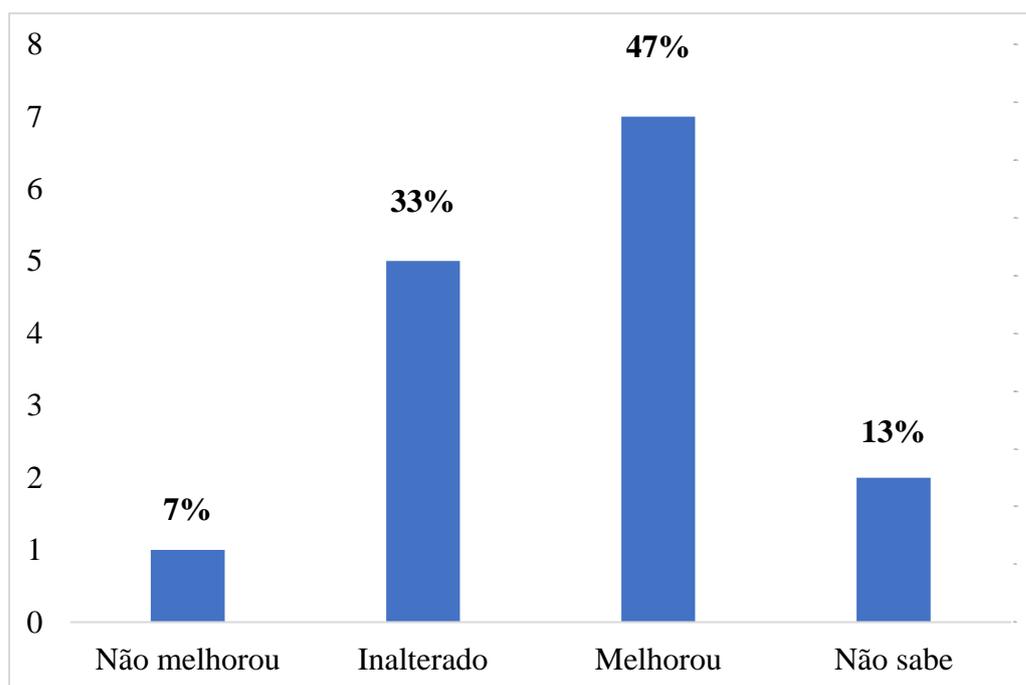
Segundo Belik e Souza (2010) o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são instrumentos podem potencializar e desenvolver a produção local, promovendo a segurança alimentar e

nutricional. O Programa de Nacional de Alimentação Escolar no Brasil permite a compra de alimentos através do governo para as escolas públicas. Esse programa existe desde 1950, mas somente em 1979 alcançou abrangência nacional. Em 1994, aconteceu a descentralização e a priorização da produção local para reduzir os custos.

Os autores Belik e Souza (2010) mencionam que o programa de aquisição de alimentos foi criado na estrutura do programa fome zero. O programa foi lançado em 2003, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e foi se alterando ao longo dos anos, porém as bases são as mesmas, como a compra sem licitação de produtos provenientes da agricultura familiar e a destinação para a merenda escolar, bem como para doação a instituições de assistência social.

Durante a pesquisa de campo buscou-se analisar qual a importância desses programas no desenvolvimento econômico e produtivo para os agricultores familiares.

Gráfico 17 – Melhoria do desempenho econômico após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Dos entrevistados, 7% declararam que a renda agrícola melhorou após participação do programa, 33% consideram inalterado, 47% (quase metade) considera que melhorou e 13% não sabe.

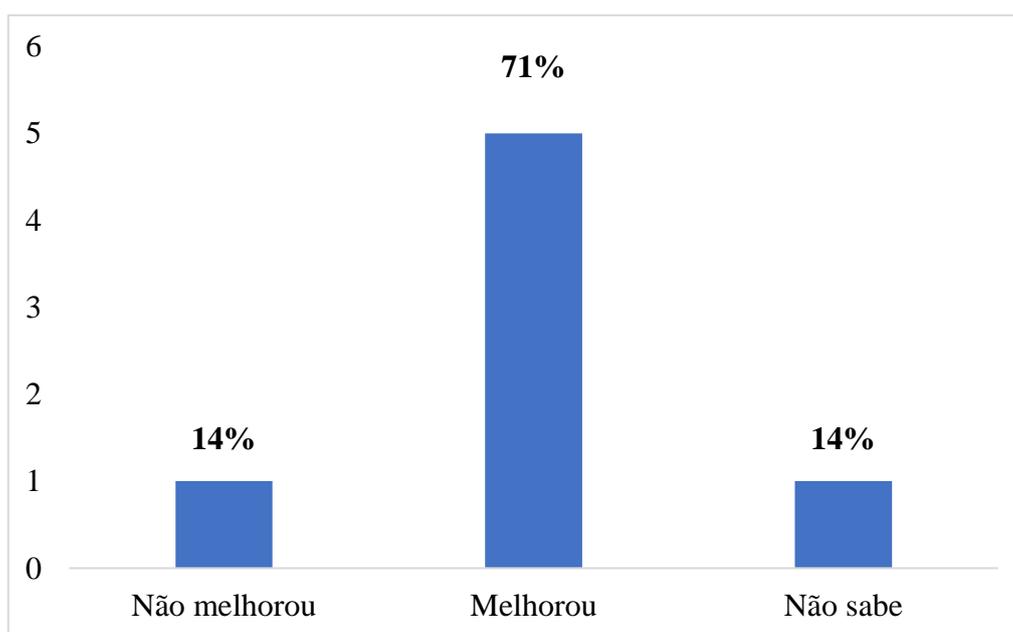
Nas feiras livres do município de Araçatuba, os agricultores familiares têm uma visão positiva em relação ao desempenho econômico após a oportunidade de participação nos programas destinados a agricultura familiar. Conforme já apresentado anteriormente nem todos os agricultores familiares participam dos programas governamentais, apenas 47% e nenhum vende exclusivamente por esse canal, mas é um complemento importante de renda e escoamento de produção, portanto, o PAA é essencial para a contribuição da renda agrícola.

Os produtores informaram que o PAA antes da pandemia tinha compra mais constante, e que contribui efetivamente para a renda familiar permitindo melhores oportunidades. A diminuição pode estar atrelada ao período da pandemia de covid 19 devido ao fechamento geral das escolas. Alguns agricultores familiares informaram que não conseguiram aderir ao programa.

Apesar da importância incontestável dos programas governamentais, o governo federal cortou recursos de financiamento a agricultura familiar e aos programas de maneira geral, isso prejudica os agricultores familiares e contribui para o aumento no número de pessoas com fome.

O programa pode contribuir com o aumento da produção devido melhor demanda pelo órgão público. O gráfico 18 abaixo apresenta a percepção dos agricultores familiares participantes do programa ao aumento da produção.

Gráfico 18 – Aumento da variedade da produção após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.

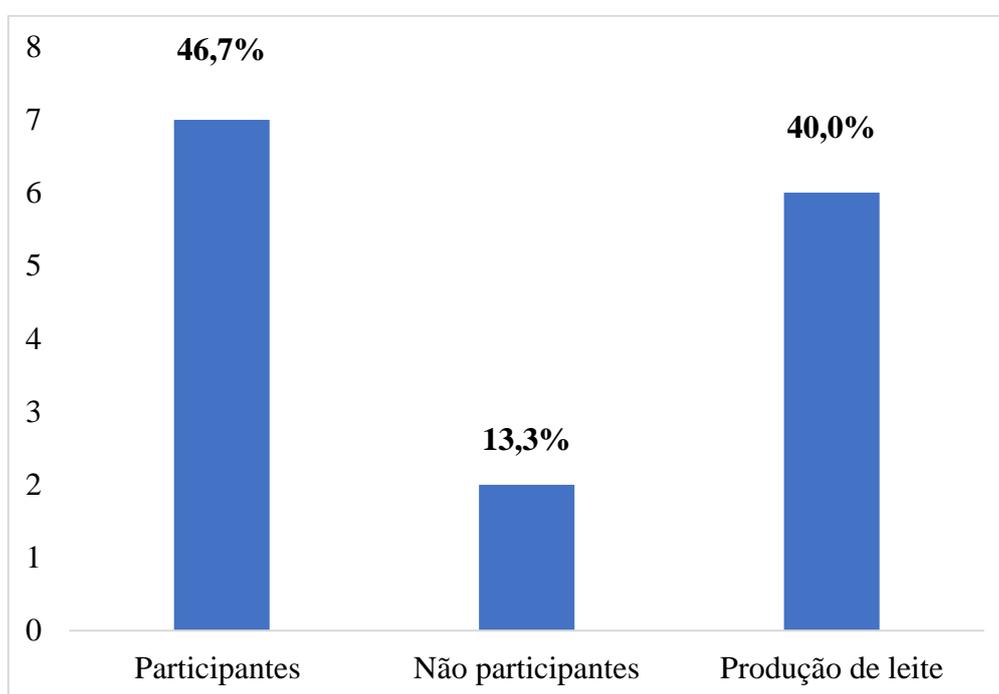


Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A maioria dos produtores concordam que os programas governamentais têm contribuído para a diversificação na produção de alimentos, pois as compras contemplam vários grupos alimentícios.

Os produtores declararam que houve aumento na produção após aderência no programa de compras governamentais, sendo que a maioria não participante tem como diversificação a produção de leite para complementação de renda, uma espécie de renda de garantida, apresentado conforme tabela abaixo.

Figura 19 – Quantidade de produtores participantes e não participantes de programas de compras governamentais, em percentual.

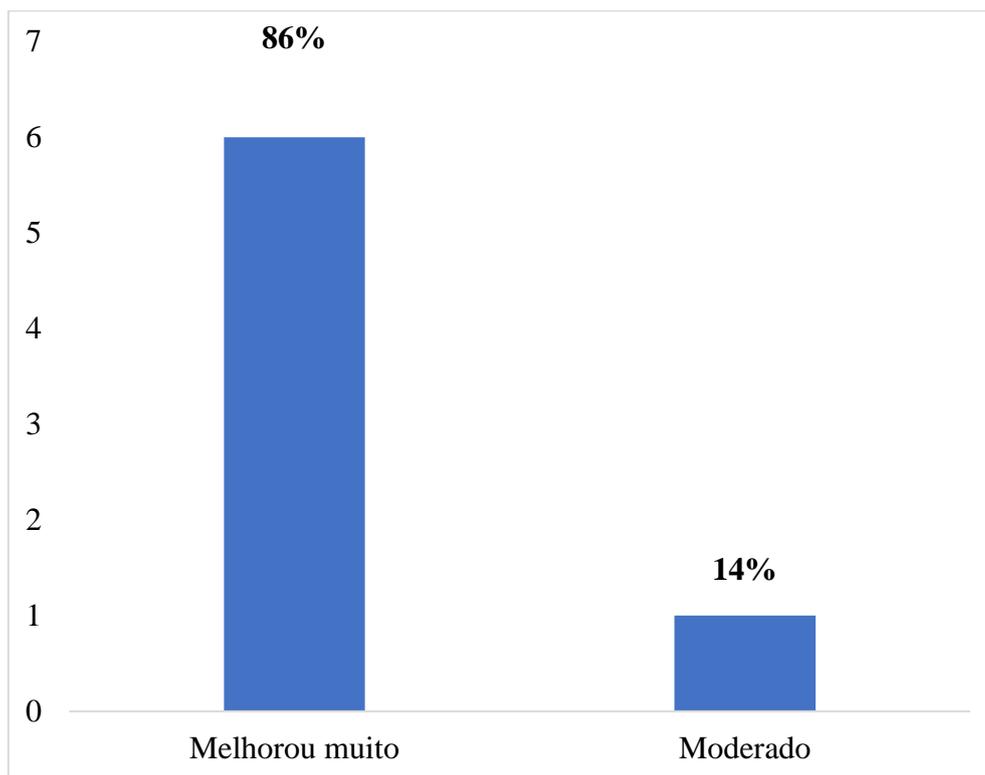


Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O gráfico 19 apresenta a quantidade, em percentual dos agricultores familiares feirantes que participam de compras governamentais. 46,7% participam de algum tipo de compra, 53,3% não participam. A participação em compras governamentais pode melhorar a complementação de renda familiar, sendo que 40% dos não participantes usam a produção de leite para essa complementação e 13,3% diversificam a produção.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e não possui calendário fixo no município de Araçatuba o que muitas vezes pode colocar em risco a produção caso destinada somente a esta finalidade.

Gráfico 20 – A participação no PAA ou PNAE melhorou a busca de novas tecnologias



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Dos participantes dos programas 86% declararam que as condições por melhores tecnologias melhoraram muito e 14% consideram moderado. Existem novas maneiras de preparar e selecionar sementes e plantas, assim como mudanças no preparo do solo, entre outras, devido às novas tecnologias.

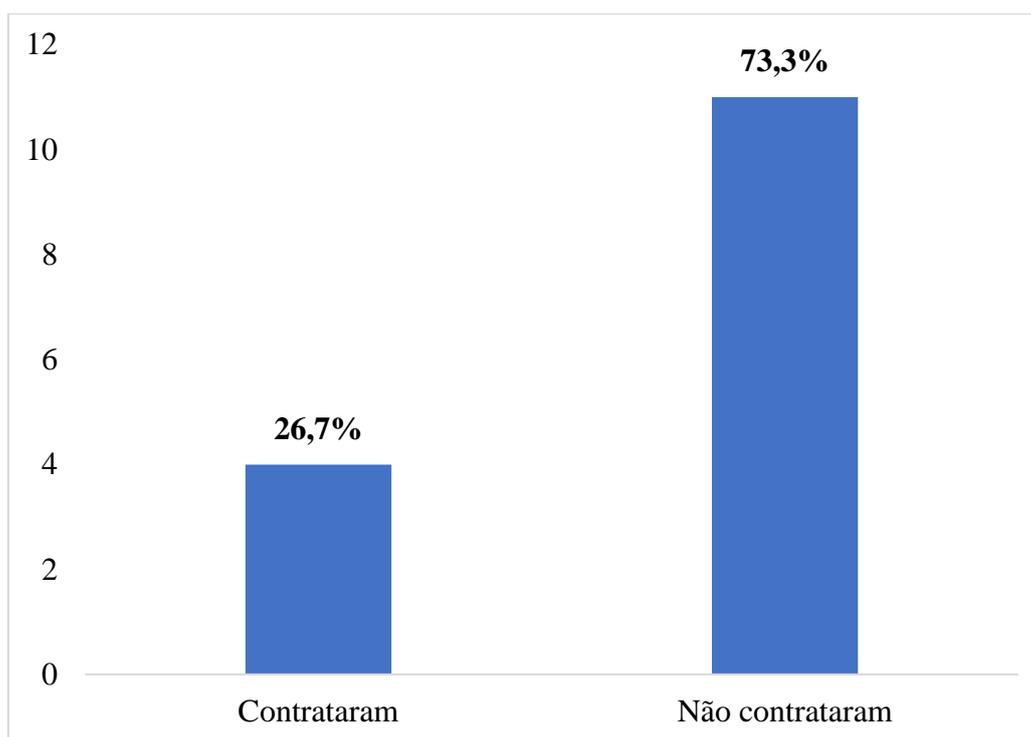
De acordo com os produtores, nenhum treinamento específico foi fornecido para inserção nos programas como fonte de aprendizado e de novas técnicas, mas abriu oportunidade para um novo canal de comercialização.

4.3.6 Acesso a financiamentos e Assistência Técnica

O financiamento dos agricultores familiares tem sido notado por sua relevância no fortalecimento das economias rurais. Além de investir em máquinas e ferramentas que facilitam o processo de produção, os agricultores podem adquirir insumos básicos através do acesso a recursos.

Uma análise da porcentagem de produtores que tiveram acesso a financiamento nos últimos três anos é apresentada gráfico 21.

Gráfico 21 – Agricultores familiares feirantes que contrataram financiamento.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Uma grande parte dos produtores não obteve financiamento. As seguintes razões foram apresentadas para a não obtenção de financiamento: medo de não conseguir pagar, taxa de juros muito alta e nome no cadastro de inadimplentes, ao todo somente 4 entrevistados disseram contratar.

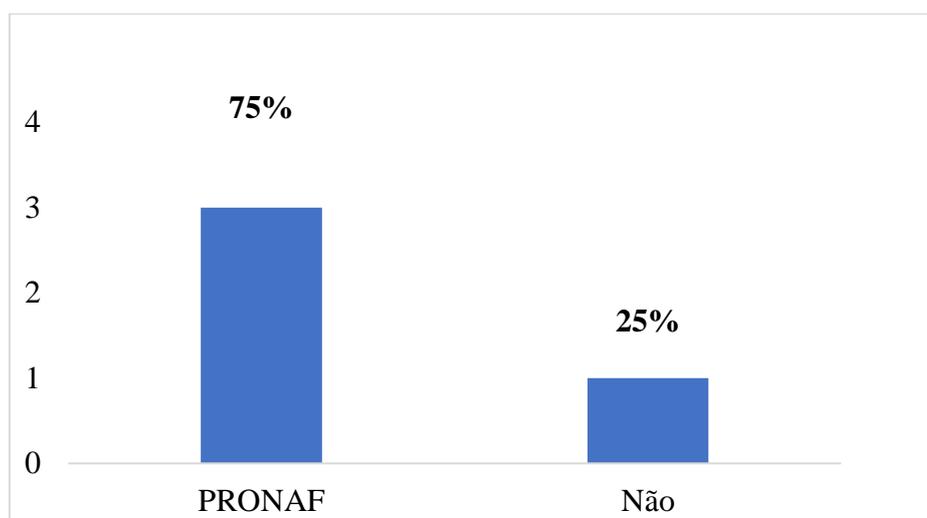
Os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba que contrataram o financiamento, disseram encontrar muitas barreiras como a garantia bancária que exige quantidade mínima de hectares.

Nenhum produtor respondeu que havia solicitado financiamento através de cooperativas de crédito.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF oportunizou os financiamentos contratados pelos agricultores familiares.

O gráfico 22 apresenta os agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba que contrataram o financiamento pelo PRONAF.

Gráfico 22 – Agricultores familiares feirantes que contrataram financiamento.

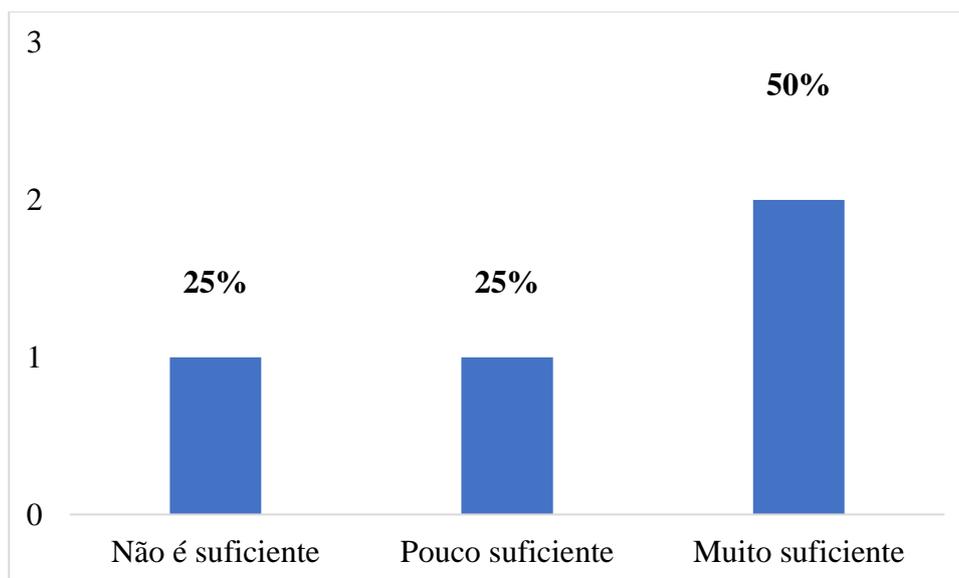


Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

De acordo com o questionário aplicado, 75% dos produtores familiares das feiras livres do município de Araçatuba fizeram a contratação através do PRONAF e 25% obtiveram o financiamento por outros meios.

Os recursos disponíveis nem sempre conseguem atender grande parte dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba, conforme demonstrado no gráfico 23 a seguir.

Gráfico 23 – Oferecimento do recurso financeiro (financiamento)



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

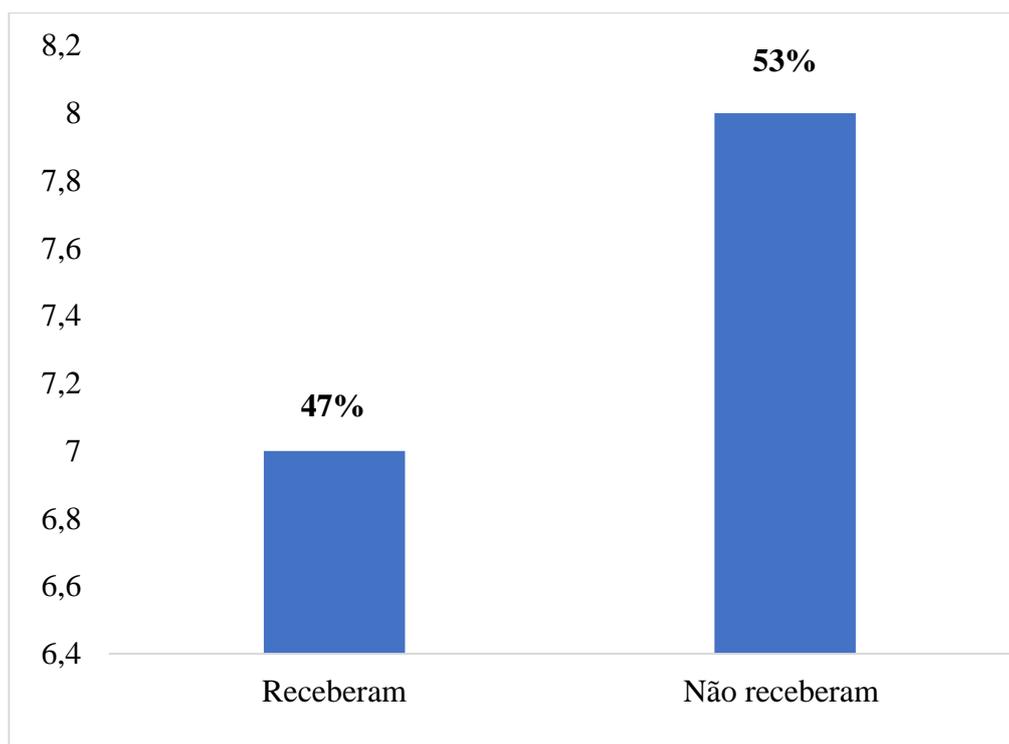
Embora a natureza burocrática dos conselhos seja uma das razões pelas quais eles foram criados, possui pequena capacidade de representação.

O alto nível de burocracias e o fato dos recursos do Pronaf serem limitados em nível municipal, podem não suprir a necessidade básica dos municípios. Diante disso, nota-se que existe uma preocupação maior com a redistribuição de recursos do que com o reconhecimento e a promoção do desenvolvimento das realidades locais (ABRAMOVAY, 2001).

Percebe-se que apesar da existência desse recurso, poucos dos agricultores familiares feirantes utilizam do mesmo, e os que fazem uso: 50% consideram muito suficiente; 25% não suficiente e 25% pouco suficiente.

Como mostrado no gráfico 24 a seguir, há uma grande proporção de agricultores familiares feirantes que não receberam assistência técnica no último ano.

Gráfico 24 – Produtores que receberam assistência técnica no último ano.



Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

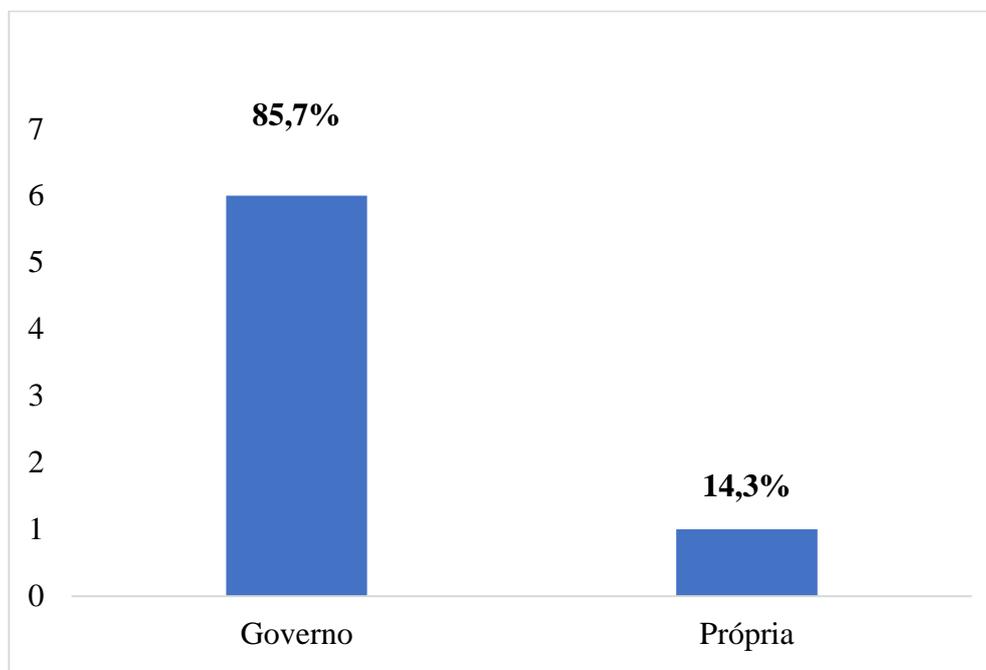
Os agricultores familiares entrevistados, 47% alegam que receberam assistência técnica e 53% não receberam.

Os entrevistados relataram que a assistência técnica não está alinhada exatamente com as necessidades dos estabelecimentos, e muitas vezes ocupam muito tempo para execução acabam preferindo seguir com o método de trabalho atual.

Segundo o (IBGE, 2017), 19,3% dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba caracterizados como agricultura familiar recebem assistência técnica, e os que recebem 44,7% são através do governo; 34% própria e o restante de outras entidades.

Em números gerais os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba seguem com maior aderência do que os números gerais do IBGE, e os 40% que recebem assistência tem origem pública e própria conforme gráfico 25.

Gráfico 25 – Origem da orientação técnica, em percentual de agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba.

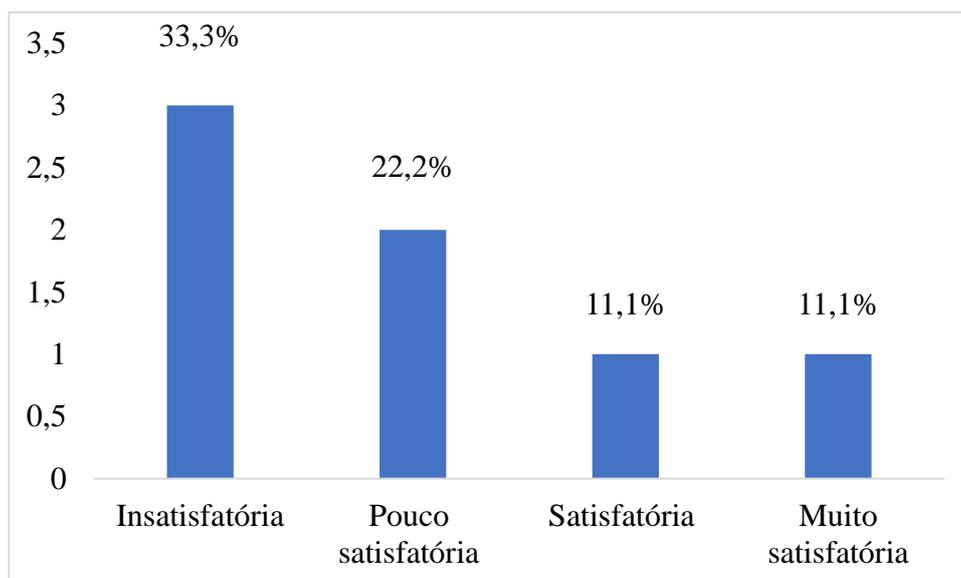


Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

O gráfico 25 apresenta que 85,7 % dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba, que receberam assistência técnica no último ano são oriundas do governo e 14,3 % contratam por conta própria.

Em relação a percepção dos agricultores familiares de modo geral para a assistência técnica, incluindo os que não recebem assistência técnica, o gráfico 26, a seguir, apresenta que grande parte diz não ser satisfatória.

Gráfico 26 – Percepção em percentual de agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba sobre assistência técnica.



Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

O gráfico 26 ilustra que a maior parte dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba, não acreditam na assistência técnica ofertada, o que corrobora com a percepção negativa da mesma.

Os usuários que fazem não só estão descontentes com a frequência das visitas dos técnicos, mas também com os maus resultados.

Esse fator pode estar relacionado pelo baixo nível de capacitação dos agricultores familiares.

De acordo com o IBGE (2017), em Araçatuba, 55,2% dos agricultores familiares possuem escolaridade inferior ao ensino fundamental (incluindo os analfabetos ou quase) menos de 30,4% possuem ensino médio ou técnico e apenas cerca de 13% possui ensino superior.

A baixa qualificação da força de trabalho pode explicar por que das dificuldades enfrentadas, por que o cuidado cultural não é fornecido, ou por que os processos de produção são realizados de forma inadequada, resultando em perdas de produção e baixos rendimentos. (CASTRO,2015).

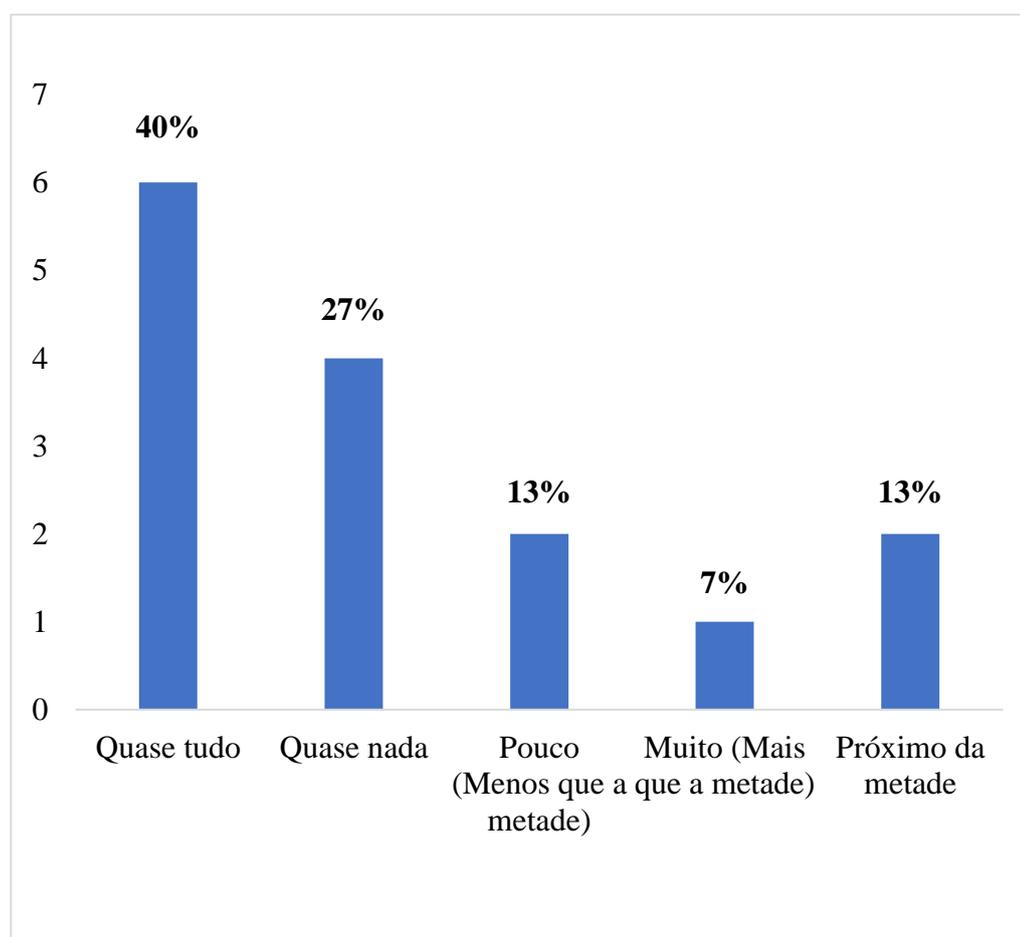
4.3.7 Autoconsumo e diversificação da produção

O autoconsumo na agricultura familiar pode passar por despercebido, mas é uma realidade viva na vida dos agricultores familiares. Chamado no cotidiano diário como

produção para auto provisionamento ou “pro gasto”, o autoconsumo é o ato de produzir bens para consumo próprio, incluindo o cultivo de legumes e frutas (entre outras coisas), assim como a criação de animais. Ao contrário do passado, quando era visto como uma atividade econômica "menor" ou "insignificante", o autoconsumo foi recontextualizado como uma tradição da agricultura familiar que desempenha múltiplos papéis na vida rural contemporânea (GRISA *et al.*, 2010).

Por se tratar de feiras, os entrevistados alegaram sempre sobrar alimentos que são divididos entre a família, e esse autoconsumo pode contribuir para melhoria da segurança alimentar dos produtores, o gráfico 27 fornece informações sobre o nível de consumo de produtos em autoconsumo.

Gráfico 27 – Consumo dos alimentos pelos agricultores familiares



Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

A maioria dos agricultores familiares quando questionados, afirmaram que consomem praticamente tudo que é produzido no estabelecimento agropecuário representando 40%; 27% afirmaram que não consome quase nada; 13% pouco menos da

metade da produção é consumida; 7% muito mais que a metade e 13% próximo da metade.

As feiras livres, que são populares em todo o Brasil, oferecem uma oportunidade conveniente para os produtores venderem seus produtos diretamente aos consumidores. A comercialização de mercadorias em feiras livres permite que os produtores agreguem valor a seus produtos, além de oferecê-los a um preço acessível aos consumidores e até mesmo consumi-los.

A prefeitura da cidade de Araçatuba - SP, na Lei Nº 8.219, de 19 de agosto de 2019 “Regulamenta a realização de feiras itinerantes ou eventos similares, com fins lucrativos, no município de Araçatuba, dispondo sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos interessados e dá outras providências.” (Araçatuba (SP), 2019).

Nas feiras livres do município de Araçatuba segundo a Lei Nº 8.219, de 19 de agosto de 2019 artigo segundo, para comercialização de produtos é necessário:

[...] protocolo de pedido de licença da Vigilância Sanitária municipal, nos casos em que os produtos e serviços dependam de inspeção sanitária para serem colocados ao consumo geral (ARAÇATUBA - SP, 2019).

Esse modelo acaba por impedir que os produtores de lácteos e outros com dependência sem licença na vigilância sanitária possa comercializar os produtos.

Além disso, as vagas disponíveis no evento não dão prioridade para agricultores familiares, portanto, um atravessador de alimentos pode ter preferência se já estiver comercializando.

A Lei Nº 8.219, de 19 de agosto de 2019 artigo 6º diz que:

Fica assegurado 20% (vinte por cento) do total das vagas disponíveis no evento, que deverão ser destinadas às empresas do mesmo segmento, sediadas neste município, desde que cumpram os requisitos exigidos nesta Lei, e manifestem interesse, por escrito, até 5 dias antes da realização do evento, pela ACIA - Associação Comercial de Araçatuba, cessando a obrigação da reserva, uma vez findo esse prazo. (ARAÇATUBA - SP, 2019).

Apesar da lei assegurar 20% das vagas aos feirantes do mesmo segmento, alguns entrevistados relataram que na prática, para expor os produtos não fica claro qual é essa quantidade e que tem dificuldade na habitualidade visto que os produtos são por épocas.

Os tipos de produtos comercializados nas feiras podem indicar a diversificação de produção dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba.

Tabela 20 – Produtos comercializados pelos agricultores familiares das feiras livres de Araçatuba.

Produtos comercializados					
Feira	Hortaliças	Frutas	Vegetais/legumes	Raízes/Cereais	Criações sob encomenda, entrega somente presencial
Praça Hugo Lippe Jr.	Cheiro verde, pimentas variadas, salsa, maxixe, coentro, alface, cebolinha, couve e salsa	Limão ,coco manga, lichia, acerola, banana, ponkan, goiaba, banana para fritar, tangerina, tomate cereja	Quiabo, jiló	Mandioca	Galinha, carneiro, porco, pato, peixe
Feira do produtor	Alface, cebolinha, couve, salsa, Cheiro verde, pimentas variadas, salsa, maxixe, coentro, acelga, couve-flor, rúcula.	Abacaxi, carambola, coco verde, figo, framboesa, fruta do conde, laranja-pera, mamão, maracujá, melancia, nectarina e uva	Abóbora, pepino, quiabo, feijão fava nordestina	Mandioca, batata doce	Não atende.
Feira do Cristo	Alface, cebolinha, couve, salsa, Cheiro verde, pimentas variadas, salsa, maxixe, coentro, acelga, couve-flor, rúcula.	Abacate, ameixa, carambola, coco verde, figo, fruta do conde, goiaba, jaca, maçã, pera, pêssigo, seriguela e uva.	Quiabo, jiló	Batata doce	Não atende.
Praça Igreja Paraíso	Alface, cebolinha, couve, salsa, Cheiro verde, pimentas variadas, salsa, maxixe, coentro, acelga, couve-flor, rúcula	Abacaxi, carambola, coco verde, figo, framboesa, fruta do conde, laranja-pera, mamão, maracujá, melancia e uva	Abóbora, pepino, quiabo	Mandioca	Não atende.

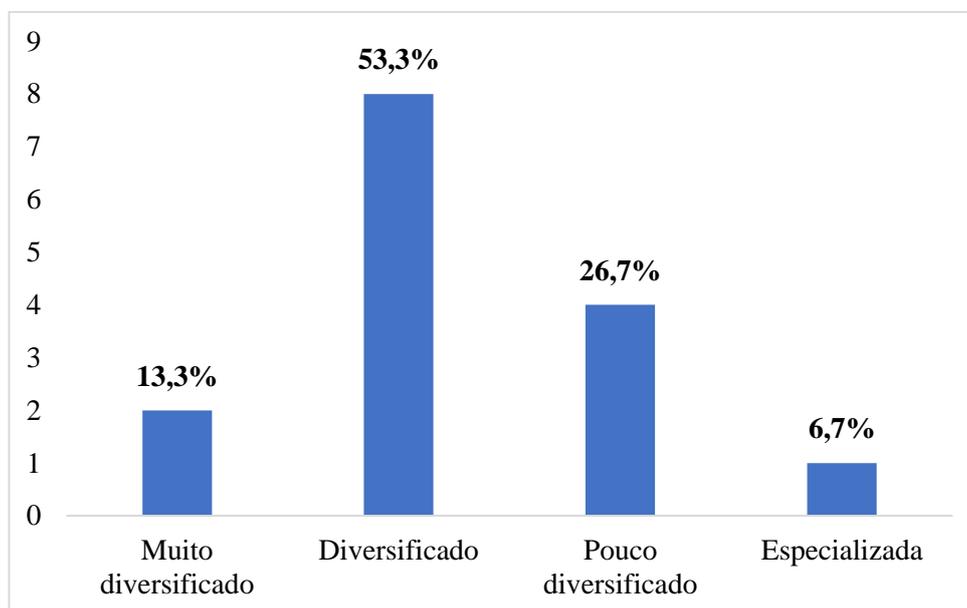
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Observa-se que existem produtores que produzem uma cultura específica. É o caso de um dos agricultores familiares feirantes da Feira do Produtor na condição de assentado que cultiva o feijão de fava nordestina.

Os produtos comercializados são plantados pelos agricultores familiares com a ajuda dos membros da família.

O Gráfico 28 apresenta a diversificação incluindo produtos destinados ao autoconsumo.

Gráfico 28 – Diversificação da produção, em percentual.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A análise de diversificação incluiu tanto os produtos vendidos quanto os consumidos. Além dos produtos classificados em grupos, legumes, frutas, verduras/legumes, raízes e cereais, também foram classificados em grupos, produtos lácteos, alimentos processados, produtos não-lácteos e bebidas. Pelo menos um produto de cada grupo deve estar presente para que a diversificação possa ser definida. Portanto, foram definidas as seguintes categorias: muito diversificada, quando a produção cobre cinco ou seis grupos; diversificada, quando cobre três ou quatro grupos; e não muito diversificada, quando dois grupos são cobertos e, em vez de produzir um produto, produzem dois.

Os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba diversificam a produção, 53% diversificam; 26,7% pouco diversificado; 13,3 muito diversificado; 6,7% especializada.

O produto de maior autoconsumo dos agricultores familiares são as hortaliças e mandioca. Um dos produtores planta feijão, os demais adquirem do mercado.

Na categoria de frutas, sucos naturais e vegetais, parte desses produtos são comprados de outros canais como supermercados, fato curioso visto que a maioria dessa categoria poderia ser produzidos na propriedade, alguns relataram dificuldade de armazenagem quando a produção acontece.

No final das feiras é comum haver troca de produtos entre os agricultores familiares, assim evitam perdas e quando questionados sobre o valor informaram que fica no “fio do bigode”, ou seja, na parceria.

Em todas as feiras, percebe-se que entre os agricultores familiares feirantes atuam com parceria de apoio entre os mesmos, um pouco diferente da lógica de mercado em que todos são competidores.

4.3.8 Rendas familiares

A renda dos agricultores familiares do município de Araçatuba está é oriunda da renda agrícola, que é considerada a renda monetária vinda da comercialização de produto agrícolas e/ou produção animal e a renda não agrícola que é considerado todos os rendimentos adquiridos em atividades não ligadas a produção agrícola, ou ainda, a renda obtida em programas sociais (SCHNEIDER, 2009).

A tabela 21 demonstra informações sobre a renda dos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba.

Tabela 21 – Rendas auferidas dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba.

Renda	Valores
Renda Agrícola Anual	673.672,00
Renda Não Agrícola Anual	209.500,00
Renda Total Anual	883,262,00
% Renda não agrícola sobre renda total	31,09%
Renda Agrícola Média Mensal Per Capita	951,54
Renda Agrícola Média Mensal por Família	3.743,12
Renda Total Média Mensal Per Capita	1.247,55
Renda Total Média Mensal por Família	4.907,01

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Analisando a renda agrícola anual dos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba, quando somadas é de R\$ 673.672,00. A renda não agrícola representa 31,09%, total de R\$ 209.500,00, perfazendo uma renda média mensal Per Capita de R\$ 951,54. A renda agrícola mensal média é de R\$ 3.743,12 por família e a soma da renda agrícola e não agrícola representa a renda Per Capita de R\$ 1.247,55.

A renda agrícola considerada é bruta, não leva em conta os custos de produção e a manutenção do estabelecimento agropecuário, como outros envolvidos.

A renda não agrícola aqui classificada como aluguel, aposentadoria ou empregado, ajuda na manutenção do estabelecimento agropecuário. Os agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba não informaram a participação em benefícios sociais, porém, alguns estabelecimentos possuem filhos que buscam por renda em empregos fora da propriedade.

Algumas famílias a renda não agrícola não são suficientes para cobrir as despesas da casa, o tamanho dos estabelecimentos pode influenciar na capacidade produtiva fazendo que os membros busquem por outras fontes de renda para sustento.

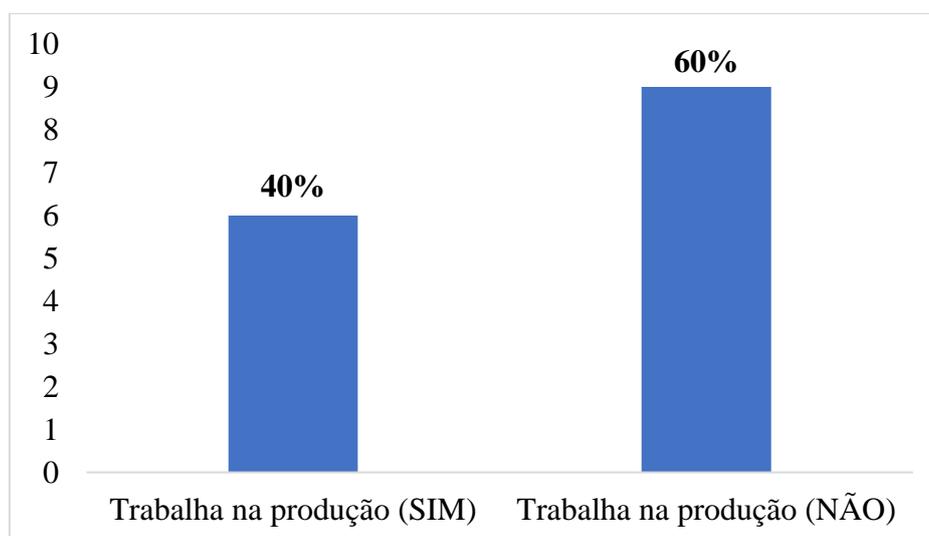
Os preços dos alimentos podem influenciar diretamente na aquisição dos mesmos e para demonstrar a dependência alimentar externa, é importante comparar a renda média mensal de um indivíduo com seus gastos mensais com alimentos.

As famílias dos agricultores familiares com maiores despesa percentuais: R\$ 2.100,00, (112,5% da renda agrícola média mensal); R\$ 1.720,00 (87,6% da renda agrícola mensal) e R\$ 1.770,00 (58% da renda agrícola mensal).

Esses números representam as famílias com maior quantidade de membros e grande parte estão trabalhando em busca de renda fora do estabelecimento, ou seja, possuem renda não agrícolas para conseguirem sobreviver, podendo a pratica do autoconsumo ser incentivada para diminuir as despesas com alimentação.

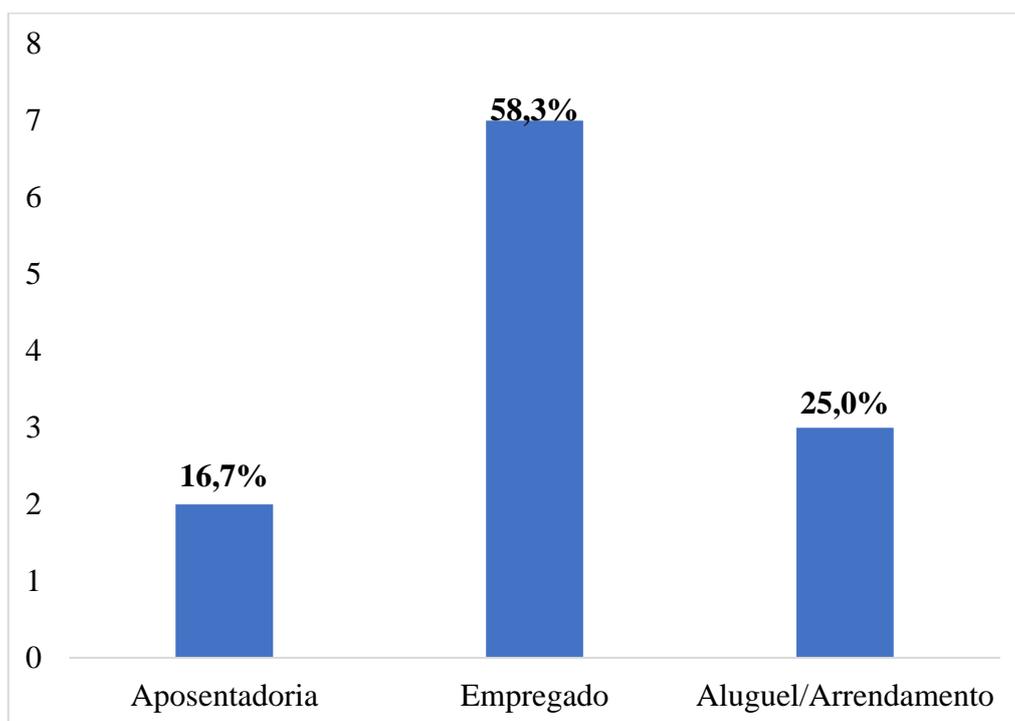
O gráfico 29, a seguir, apresenta a quantidade de estabelecimentos agrícolas que possuem membros que não trabalham na produção, mas trabalham fora trazendo renda para a família.

Gráfico 29 – Porcentagem de estabelecimentos com membros da família na produção.



Esses números representam as famílias em que membros buscam por renda fora do estabelecimento agropecuário, renda não agrícolas para conseguirem sobreviver, podendo a prática do autoconsumo ser incentivada para diminuir as despesas com alimentação.

Gráfico 30 – Origem da renda não agrícola, em percentual.

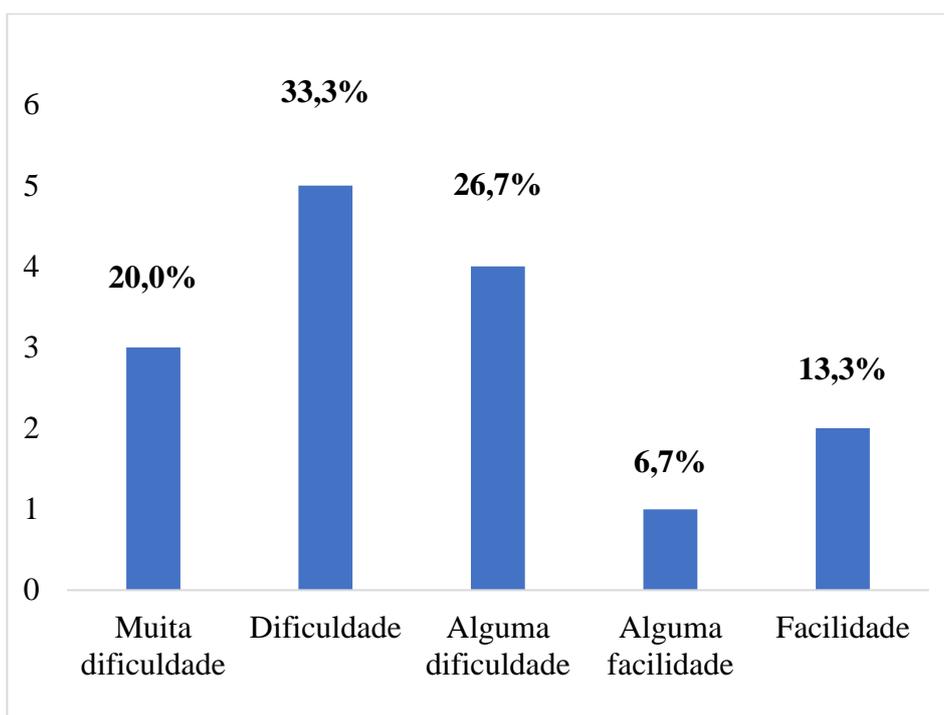


Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

As principais fontes de rendas não agrícolas dos agricultores familiares são vindas do trabalho como empregado, aluguel ou arrendamento e aposentadoria. Um dos produtores disponibiliza uma área para torre de companhia telefônica.

O trabalho agrícola muitas vezes passa pela informalidade, e as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares categorizados nessa condição é a prestação de serviços na modalidade de diarista para fazendas nas proximidades dos estabelecimentos.

Gráfico 31 – Renda familiar permite chegar até o final do mês em que condições, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Para os agricultores familiares, 33,3% informaram que a renda familiar chega até o final do mês com dificuldade; 26,7% com alguma dificuldade; 20% com muita dificuldade; 13,3% com alguma facilidade e 13,3% com facilidade.

Em números gerais a maioria dos agricultores familiares informaram certa dificuldade com a renda. Essas condições influenciam os jovens para não se dedicarem nas atividades da propriedade, e muitos acabam contribuindo com o exido rural em busca de melhores rendas.

4.3.9 Caracterização da Segurança Alimentar/Fome

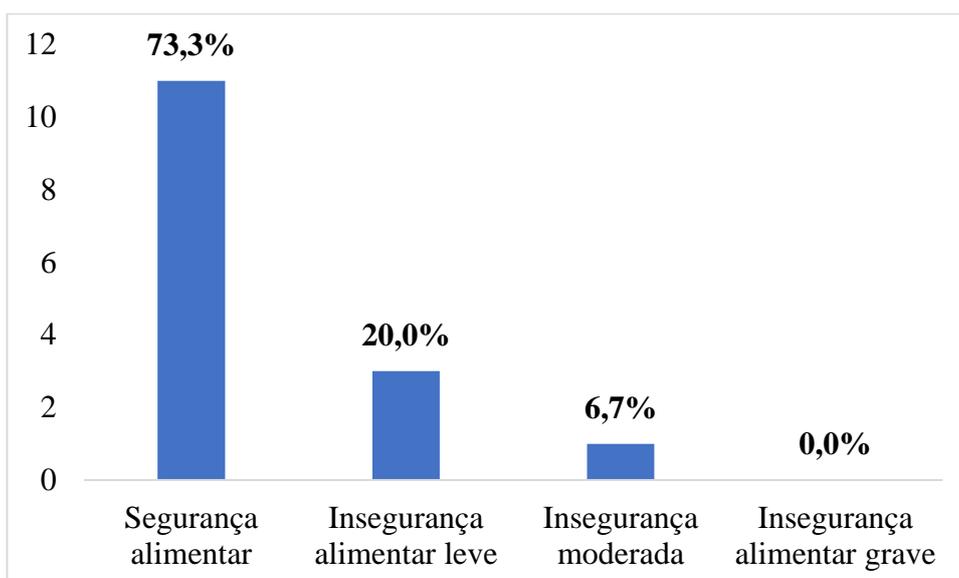
O trabalho apresenta a mensuração do nível de segurança e insegurança alimentar das famílias dos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Cada família foi analisada individualmente e a apresentação final foi o resultado depois de separar as famílias com indivíduos maiores de 18 anos das menores de 18 anos.

A esquematização e divisão dos domicílios com segurança alimentar dos que não são seguidos após este processo.

O gráfico 32 apresenta classificação e condições das famílias da feira.

Gráfico 32 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual - Entrevista 1

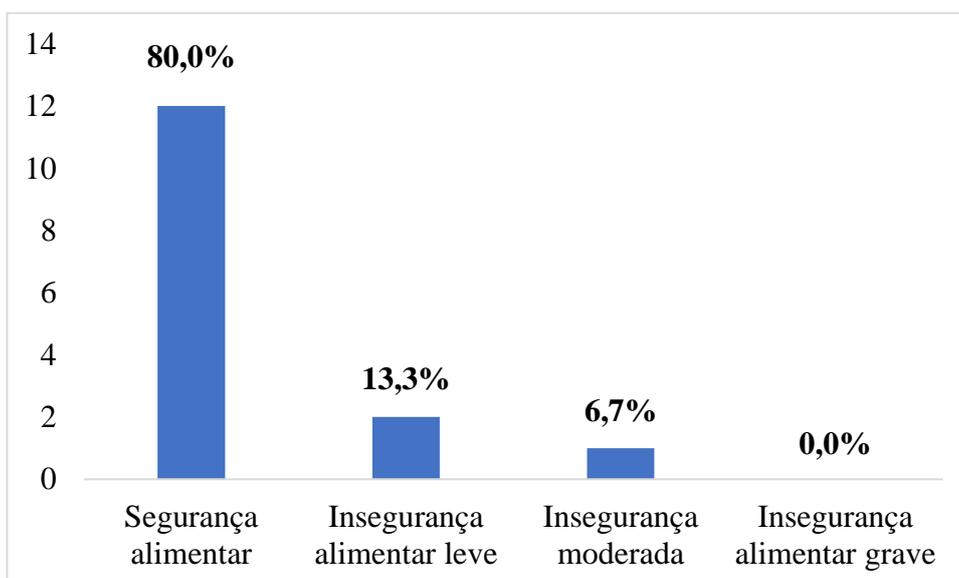


Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Observa-se que o gráfico que na primeira entrevista realizada com os agricultores constou que 73,3% se encontram em segurança alimentar e nutricional; 20% insegurança alimentar leve; 6,7% insegurança alimentar moderada e nenhuma família com insegurança alimentar grave, com presença em menores proporções de insegurança alimentar leve e moderada.

No entanto, na segunda entrevista essa situação melhorou conforme demonstrado no gráfico 33.

Gráfico 33 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual – Entrevista 2



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

De acordo com o gráfico 80% se encontram em segurança alimentar e nutricional; 13,3% insegurança alimentar leve; e permanecem em 6,7% insegurança alimentar moderada e nenhuma família com insegurança alimentar grave, com presença em menores proporções de insegurança alimentar leve e moderada.

A maioria das famílias entrevistadas estão em condição de segurança alimentar. A estrutura familiar pode explicar a insegurança alimentar. Observa-se que nenhuma família composta por adultos se encontrava em uma situação alimentar crítica, e a pesquisa descobriu que a insegurança alimentar é mais comum em famílias sem crianças com 18 anos ou menos.

Todos entrevistados com caracterizados com insegurança alimentar leve e moderada apresentavam menores de 18 anos no domicílio. A escassez de mão-de-obra familiar no estabelecimento agropecuário, pode levar a um aumento na demanda de consumo familiar e, conseqüentemente, a uma renda agrícola mais baixa. Isto pode resultar em uma redução na renda do estabelecimento. Em alguns casos, isto também pode levar a uma redução na produção agrícola.

Apesar das condições de segurança alimentar estar com números positivos, a situação financeira pode influenciar na quantidade de alimentos produzidos e comercializados impactando diretamente no acesso a diversidade e variedade de alimentos para o consumo da família.

Na pesquisa de campo alguns agricultores familiares informaram que a pandemia de Covid 2019, contribuiu para a dificuldade da comercialização de alimentos, visto que muitos consumidores deixaram de ir às feiras.

Segundo a Rede:

A crise econômica, que já vinha revertendo o sucesso alcançado até 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada, ganhou impulso negativo maior em 2020 com o advento da pandemia, apesar da permanência de alguns programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, e a criação do auxílio emergencial com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia sobre o emprego e renda. (PENSSAN, 2021, p. 49).

Essa realidade vem afetando agricultores familiares e todo os brasileiros em diversas esferas, portanto nas pesquisas a maioria dos agricultores familiares relataram dificuldade em manutenção da renda, o que pode contribuir para a piora desses números que são exponencialmente afetados com as manobras econômicas.

Para avaliar a evolução da pobreza no Brasil utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2005, apresenta que o número de pessoas influencia diretamente na insegurança alimentar, ou seja, os domicílios com uma quantidade maior de pessoas são mais propensos à insegurança alimentar moderada e grave do que outros domicílios de referência, portanto quanto maior o número de indivíduos nas famílias, maiores serão os esforços necessários para garantir a alimentação familiar (HOFFMANN, 2006).

4.4 Condição de Segurança alimentar conforme a EBIA

A maioria dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba encontra-se em condição de segurança alimentar e nenhuma família apresenta condição grave de insegurança alimentar.

Renda agrícola

A renda agrícola apresentada considerando o valor bruto é baixa e alguns agricultores familiares fazem o complemento através da prestação de serviço como diarista.

Autoconsumo

A maior parte dos agricultores familiares consomem o que é produzido no estabelecimento agropecuário, isso pode contribuir para menor dependência da aquisição de produtos em supermercados e conseqüentemente menores gastos.

Canais de comercialização

O canal de comercialização utilizado são predominantemente as feiras livres municipais, facilitando o contato com os consumidores na garantia da expansão do mercado com venda para programas governamentais.

Diversificação produtiva

Os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba diversificam a produção, garantido mais estabilidade econômica. A especialização por estar ligada a profissionalização da agricultura familiar, observa-se que o índice educacional apresentado corrobora para o número menor.

Financiamento

A maioria dos agricultores familiares não obtiveram financiamento, reduzindo a capacidade de investimentos.

Idade

A maioria são adultos, o que pode melhorar a capacidade produtiva devido a experiência adquirida.

Organização social

As associações de produtores rurais atuam como organizações sociais de apoio a promoção de técnicas e incentivos dos agricultores familiares.

Escolaridade

Os agricultores familiares em sua maioria possuem baixo nível educacional, o que pode acarretar menores condições para melhoria produtiva.

O nível mais graves de insegurança alimentar apresentado pelos feirantes é moderado, podendo se agravar com representatividade para situações reais de fome. Quanto menor o percentual de famílias nessas condições melhor é a garantia de segurança alimentar.

A família de agricultor familiar que apresentou índice de segurança alimentar moderada tem a presença de criança, pouco autoconsumo o que pode demandar mais dependência de mercado.

4.5 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA X Caracterização dos Produtores

Para obter a percepção das famílias em relação as suas condições de se alimentar, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é considerada uma aplicação essencial desde a década passada por possibilitar classificar os níveis de (in)segurança alimentar.

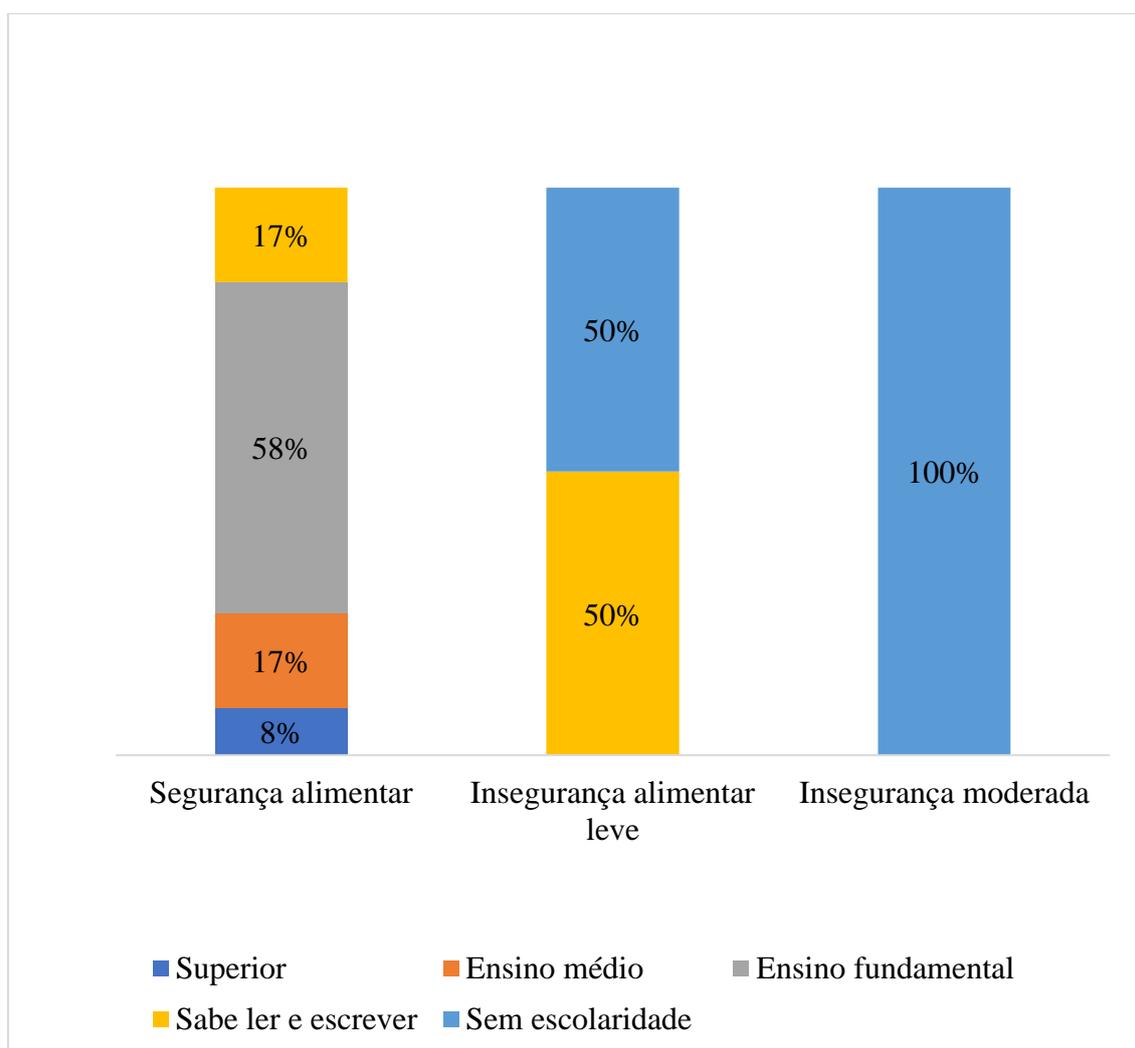
A técnica utilizada EBIA apesar de sua larga amplitude em diversas categorias, não considera o tempo de exposição sem alimentos, o período abordado, e a disponibilidade de alimentos da última semana. Mas ainda assim é considerada uma técnica extremamente relevante para identificar fatores de risco em uma comunidade específica, possibilitando o entendimento dos fatores que podem gerar insegurança

alimentar oportunizando a mitigação dos riscos que contribuem com a fome (GUERRA,2015).

4.5.1 Relação entre Escolaridade e EBIA

A escolaridade é uma característica que influencia na segurança alimentar. Na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2013, 20,5% dos residentes rurais do país foram considerados como sofrendo de insegurança alimentar devido à falta de educação ou a menos de um ano de escolaridade.

Gráfico 34 – Relação entre a escolaridade dos chefes das famílias e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

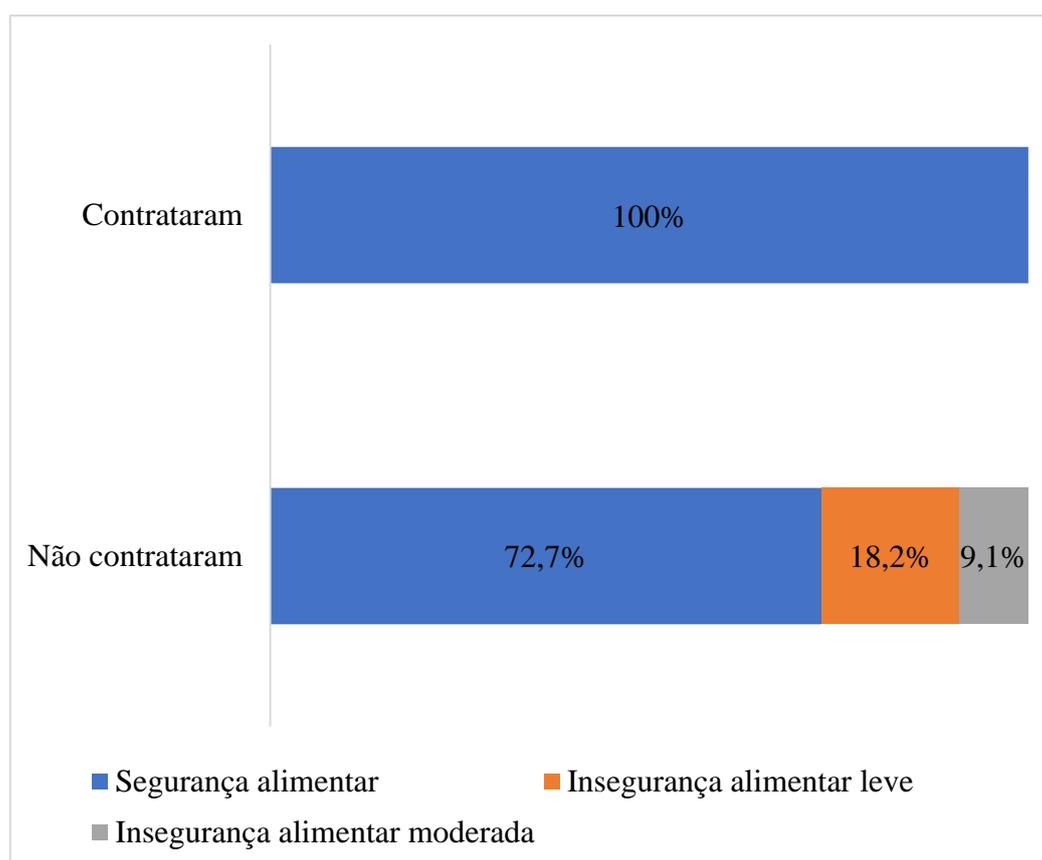
A partir dos cruzamentos entre a variável escolaridade e a EBIA identificou-se que os percentuais mais elevados de insegurança alimentar moderada estão presentes nas

famílias em que os chefes não possuem escolaridade ou apenas sabem ler e escrever. As famílias cujos chefes possuem nível fundamental, médio e superior não apresentaram insegurança alimentar leve ou moderada. Nenhuma família dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba se encontra em insegurança alimentar grave.

4.5.2 Relação entre Programas Governamentais para Agricultura Familiar, Financiamentos e EBIA

O acesso aos financiamentos dos agricultores familiares, seja por meio de programas governamentais ou privado, pode afetar a (in)segurança alimentar, conforme relatado anteriormente na pesquisa apresenta que 26,7% dos produtores contrataram algum tipo de crédito e desses 75% através do PRONAF.

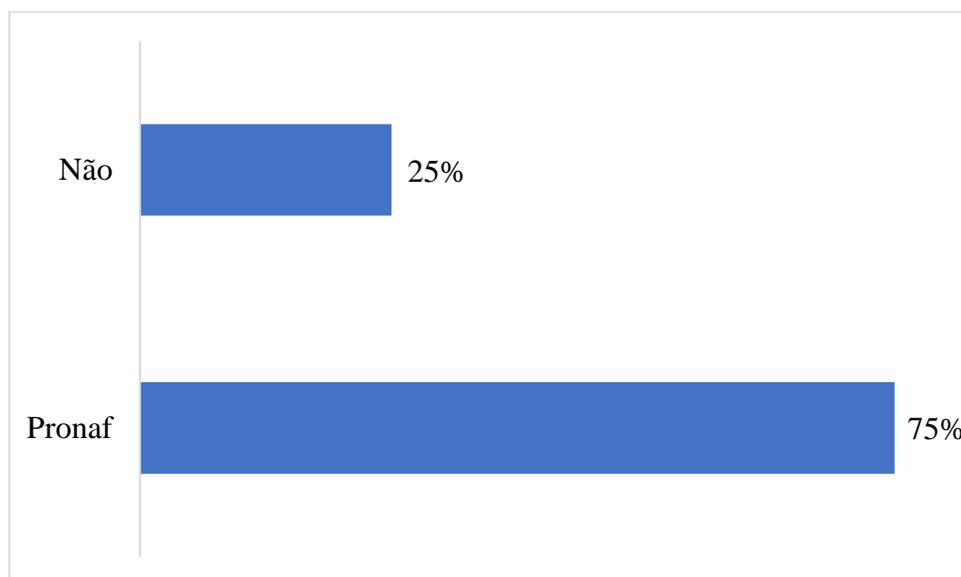
Gráfico 35 – Relação entre o acesso a financiamentos agrícolas e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Percebe-se que os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba que contrataram algum tipo de financiamento, seja por meio de programas governamentais ou privado possuem índice de segurança alimentar.

Gráfico 36 – Relação entre a participação nos programas governamentais(in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A segurança alimentar não foi influenciada pelo tipo de financiamento, público ou privado. Ressalta-se que 75% dos produtores financiaram através do PRONAF, mas mesmo assim o acesso através dos programas governamentais é baixo. A participação nestes programas pode contribuir para reduzir o nível de insegurança alimentar, possibilitando o investimento no estabelecimento agropecuário.

4.5.3 Renda Agrícola Média Mensal, Benefícios Sociais e EBIA

A (in)segurança alimentar que uma família enfrenta nas áreas urbanas e rurais pode ser influenciada pela renda. Embora existam outras rendas, como o trabalho fora do estabelecimento agropecuário e aluguel, que não foram incluídos na análise (renda não agrícola), sua contribuição para a alimentação da família é óbvia.

Tabela 22 - Relação entre a renda agrícola média mensal e o nível de (in) segurança alimentar.

Níveis de Segurança Alimentar	Renda Agrícola Média Mensal
Segurança alimentar	R\$ 4.265,05
Insegurança Alimentar Leve	R\$ 2.532,67
Insegurança Alimentar Moderada	R\$ 1.633,33

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A segurança alimentar pode mitigar o risco de insegurança alimentar dos indivíduos que possuem melhores rendas.

A renda levada em consideração é bruta e não leva em conta custos de produção que estão envolvidos, portanto, o valor da renda líquida pode ser bem menor e possivelmente não influencia nesse contexto para a insegurança alimentar devido ao autoconsumo.

A tabela 23 apresenta a relação do gasto mensal com alimentação e o nível de insegurança alimentar das famílias. Verifica-se também uma elevada proporção do gasto com alimentação sobre a renda agrícola mensal.

Tabela 23 - Relação entre o gasto médio mensal com alimentação e o nível de (in) segurança alimentar.

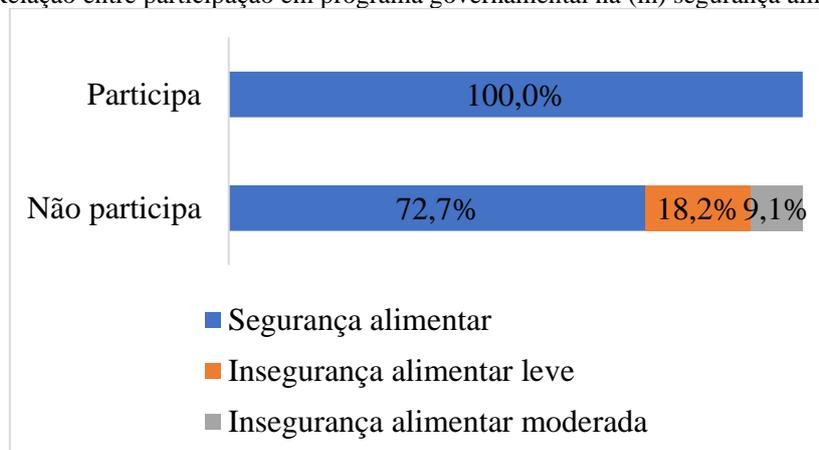
Níveis de Segurança Alimentar	Gasto Médio Mensal com Alimentação
Segurança alimentar	R\$ 1.711,82
Insegurança Alimentar Leve	R\$ 1.190,00
Insegurança Alimentar Moderada	R\$ 1.160,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Os agricultores familiares com segurança alimentar, tiveram maiores gastos mensais com alimentação sendo que dois fatores podem ter possibilitado essa diferença, a renda não agrícola e o autoconsumo.

Os programas governamentais podem contribuir com melhoria de renda e consequentemente melhorar as condições de garantia da segurança alimentar. 47% dos agricultores familiares participam desses programas.

Gráfico 37 - Relação entre participação em programa governamental na (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Verifica-se através do gráfico 37 que as famílias nas quais os moradores não participaram de programas governamentais, representam a maior proporção daqueles que estão em condição de segurança alimentar.

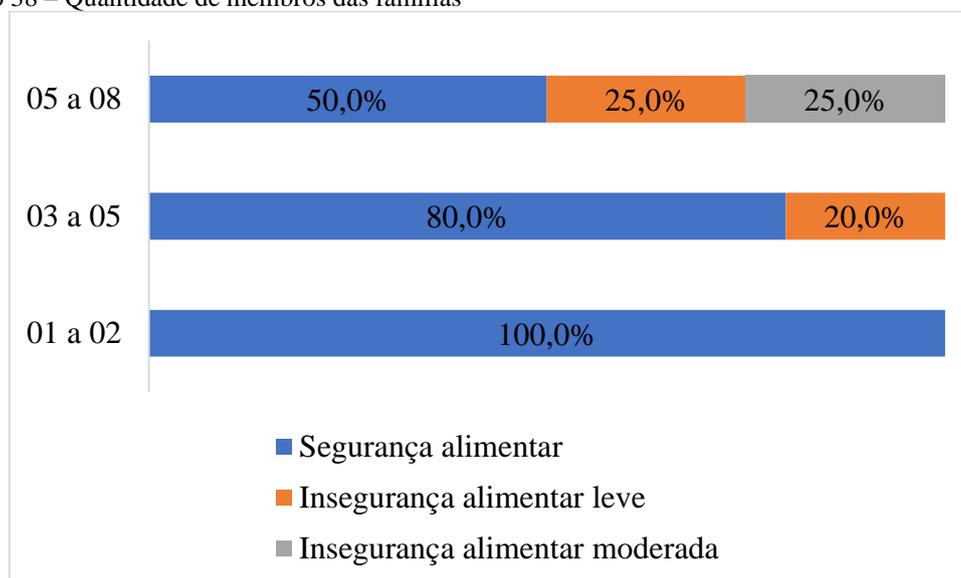
Um programa de incentivo para afastar as famílias da insegurança alimentar é o Bolsa Família. A pesquisa apontou os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba não fazem uso do mesmo no período das entrevistas.

O estudo desenvolvido por Almeida et al. (2015) fomentam que o programa ajuda na garantia de segurança alimentar. Uma pesquisa no município de Rio Verde, GO na área rural, indicou que 54,25% das famílias que receberam este benefício estavam em situação de insegurança alimentar leve, seguido de 12,77% insegurança alimentar moderada e apenas 4,26% apresentaram insegurança alimentar grave, caracterizada pela fome entre adultos e/ou crianças.

4.5.4 Quantidade de Membros das Famílias, Tempo Dedicado à Lavoura e a EBIA

A quantidade de membros das famílias pode influenciar diretamente na segurança alimentar dos indivíduos.

Gráfico 38 – Quantidade de membros das famílias



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

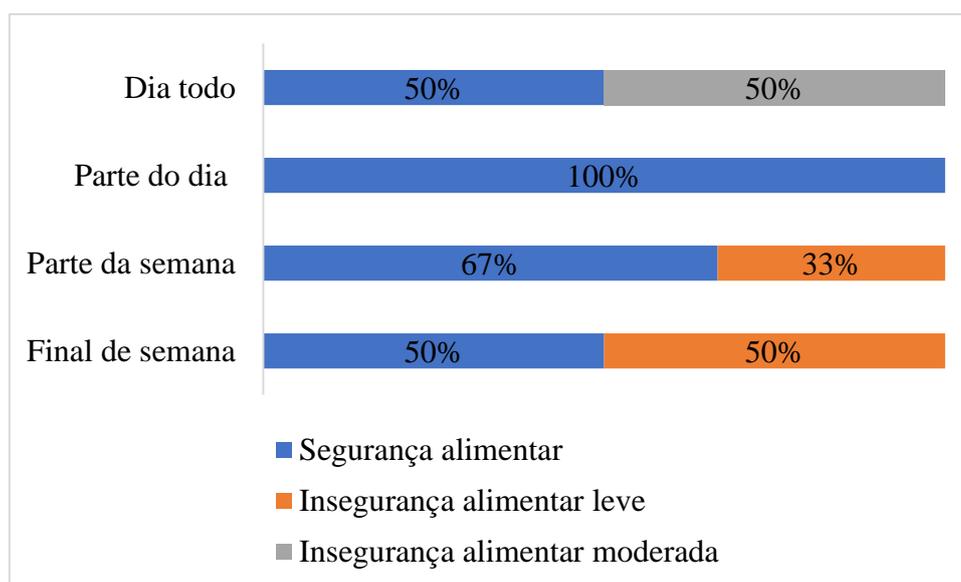
De acordo com o gráfico 38 acima, as famílias com menor quantidade de membros possuem segurança alimentar, e quanto maior a quantidade maior índice de segurança alimentar. Quanto maior a família, maiores podem ser os desafios para disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade necessária.

Os agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba não apresentaram índice de insegurança alimentar grave.

O tempo que os agricultores familiares feirante dedicam-se as práticas agrícolas é relevante visto que pode influenciar diretamente na produção e conseqüentemente na renda familiar.

O gráfico 39 traz informações sobre o tempo de dedicação nas práticas agrícolas, podendo impactando na segurança alimentar.

Gráfico 39 – Relação entre o período de tempo que os chefes das famílias dedicam as práticas agrícolas



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

A maioria dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba trabalham parte do dia, pois necessitam de fazer as entregas nas feiras e mercados. Os agricultores familiares que trabalham o dia todo 50% apresentam insegurança alimentar moderada e 50% estão em segurança alimentar, os trabalham parte do dia 100% estão em condições de segurança alimentar.

Para aqueles que praticam as atividades agrícolas em parte da semana 67% apresentam índice de segurança alimentar, enquanto 33% estão em insegurança alimentar leve. Já os que trabalham parte do dia (a maioria), apresentam segurança alimentar e os trabalham nos finais de semana se dividem em 50% segurança alimentar e insegurança alimentar leve.

4.5.4 Relação entre autoconsumo, diversificação da produção e EBIA

Os desafios dos estudos do autoconsumo estão situados em como mensurar a produção (GRISA *et al.*, 2010).

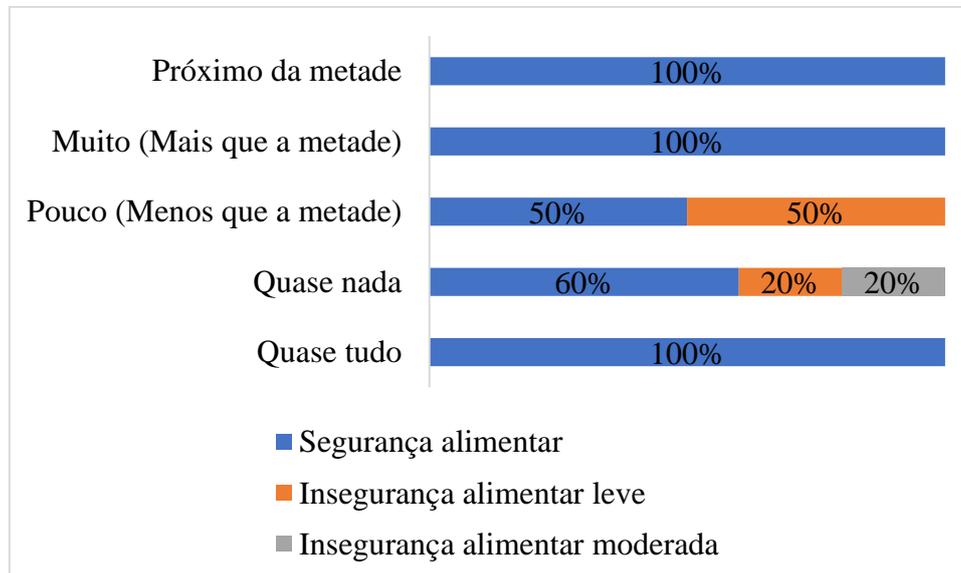
O autoabastecimento para Garcia Filho (1999) é a produção produzida e consumida pela família, como alimentos, instrumentos domésticos, lenhas entre outros.

O autor Leite (2004) considera o autoconsumo os alimentos da agropecuária, produzidos no estabelecimento familiar e destinada ao consumo da família envolvendo atividade produtiva com produtos primários beneficiados.

Devido a proximidade dos estabelecimentos agropecuários com a área urbana e a frequência de participação nas feiras, a alimentação dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba podem sofrer influência no autoconsumo.

Percebe-se que grande parte dos agricultores familiares das feiras livres municipais de Araçatuba possuem baixo nível de autoconsumo, por outro lado os que possuem essa prática tem melhores condições de segurança alimentar conforme apresentado pelo gráfico.

Gráfico 40 – Relação no consumo de alimentos da propriedade e a EBIA.

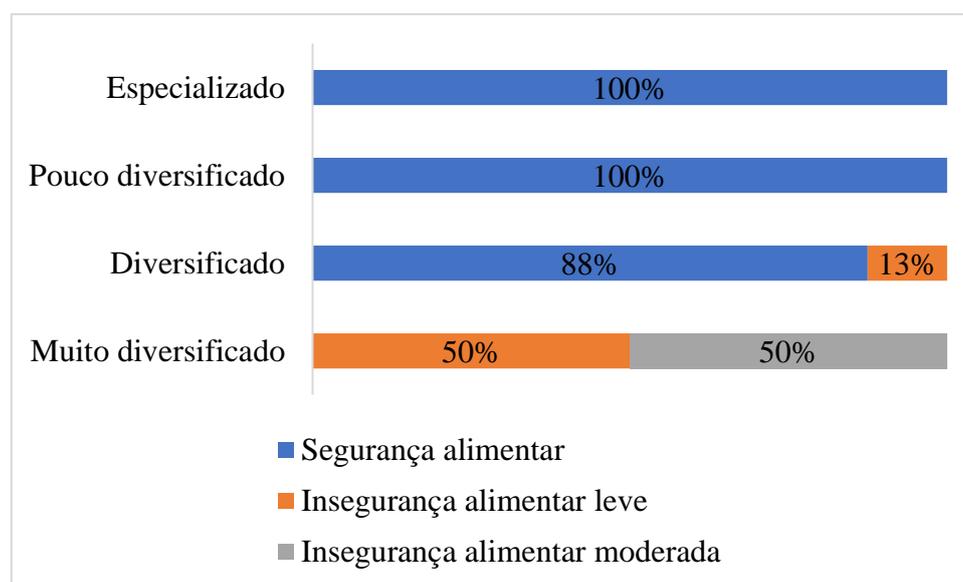


Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

De acordo com a pesquisa, quanto maior a prática do autoconsumo observa-se melhores condições de segurança alimentar. A maioria dos produtores das feiras municipais de Araçatuba consomem quase toda a produção e isso pode contribuir por não ter agricultor familiar em condições de insegurança alimentar grave.

A produção dos agricultores familiares é destinada para fornecimento da população urbana e arredores, potencializando o desenvolvimento local sustentável. A gama de produção é diversificada e atende a demanda da maior parte de alimentos que estão na mesa dos brasileiros. Para atender essa demanda o agricultor familiar pode buscar por estratégias que maximizem a produtividade como por exemplo a especialização produtiva. O gráfico 41 apresenta a diversificação produtiva encontrada nas feiras municipais de Araçatuba.

Gráfico 41 – Relação entre a diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Em relação a diversidade de produtos foram considerados os vendidos, autoconsumo e as criações. Foram classificados em hortaliças, frutas, verdura/legumes, raízes, criações e cereais. A produção muito diversificada considerada cinco ou seis classificações, diversificado de três ou quatro grupos, e pouco diversificado dois grupos e apenas um considerado especializado.

As feiras possuem grande variedades de produtos, isso justifica pela maioria ter a produção diversificada, representando mais da metade dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba.

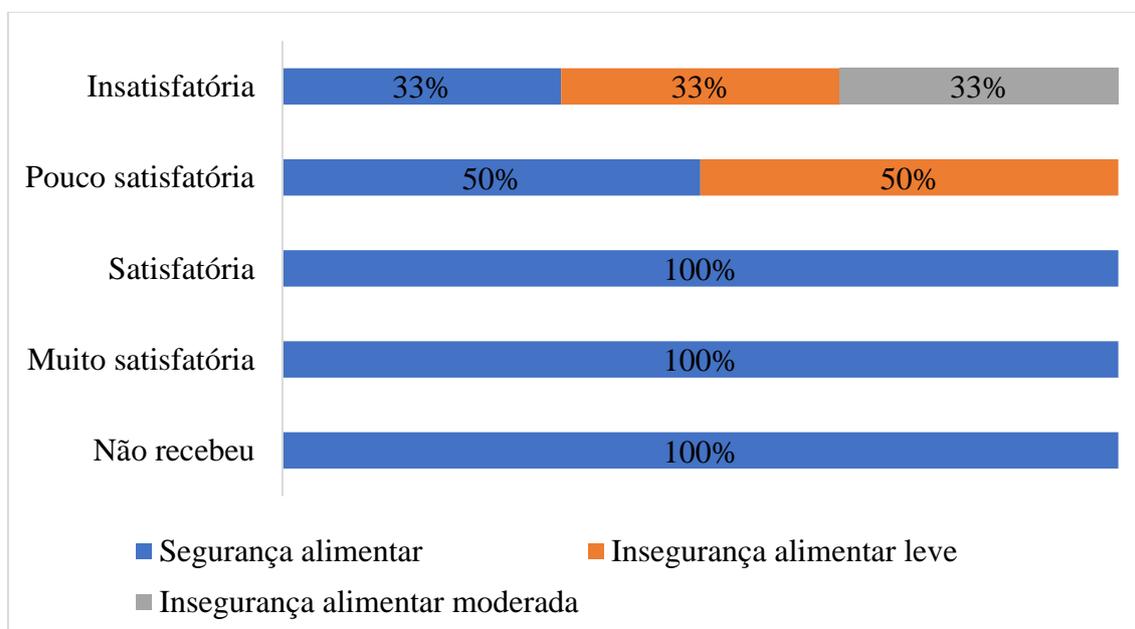
De maneira geral a segurança alimentar está nos agricultores familiares que desenvolvem a produção especializada e pouco diversificada, nas produções diversificada e muito diversificado apresenta índice de insegurança alimentar.

O trabalho de Almeida et al. (2015) possui resultados parecidos. Os agricultores familiares do estudo apresentaram índice de insegurança alimentar nas produções mais diversificadas, e segurança alimentar nas produções mais especializadas.

4.5.6 Relação entre o grau de satisfação com assistência técnica e a EBIA

A assistência técnica pode ter interferência direta na agricultura familiar. No caso das feiras municipais do município de Araçatuba torna-se necessário, uma vez que a maioria dos estabelecimentos são pequenas áreas carecendo de maximização produtiva, carecendo de correto manejo para sustentabilidade da propriedade. O gráfico 42 apresenta o grau de satisfação sobre assistência técnica e o nível de (in)segurança alimentar.

Gráfico 42 – Relação entre o nível de satisfação com a assistência técnica recebida e a EBIA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Os agricultores familiares que não receberam assistência técnica apresentaram índice de segurança alimentar, porém, os que receberam assistência técnica em sua maioria consideram insatisfatória. A assistência técnica recebida pelos agricultores familiares não está sendo eficiente para o desempenho das atividades agrícolas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUALITATIVA

5.1 As feiras livres no município de Araçatuba

As feiras se consolidam como importante estrutura para garantir o suprimento de alimentos das cidades, principalmente no interior. Além disso, as feiras promovem o desenvolvimento social, econômico e cultural, possibilitando a comercialização de produtos familiares com melhores preços e qualidade para os consumidores, valorização do artesanato e a promoção da integração social com preservação da cultura.

Segundo Valério (2019) as feiras têm como estratégia a comercialização direta de alimentos, responsáveis em promover relacionamentos próximos entre produtor e consumidor final, podendo ser praticado por pequenos produtores hortifrutícolas.

Na pesquisa percebe-se que os feirantes que não são agricultores familiares atuam como intermediários quando compram mercadoria e revendem nas feiras, ou seja, adicionam mais uma etapa na cadeia produtiva, podendo interferir no preço final do produto.

A gente consegue vender mais barato porque eu mesmo cuido, então eu sei até onde eu posso chegar no preço, claro que não consigo fazer milagre porque as coisas subiram demais, mas tem muita gente aí que compra de mim pra revender, então eu sei o preço que ele compra, sei o mínimo dele. (Entrevista de campo, 02/03/2022).

Esse processo promove uma vantagem competitiva para os agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba, assim conseguem mais competitividade nos produtos produzidos no estabelecimento agropecuário.

A percepção social e cultural das feiras é reconhecida pelos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba conforme relato.

A feira é importante pra gente, eu consegui formar meus filhos com dinheiro daqui, fora as amizades que eu fiz aqui, tem vários clientes que hoje são meus amigos, porque você sabe, não é o dinheiro, porque se eu pensar só em dinheiro eu não estaria aqui, teve época de praticamente só empatar, mas eu nunca deixei os clientes na mão, tive cliente com doença ruim e não podia comer com veneno e aí eu fazia questão de produzir só pra ele, então a feira é isso essas amizades não tem preço. (Entrevista de campo, 02/03/2022).

Na fala do agricultor familiar da feira livre do município de Araçatuba é apresentado a interatividade social com o consumidor final, essa relação jamais será substituída pelas cadeias produtivas.

As feiras também são reconhecidas pelos consumidores e relatam a importante papel social.

Eu venho na feira antes de você nascer, isso aqui era lotado a gente se trombava. Eu não venho aqui só para comprar, claro que aqui tem uma qualidade muito melhor comparado ao supermercado, porque tudo é fresquinho, você sabe de quem está vendendo, mas muito além, aqui a gente tem uma história, tem feirante de mais de trinta anos, você tem noção disso? É a sua vida aqui. (Entrevista de campo, 02/03/2022).

Percebe-se o fator cultural nas falas do consumidor, o espaço das feiras promove o encontro de amigos e família e garante a troca social.

Um dos produtores relatam a história das feiras municipais e as oportunidades de comercialização de produtos.

Essa feira aqui existe bem antes de você nascer, eu peguei isso aqui quando era jovem ainda, ali, ali... sabe ao lado das Casas Bahia na Duque de Caxias onde tem aquele negócio da prefeitura hoje, acho coisa da cultura, lá era a feira e começou em 1979 e eu estava lá, antes disso era lá perto da Osvaldo Cruz, na pracinha da Câmara Municipal eu tinha dezesseis anos, depois que veio pra cá. (Entrevista de campo, 02/03/2022).

5.2 Papel das mulheres nas feiras municipais de Araçatuba

A pesquisa de campo revelou a participação das mulheres na produção do estabelecimento agropecuários, participando ativamente de todos os processos produtivos, inclusive na comercialização nas feiras e ainda a responsabilidade de cuidar dos compromissos domésticos.

Nas feiras municipais de Araçatuba a presença de mulheres atuando como responsáveis pelo estabelecimento é marcante, elas representam 33% do total, ou seja, cinco feirantes das feiras livres na modalidade de agricultora familiar são as “chefes da propriedade”.

Apesar da participação ter representatividade a capacidade da mulher é muitas vezes é subestimada pela sociedade, devido as atividades desenvolvidas que não são reconhecidas em relação ao trabalho (FARIA, 2009). Nesse sentido, pode-se considerar o trabalho da mulher como invisível à sociedade e que ultrapassa os afazeres domésticos. As agricultoras familiares fazem parte do trabalho produtivo, plantando, colhendo para o

autoconsumo, ordenhando as vacas, produzindo queijos, pães, doces, contribuindo para a pequena escala de produção.

Essa invisibilidade e o papel das mulheres pode ser percebido quando ela deixa de ter a capacidade de realização, seja problemas de saúde e até mesmo a morte.

Isso pode ser contatado pela entrevista realizada com as agricultoras familiares das feiras municipais de Araçatuba.

Quando eu fiquei doente meu marido teve que cuidar dos meus compromissos, eu acordo cedo, faço café, ligo a bomba para encher a caixa, esquento o leite para meu marido e vou molhar a horta até ele terminar de tirar o leite, fora os serviços de casa e eu faço a colheita, tem vezes que eu vou sozinha fazer as entregas, e quando eu estava doente ele ficou sozinho, tivemos que soltar as vacas porque ele não ia dar conta e foi muito difícil menino. Entrevista de campo, 02/03/2022).

Na entrevista acima a mulher não relata ser assistente do marido e sim a realizadora das atividades, mas muitas vezes a mulher é vista como “ajudante” com baixa ou até mesmo sem nenhuma remuneração para o trabalho. As atividades agrícolas exercidas pelas mulheres nos estabelecimentos agropecuários são vistas como uma extensão dos compromissos de mãe e esposa, a justificativa pode estar atrelado ao trabalho pesado ou leve (BRUMER, 2004).

Essa justificativa pode não ser convincente visto que depende da perspectiva social analisada (leve ou pesado). A mulher participa da colheita agrícola, cuida dos filhos, carrega água, ajuda na limpeza de animais entre outros.

O autor Magalhaes (2009) em um estudo sobre as inovações leiteiras constatou que os homens operam máquinas e mulheres os serviços “pesados” como atividades manuais. Karam (2004) analisou o papel das mulheres na produção orgânica, e as mulheres ocupavam um papel fundamental para a transição da prática convencional de cultivo para orgânico, que necessitam de mais técnicas produtivas e assim que os homens percebem o sucesso, tanto na produção quanto na renda passa a assumir os lugares das mulheres assumindo as funções.

Isso mostra que muitas vezes a mulher é excluída do trabalho, ou seja, o trabalho é considerado leve consequentemente remuneração baixa, não efetivamente por suas características, mas pela hierarquia social familiar criada (PAULILO, 1987).

Segundo o fiscal municipal as mulheres estão na prioridade da gestão, e abertura para novas oportunidades fazem parte da inclusão.

Eu não sei exatamente o número de mulheres que estão atuando diretamente nas feiras municipais, mas de qualquer forma elas estão envolvidas de maneira direta ou indireta, e nós da prefeitura municipal

procuramos direcionar nossas ações para a inclusão das mulheres em todas as áreas públicas. Entrevista de campo, 02/03/2022).

A participação das mulheres nas feiras municipais de Araçatuba promove a vida e a importância social da valorização da agricultura familiar.

5.3 Percepção dos agricultores familiares sobre a vida no campo e a permanência dos jovens

As feiras municipais de Araçatuba podem atuar como um agente de manutenção e esperança para os agricultores familiares. Para compreender a visão dos agricultores familiares em relação a vida e manutenção dos jovens no campo salienta-se sobre as dificuldades enfrentadas.

Eu amo viver no campo apesar das discriminações que já passamos, nós colocamos alimentos na boca de muita gente, mas somos desvalorizados, mas eu vejo que isso tem mudado muito, sempre ensinei meu filho estuda para ter um emprego digno que seu pai e sua mãe é esse sofrimento aqui. Entrevista de campo, 02/03/2022).

Hoje não acho difícil trabalhar no campo, mas a mão de obra é muito difícil e se for pagar praticamente não compensa produzir, eu já estou me aposentando e não vou mais dar continuidade, meus filhos já estão trabalhando, né? em uma fábrica de sapatos, faz essas botinas de couro, sabe? trabalha na sombra. Entrevista de campo, 02/03/2022).

A percepção dos agricultores familiares de maneira geral em relação ao trabalho no campo não é otimista, a maioria instrui seus filhos a estudarem ou então trabalhar na área urbana e grande parte dos produtores não possuem sucessores, ou seja, quando aposentarem não continuaram a produção.

Logo logo, eu aposento, o pedacinho de terra é pequeno, mas eu vou arrendar e dá uma rendinha pra mim e pra véia, aí eu vou parar, parar não tem como, minhas costas não aguenta mais e na horta a gente usa muito os braços e as costas, meus filhos não desejo isso pra eles, se um dia quiser e precisar a terra tá aí, é só cuidar. Entrevista de campo, 02/03/2022).

Alguns agricultores familiares apresentaram a intenção de arrendar a propriedade e não dar continuidade na participação das feiras.

Os jovens filhos dos agricultores familiares não apresentam interesse em dar continuidade na produção da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para revelar as condições de segurança alimentar dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba, a partir do formulário da EBIA, metodologia que foi aplicada pela primeira vez no universo empírico desta pesquisa.

No município de Araçatuba, a agricultura familiar segue o mesmo padrão de especificidade abordada por outros autores, ou seja, segue diferenciação tanto da forma de produzir quanto na forma de comercialização dos produtos.

O município de Araçatuba, embora tenha diversificação nas atividades econômicas, atualmente a lavoura temporária é mais praticada, pois além de receber mais investimento, a área produtiva que se concentra é maior que a área produtiva da agricultura familiar.

O número de estabelecimento agropecuários da agricultura familiar representa 76,1% no município de Araçatuba, enquanto a agricultura patronal representa 23,9%.

Isso demonstrou que apesar da agricultura familiar ocupar a maioria dos estabelecimentos agropecuários, ocupa o menor espaço em área, possui a menor quantidade de tratores e equipamentos agrícolas proporcionalmente, possui menor assistência técnica, menores índices educacionais, maior pessoal ocupado.

Em relação a área dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba, segue a tendência nacional da agricultura familiar que ocupa o menor espaço, com 19% de área, enquanto a patronal ocupa 81% da área, dando continuidade no processo de concentração e centralização de capitais na agricultura.

Grande parte dos estabelecimentos da agricultura e pecuária possuem menores quantidades de áreas ocupadas, são administrados pelo dono da terra que utiliza de recursos próprios, a maioria não faz uso de adubação e técnicas de cultivo e pouco uso de tratores.

A maior parte dos agricultores familiares ocupados são do sexo masculino e produtores individuais.

As feiras-livres possibilitam para a agricultura familiar um importante canal de comercialização, de relevância inegável, em que se mostram como um sistema integrado de relações sociais de trocas não apenas na lógica de mercado, mas cultural, social e

histórica, interagindo com diversas racionalidades para além da econômica, mas comunitária, religiosa, familiar e societária possibilitando a reprodução social e a vida.

No espaço da feira surgem diversas relações, econômicas, comerciais, solidárias, bate-papo, lanche, diversões, histórias e até disputas.

Demonstrou ser um espaço de comércio, diálogo, trocas, resistência e parceria, principalmente por parte dos agricultores familiares organizados, que lutam pela sobrevivência.

As feiras livres do município de Araçatuba possuem vasta variedade de gênero alimentício e produtos básicos que possibilitam a comercialização e interação entre produtor e consumidor.

Os programas governamentais, a venda direta para o consumidor representa grande parte dos canais utilizados pelos agricultores familiares feirantes do município de Araçatuba.

Produtores apontaram que apesar da feira ser um excelente canal de comercialização, o custo envolvido no transporte até o local pode influenciar nos preços para dos canais.

A maior parte dos produtores indicaram que os riscos inerentes à produção e alto custo de insumos e mão de obra são as principais dificuldades para a agricultura e criação de animais.

Nas feiras livres do município de Araçatuba, os agricultores familiares têm uma visão positiva em relação ao desempenho econômico após a oportunidade de participação nos programas destinados a agricultura familiar.

A maioria dos agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba, afirmaram que consomem praticamente tudo que é produzido no estabelecimento agropecuário representando 40%; 27% afirmaram que não consome quase nada; 13% pouco menos da metade da produção é consumida; 7% muito mais que a metade e 13% próximo da metade.

Os agricultores familiares das feiras municipais de Araçatuba diversificam a produção, 53% diversificam; 26,7% pouco diversificado; 13,3 muito diversificado; 6,7% especializada.

Algumas famílias a renda não agrícola não são suficientes para cobrir as despesas da casa, o tamanho dos estabelecimentos pode influenciar na capacidade produtiva fazendo que os membros busquem por outras fontes de renda para sustento.

Em relação a segurança alimentar dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba, de acordo com a primeira entrevista do questionário EBIA constou que 73,3% dos entrevistados se encontram em segurança alimentar nutricional; 20% insegurança alimentar leve; 6,7% insegurança alimentar moderada e nenhuma família com insegurança alimentar grave, com presença em menores proporções de insegurança alimentar leve e moderada.

A segunda entrevista apontou que 80% se encontram em segurança alimentar e nutricional; 13,3% insegurança alimentar leve; e permanecem em 6,7% insegurança alimentar moderada e nenhuma família com insegurança alimentar grave, com presença em menores proporções de insegurança alimentar leve e moderada.

A maioria das famílias entrevistadas estão em condição de segurança alimentar, sendo que o modelo produtivo pode justificar em sua estrutura familiar.

Observou que nenhuma família composta por adultos se encontrava em uma situação alimentar crítica, e a pesquisa descobriu que a insegurança alimentar é mais comum em famílias sem crianças com 18 anos ou menos.

As feiras livres possuem papel social e cultural para o município de Araçatuba, porém, a integração dos agricultores familiares não é efetivamente assistida visto que a própria lei do município torna excludente essa categoria, tanto exigência de habitualidade excluindo que a diversificação produtiva da agricultura familiar é muito sazonal e nem sempre o agricultor terá alimentos nos estabelecimentos para estar presentes nas feiras.

Do ponto de vista de expressividade no território político do município, a feira é irrisória, principalmente quando pautada no modelo agroalimentar tradicional que valoriza a produção em larga escala, atingimento da população de maneira global, porém do ponto de vista social, ambiental, ecológico, de desenvolvimento pautado na liberdade, de um modelo resistente, considerando a segurança alimentar e seus principais eixos, se faz relevante na promoção da vida onde acontecem as relações comportamentais, atrelados na solidariedade, respeito ao meio ambiente, valorização dos agricultores familiares, na autonomia e liberdade de todos os agentes locais envolvidos.

A agricultura familiar tem potencial efetivo para se processar com mudanças necessárias que poderão encaminhar sua sobrevivência na direção de uma agricultura sustentável e estudos futuros podem contribuir para a comparação anos anteriores, entendendo as mudanças do setor propondo novos caminhos para a produção que contribua positivamente com o meio ambiente.

Por fim, sugere-se novos estudos sobre a atualização dos dados da agricultura familiar e não familiar do município de Araçatuba, em comparação com anos anteriores que poderão servir de base para novas políticas públicas sustentáveis, levando em conta as feiras como agente fundamental na garantia do abastecimento e segurança alimentar local sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos avançados**, v. 15, p. 121-140, 2001.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998, p. 104.

ALMEIDA, F. B.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 277-287, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/Zd8K3wwJQHSrqbvrDqDzvHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 de outubro de 2021.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: Análise dos Programas Municipais de Araraquara-SP. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2008, Rio Branco. **Anais**. Online: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/107864.html> Acesso em: 03 de outubro de 2021.

ALMEIDA, L. M. M. C.; PAULILLO, L. F. FERRANTE, V. L. S. B. Segurança Alimentar e Consórcios de Produtores Rurais: Possibilidades de Formação de Redes de Capital Social no Território Citrícola Paulista. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 398-421, jul-set. 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.hubine.com.br%2Frevista%2Findex.php%2Fren%2Farticle%2FviewFile%2F657%2F524&chunk=true> Acesso em: 05 de novembro de 2021.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007. Disponível em:

<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

ARAÇATUBA. **Lei Nº 8.219, de 19 de agosto de 2019.** Regulamenta a realização de feiras itinerantes ou eventos similares, com fins lucrativos, no município de Araçatuba, dispondo sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos interessados e dá outras providências. Araçatuba: Legislação Municipal de Araçatuba, [2019]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/a/aracatuba/lei-ordinaria/2019/822/8219/lei-ordinaria-n-8219-2019-regulamenta-a-realizacao-de-feiras-itinerantes-ou-eventos-similares-com-fins-lucrativos-no-municipio-de-aracatuba-dispondo-sobre-as-regras-e-procedimentos-a-serem-adotados-pelos-interessados-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 de março de 2021.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. de. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**, n. 33, 2009.

BINI, D. L. de C. **Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16072015-121345/en.php>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

BINI, D. A.; MIRANDA, S. H. G. D.; VIANA, C. E. D. F.; PINTO, L. F. G. A dimensão econômica da sustentabilidade na agropecuária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v. 27, n. 2, p. 95, 2018.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm . Acesso em: 03 de outubro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Institui o Estatuto da Terra. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 76 da República, retificado em 17.12.1964, e retificado em 6 de abril de 1965.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis, 2004.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA, P. A. O desafio alimentar no século XXI. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 498-522, 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/784/458>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, Ad. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, p. 312-347, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yWYK66v4CJXDqsmKtVH5bkD/abstract/?lang=pt>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. D. F. (2010). **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

CASTRO, C. N. de. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. 2015.

CLEMENTE, F. M. V. T. **Produção de hortaliças para agricultura familiar**. CEP, v. 70, p. 970, 2015.

CONTI, I. L. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconnectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 157-172, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WkvT5yVVdhZGprdCGmQfHqk/?lang=pt>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2021.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FERRARI, D.L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS-5**. Penso Editora, 2009.

GARCIA FILHO, D. P. Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico. **INCRA/FAO**, v. 65, 1999.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**. V. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/1943/1771> Acesso em 15 de outubro de 2021.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**: Campinas. Editora da, 1998.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A " produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, p. 65-79, 2010.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

GUANZIROLI, C. E.; GUANZIROLI, T. Modernização da Agricultura em Moçambique: determinantes da renda agrícola. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 115-128, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6492>. Acesso em: Acesso em 15 de dezembro de 2021.

GUERRA. G. A. D. A Amazônia Brasileira e seus Contornos. **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública/IICA**, FÓRUM DRS – Brasília: IICA, 2015.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p. (Estudos brasileiros, v. 24)

HELD, D. O elitismo competitivo e a visão tecnocrata. _____. **Modelos de Democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HOFFMANN, R. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 93-105, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos#caracteristicas-estabelecimentos>. Acesso em 23 de outubro de 2021.

JUNQUEIRA, A. H. ; PEETZ, M. S. **100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo**. Via Imprensa Edições de Artes, 2015.

KARAM, K. A Mulher na Agricultura Orgânica e em novas ruralidades. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 2004.12(1), p. 360.

LAMARCHE, E. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.

LEITE, S. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**, São Paulo: Hucitec, p. 123-181, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, v. 5, n. 31, 1986.

MAGALHÃES, R. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba: 2009. 47 (1).

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 7-37, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wg3RJCWFytyd5zJgbn8tVwS/?lang=pt>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. **O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar**. Estudos do CEPE, n. 49, p. 67-79, 2019.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Mauad Editora Ltda, 1999.

MSMT – Missão Salesiana de Mato Grosso. 100 Anos de História. UniSALESIANO Araçatuba. 2010.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. Editora da PUC-SP, 1989.

MUÑOZ, C. M. G. et al. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, p. 361-376, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

PAULILO, M. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p. 64-70.

PENSSAN, R. VIGISAN-Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. **Rio de Janeiro: Rede Penssan**. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf, Acesso em 12 de março de 2022.

PEREIRA, M. H. Q. **Avaliação da segurança alimentar e nutricional: contribuições em âmbito municipal**. – Salvador, 2014. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18878>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIGON, S. A.; BÓGUS, C. M. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Julian-Perez-Cassarino/publication/322643794_Soberania_Alimentar_SOBAL_e_Seguranca_Alimentar_e_Nutricional_SAN_na_America_Latina_e_Caribe/links/5a66341f4585158bca544b42/Soberania-Alimentar-SOBAL-e-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional-SAN-na-America-Latina-e-Caribe.pdf#page=31. Acesso em 14 de agosto de 2021.

RODRIGUES, M. D. L. C.; SCHMITZ, B. A. S.; CARDOSO, G. T., SOUSA, E. O. **Alimentação e nutrição no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1044/239 Acesso em 15 de outubro de 2021.

RUIS, G. L. A estrutura da produção agropecuária no município de Araçatuba/SP no contexto da modernização da agricultura. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 237-262, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/7062>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

SANTOS, J. E. d. et al. Feira livre: lugar privilegiado para a (Re) produção e (Re) invenção de práticas espaciais e socioculturais populares—a feira livre de Ceará-Mirim (RN). **Sociedade e Território**, v. 26, n. 1, p. 58-75, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3523> Acesso em 15 Out. 2021.

SAQUET, M. A.; MEIRA, R. Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial da articulação entre o rural e o urbano. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 6, N. 2, 2017.

SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso do município de Nova Veneza, SC. **Revista Faz Ciência** V.15 (20). 101-130, 2012. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8028>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

SCOLARI, D. G. **Produção agrícola mundial: o potencial do Brasil**. 2006.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 139-166, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232378/000728364.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas. São Paulo: 2020. Departamento Gráfico da Fundação SEADE.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA, R. C. da. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: Paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa. **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto, Editora Legis Summa, p. 31-50, 1998. Disponível em: <http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/Dicotomia.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

SILVA, S. P. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3019>. Acesso em 09 de outubro de 2021.

STEDILE, J. P.; CARVAHO, H. M. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. 2010. In: Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma história Brasileira**. Brasília, DF: Assessoria Fome Zero, 3 vol., vol. 3, 2010, p. 144 a 156. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol3.pdf> Acesso em 15 Out. 2021.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 36, p. 26-38, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2672>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. In: **Introdução à estatística**. 2008. p. xxvi, 310-xxvi, 310.

VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútiis no estado de São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos sociedade e agricultura*, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PI7aM4A_hqgC&oi=fnd&pg=PA42&dq=Agricultura+familiar+e+campesinato:+rupturas+e+continuidade&ots=VXjFg67_sh&sig=GFA0cVl1ljGCaWDn0aibcdtU2Eg#v=onepage&q=Agricultura%20familiar%20e%20campesinato%3A%20rupturas%20e%20continuidade&f=false . Acesso em 14 de agosto de 2021.

Anexo I – Formulário semiestruturado, agricultor familiar

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA– UNIARA – Questionário Agricultor Familiar. Pesquisa do perfil da segurança alimentar, socioeconômica e sociodemográfico dos agricultores familiares das feiras livres do município de Araçatuba – SP.

Nº do questionário _____

Data: ____/____/____

Nome do entrevistador: _____

Local da entrevista: _____

Apresentação da Pesquisa

Bom Dia/Boa Tarde,

Meu nome é _____ e estou realizando uma pesquisa para conhecer melhor a situação dos agricultores familiares/produtores aqui residentes. Procuro saber informações sobre as condições de moradia, segurança alimentar, renda, trabalho, saúde, alimentação, escolaridade, proteção social, entre outras, para poder avaliar como o (s) programa (s) em que estão inseridos estão atendendo vocês, principalmente em relação a segurança alimentar domiciliar. As informações repassadas serão sigilosas e os dados dos moradores não serão divulgados. Posso contar com sua atenção por alguns minutos?

* É beneficiário (a) de qual (is) programa (s)?

() Programa de Assentamentos rurais

() Programa Bolsa Família (PBF)

() Programas de segurança alimentar*

() Outros (especificar) _____

*Merenda Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Restaurante Popular, Programa Direto do Campo, Banco de Alimentos, Hortas Escolares e Comunitárias, Agroindústria familiares, cozinhas comunitárias.

Módulo I – INFORMAÇÕES GERAIS DO DOMICÍLIO

1. Qual a área de localização do domicílio?

1 () Urbano 2 () Rural

2. Qual é o seu endereço?

logradouro _____ (Av;R;Pç;Tv)

Nome _____

logradouro _____

Tipo de

do

Nº do logradouro_____ Bairro/Lote_____

CEP_____

Telefone residencial_____ Celular_____

Cidade_____

3. Qual a situação do domicílio?

- 1 () Própria, já paga 2 () Própria, ainda pagando 3 () Alugada 4 () Cedida
5 () Outra condição

4. Qual o material predominante na construção das paredes externas?

- 1 () Alvenaria 2 () Madeira 3 () Taipa não revestida 4 () Outros

5. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:

- 1 () Rede geral de distribuição 2 () Poço ou nascente 3 () Caminhão Pipa 4 ()
Cisterna de placa 5 () Açude 6 () Bica pública 7 () Outra
forma_____

6. Existe banheiro/privada na sua casa?

- 1 () Sim (fora de casa) 2 () Sim (dentro de casa) 3 () Não

7. Qual o destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade? (poderá ser assinalada mais de uma opção)

- 1 () Coleta pela prefeitura
2 () Queimado e/ou enterrado na propriedade
3 () Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa
4 () Jogado no córrego, rio, lago ou mar
5 () Outra forma_____

8. Qual o tipo de esgoto que há na casa?

- 1 () Rede coletora de esgoto ou chuva 2 () Fossa séptica 3 () Fossa rudimentar 4
() Vala 5 () Direto para o rio, lago ou mar 6 () Outra forma_____

9. Você tem fornecimento de energia elétrica (luz) em casa?

- 1 () Sim relógio próprio 2 () Relógio compartilhado 3 () Sem relógio 4 () Não
tem energia elétrica 5 () Outra forma_____

10. O que mais usam para cozinhar?

- 1 () Eletricidade 2 () Gás de botijão 3 () Gás encanado 4 () Carvão ou lenha
5 () Outros (específica) 6 () Não utiliza nada/ não cozinha

11. Em sua residência existe (ler cada um dos itens abaixo)? (1 - Sim; 2 - Não)

- () Rádio
() Telefone fixo
() Telefone celular
() Geladeira
() Fogão
() Microcomputador
() Internet

12. Nos últimos 12 meses, quantas vezes sua residência recebeu visitas de agentes comunitários de saúde ou de assistentes sociais?

1 () Nenhuma vez 2 () Entre 1 e 2 vezes 3 () Entre 4 e 6 vezes 4 () Mais de 6 vezes 5 () Não sabe / não lembra

Módulo II: CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME

Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

Agora vou ler para a (o) Sra. (Sr.) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que a (o) Sra. (Sr.) responda todas elas.

EM TODOS OS QUESITOS, O ENTREVISTADOR DEVE REFERIR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA ORIENTAR

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

() Em quase todos os dias () Em alguns dias

() Em apenas 1 ou 2 dias () Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

() Em quase todos os dias () Em alguns dias

() Em apenas 1 ou 2 dias () Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

() Em quase todos os dias () Em alguns dias

() Em apenas 1 ou 2 dias () Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

() Em quase todos os dias () Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

OS QUESITOS 5 A 8 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MAIORES

DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES)

5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

7. - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

OS QUESITOS 9 A 14 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES)

9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

Em apenas 1 ou 2 dias Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe ou recusa responder

Se sim, perguntar: com que frequência?

Em quase todos os dias Em alguns dias

() Em apenas 1 ou 2 dias () Não sabe ou recusa responder (MARCAR RESPOSTA ESPONTÂNEA)

Módulo III- CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

1. A (o) Sra. (Sr.) é a(o) responsável pela família?

1 () Sim 2 () Não (Neste caso, inicie o quadro abaixo pelo chefe da família)

2. Quadro de CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio.

<i>Nº de ordem</i>	<i>Primeiro nome do morador</i>	<i>Sexo Idade (anos ou meses)</i>	<i>Qual é sua raça/cor?</i>	<i>Relação de parentesco com o chefe do domicílio</i>	<i>Situação conjugal do chefe da família</i>
<i>Entrevistado</i>		<i>1-M Anos/Meses 2-F (anotar 00 para menor de 1 ano)</i>	<i>1.Branca 2.Negra 3.Amarela 4. Parda 5.Indígena 6.Não sabe/ não responde</i>	<i>1.Chefe do domicílio 2. Esposo(a) companheiro(a) 3.Filho(a)/enteado(a) 4.Pai, mãe, sogro(a) 5.irmão(ã) 6.Netos (a), bisnetos (a) 7.Nora, genro 8.Outro parente 9. Agregado(a)</i>	<i>1. Solteiro (a) 2. Casado (a) 3. Amasiado (a) 4. Separado (a) 5. Divorciado (a) 6. Viúvo (a)</i>
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					

3. Quadro de CARACTERÍSTICAS DA ESCOLARIDADE E TRABALHO

Nº DE PESSOAS	ESCOLARIDADE	IDADE	SEXO:
	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Educação Infantil		<input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO
	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Educação Infantil		<input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO
	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Educação Infantil		<input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO
	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Educação Infantil		<input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO
	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Educação Infantil		<input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO
	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Educação Infantil		<input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO

Módulo IV – CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR

1. Quantos dias da semana a (o) Sra. (Sr.) faz as seguintes refeições?

Café da manhã: _____ Almoço: _____ Jantar: _____

2. Percepção sobre o consumo de alguns alimentos:

Alimentos	Nº de vezes consumidos nos últimos 7 dias	A maior parte dos alimentos são: 1. Comprado 2. Produzidos pela própria família 3. Doados
Arroz e cereais (Macarrão, farinha de mandioca, de milho ou fubá, de trigo ou pão, tapioca, amido de milho)		
Biscoitos		
Leites		
Ovos		
Frutas e sucos naturais		
Vegetais (legumes e verduras)		
Feijões		
Carne		
Oleos		
Industrializados		
Raízes		
Açúcares		

Módulo V – CONDIÇÕES DE SAÚDE

1. Nos últimos 6 meses alguém da família procurou atendimento médico ou de saúde?
1 () Sim – Especificar onde foi feito o atendimento _____ 2 () Não

2. Alguém da família tem problema com álcool?
1 () Sim 2 () Não

3. Alguém da família tem algum problema mental ou é portador de alguma deficiência física?
1 () Sim 2 () Não

4. Alguém na família tem algum problema crônico de saúde (ou seja, doenças que não tem cura ou não são resolvidas rapidamente como hipertensão, diabetes, artrite, câncer, tuberculose)?
1 () Sim 2 () Não

5. O trabalho de cuidado e limpeza da casa é feito por:
1 () Adulto morador 2 () Adulto contratado 3 () Adolescente contratado 4 () Morador menor de 14 anos
5 () Morador entre 14 e 15 anos 6 () Não sabe/não responde

6. Ao todo, quanto sua família gasta por mês com cigarros (Maço), fumo de rolo ou outro tipo de tabaco?
R\$ _____

Módulo VII – CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E RENDA

1. Tabela com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas e de programas de transferência de renda:

Nº de ordem	Nome	R\$ - Renda principal	R\$ - Outro trabalho	R\$ - Especificar o trabalho/programa
1				
2				
3				
4				
5				

2. A família costuma comprar alimentos em:

- () Supermercados e mercadinhos
 () Tendões, cantinas, vendinhas
 () Feiras, mercados municipais
 () Sacolão, varejão, frutaria

3. Ao adquirir os alimentos para consumo da família, como são feitos os pagamentos dessa compra? (Pode ter mais de uma opção)

- 1 () Pagamento a vista 2 () Pagamento a prazo 3 () Sistema de cadernetas 4 () Com o trabalho 5 () Outros
 6 () Não sabe ou não responde

4. Os moradores desse domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

- 1 () Sim 2 () Não 3 () Não sabe/não responde

5. Quanto dinheiro é gasto com a despesa de alimentação durante o mês?

R\$ _____

6. Quanto dinheiro é gasto com a despesa de educação durante o mês?

R\$ _____

7. Quanto dinheiro é gasto com a despesa de saúde durante o mês?

R\$ _____

8. Em sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1 () Muita dificuldade 2 () Dificuldade 3 () Alguma dificuldade 4 () Alguma facilidade 5 () Facilidade 6 () Muita facilidade 7 () Não sabe/não responde

9. Qual o percentual da feira em sua renda?

- 1 () Total da renda 2 () Metade da renda 3 () Quase toda a renda 4 () Menos da metade da renda 5 () Não sabe/não responde

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de campo (fase qualitativa)

- 1 - Qual é a origem da terra? Houve alguma luta para adquirir?
- 2 - Qual é a cidade de origem da família?
- 3 - As práticas de produção tipos de cultivo (Por que escolheu esses cultivos)? Existe algum beneficiamento (venda ou autoconsumo)? (incluir bolos, queijo, farinhas, polpas) (fotos)
- 4 - Em sua opinião a diversidade de produtos é importante para melhorar a renda?
- 5 - Principais cultivos para autoconsumo e comercialização.
- 6 - Práticas de cultivo (orgânica ou não)
- 7 - Quais as dificuldades em adotar cultivo orgânico?
- 8 - Visão do (a) Produtor (a) sobre as questões econômicas (inserção ou não aos mercados institucionais da cidade) e as alternativas encontradas para comercialização de seus produtos (aspectos positivos ou negativos)
- 9 - Qual o principal motivo em dar continuidade nas feiras? A produção para consumo da família tem papel importante para permanecer? Ou a renda obtida é mais importante?
- 10 - A mão-de-obra familiar é suficiente para desenvolver as atividades agrícolas?
- 12 - A mão-de-obra dos jovens é a principal força de trabalho ou são os adultos que trabalham mais? Os jovens da família desejam ficar na propriedade e dar continuidade ao trabalho agrícola e feiras? No caso das famílias em que os jovens querem sair os pais concordam com a decisão?
- 13 - Qual o trabalho desenvolvido pelas mulheres? Quem é responsável pela coleta das frutas elas são nativas ou foram plantadas? Custos para manter as fruteiras?
- 14 - Quais são as formas de lazer ou festas realizadas de forma coletiva?
- 15 - Algum tipo de trabalho em conjunto com a comunidade?

APÊNDICE II – Roteiro de entrevista, fiscal das feiras.

- 1 - Qual é a estrutura legal das feiras municipais de Araçatuba?
- 2 - Quais são as instituições envolvidas na manutenção das feiras municipais?
- 3 - Qual é a forma de seleção dos feirantes?
- 4 - Qual a forma de atuação da secretária da agricultura nas feiras? Que atividades são desenvolvidas?
- 5 - Existe algum programa e/ou projeto em atividades relacionadas assistência social, saúde, educação, infraestrutura que estão sendo desenvolvidos nas feiras?
- 6 - A secretária de desenvolvimento agroindustrial tem desenvolvido alguma ação para incentivar a produção dos agricultores familiares?
- 7 - Existe alguma assistência aos agricultores e como é feito? (Individual, associativa, formação continuada, periodicidade do acompanhamento, etc.)
- 8 - Como é realizado processo de seleção para que os produtores tenham acesso a feira?
- 9 - Existe a priorização de produtores da agricultura familiar local?
- 10 - Qual o percentual de agricultores familiares que participam dos programas de compras institucionais?
- 11 - Existe estudo sobre a variação da produção depois da criação dos programas de compras institucionais?
- 12 - Quais sugestões o senhor daria para melhorar as feiras?
- 13 - Quais ações são desenvolvidas para assegurar a segurança alimentar dos agricultores?

APÊNDICE III – Roteiro de entrevista, consumidor final.

- 1 - Qual o motivo de comprar nas feiras?
- 2 - O senhor (a) compra de agricultor familiar (produtor)?
- 3 - Que tipos de alimentos o senhor (a) compra?
- 4 - O que o senhor (a) sugere como melhoria para atrair os jovens para as feiras?
- 5 - Quantos anos o senhor (a) compra aqui?
- 6 - Qual a maior dificuldade na compra de alimentos?
- 7 - Qual a principal diferença do produto daqui para o supermercado?